Programa de Aceleração do

DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇAS FEMININAS NEGRAS: MARIELLE FRANCO

1ª EDIÇÃO (2019-2021)
PROCESSOS, RESULTADOS E NARRATIVAS DE MUDANÇAS

Expedi nte

Revista Afirmativa - Coletivo de Mídia Negra

Coordenação Executiva
Alane Reis

Coordenação Editorial
Jonas Pinheiro

Diagramação
Polianna Silva

Edição de Texto
Alane Reis
Jonas Pinheiro

Repórteres
Andressa Franco
Brenda Gomes
Danielle Souza
Morgana Damásio
Giovane Alcântara
Jamile Araújo
Jamile Novaes
Júlia Miranda
Juliana Dias

Fundo Baobá Para Equidade Racial

Diretor Executivo
Giovanni Harvey

Diretora de Programa
Fernanda Lopes

Coordenadora de Administração e Finanças
Hebe da Silva

Assistente Administrativo Financeiro
Caroline Almeida

Assistente de Projetos
Tainá Medeiros

Assistente de Projetos I
Marcos Rodrigues

Assistente de Projetos I
Camila Santos

Auxiliar de Projetos
Edmara Pereira

Ficha técnica

EQUIPE ENVOLVIDA NAS DIFERENTES ETAPAS DA 1ª EDIÇÃO (2019-2021) DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE LIDERANCAS FEMININAS NEGRAS: MARIELLE FRANCO

Direção Executiva do Fundo Baobá
Selma Moreira

Coordenação Geral do Programa
Fernanda Lopes

Coordenação Administrativo-Financeira
Hebe da Silva

Assistentes
Camila Santos, Caroline Almeida, Celeste Batalha, Claire Martins, Edmara Pereira, Marcos Rodrigues, Rayane Batista Santos, Tainá Medeiros

Comunicação/assessoria de imprensa
Ingrid Ferreira, Janaína Barbosa, Vinicius Vieira, Wagner Prado

Comunicação/Redes Sociais/Site
Douglas Bastter

Segurança da Informação
Renato Racin

Análise de Dados e Produção de Informações
Ana Laura Lobato, Camila Santos, Edmara Pereira, Marcos Rodrigues, Tainá Medeiros

Análise de contexto/mapeamento de necessidades e expectativas para subsidiar a elaboração dos editais
Iradj Eghrari

Evento de lançamento/assessoria de imprensa
Duetto Comunicação – Alessandra da Silva Costa

Evento de lançamento/produção executiva
Ubuntu Produções Culturais e Artísticas – Ana Paula Paulino e Isaura Paulino

Desenvolvimento de sistema para receber as propostas
M16 Engenharia - Rodrigo da Silva Moreira

Análise das propostas individuais
Ana Minuto e Rô Amonet

Seleção para apoios individuais
Sueli Carneiro, Tricia Calmon e Maria do Carmo Rebouças

Análise das propostas de organizações, grupos e coletivos
Iradj Eghrari

Entrevistas com organizações, grupos e coletivos proponentes
Barbara Barbosa e Viviana Santiago

Seleção para apoios coletivos
Mafoane Odara, Martha Rosa Queiroz, Socorro Guterres e Maria das Dores Almeida "Durica"

Formação Política
Criola

Formação para o Enfrentamento aos Efeitos Psicossociais do Racismo
Amma Psique e Negritude

Coach Individual
Eight Diálogos Transformadores

Coach Organizacional/Assessoria para revisão de planos de ação, orçamento, indicadores e metas
Iradj Eghrari

Mapeamento de especialistas negros que atuam na área de fortalecimento institucional:
Barbara Barbosa e Viviana Santiago

Comunicação/Serie Especial - Resultados 1ª Edição do Programa
Revista Afirmativa - Coletivo de Mídia Negra

Apoio [redacted]

WK Kellog (WKKF)

A Fundação WK Kellogg (WKKF) atua desde 1930, e nas palavras de seu fundador, o empresário de cereais matinais Will Keith Kellogg, tem como propósito: “Administrar fundos para a promoção do bem-estar, conforto, saúde, educação; alimentação, vestuário, abrigo e proteção de crianças e jovens, direta ou indiretamente, independentemente de sexo, raça, credo ou nacionalidade”.

Fundação Ford

A Fundação Ford é uma entidade que fica em Nova Iorque (EUA) e foi criada para financiar programas de promoção da democracia, redução do racismo e da pobreza. Ao longo de oito décadas, a Fundação Ford teve como objetivo a redução da pobreza e da injustiça social, buscando fortalecer os valores democráticos, promover a cooperação internacional e promover a realização humana.

Instituto Ibirapitanga

O Instituto Ibirapitanga é uma organização dedicada à defesa de liberdades e ao aprofundamento da democracia no Brasil. Desde 2017, apoia iniciativas a partir de seus dois programas: Equidade Racial e Sistemas Alimentares. Por meio de doações, o Instituto apoia organizações, movimentos e coletivos da sociedade civil brasileira que desejam produzir transformações estruturais positivas no país.

Open Society Foundations

A Open Society Foundations (OSF), fundada por George Soros, é a maior financiadora privada do mundo de grupos independentes que trabalham pela justiça, governança democrática e direitos humanos. Através de uma rede internacional de filantropia, a entidade apoia grupos da sociedade civil em todo o mundo. O nome do grupo é inspirado no livro de Karl Popper, de 1945, The Open Society and Its Enemies.

Apresentação

O Programa de Aceleração de Lideranças Femininas Negras: Marielle Franco é uma ação desenhada e implementada a muitas mãos, por pessoas que já estiveram, e outras que estão, parte da equipe executiva do Fundo Baobá para Equidade Racial - parceires, colaboradoras e colaboradores, conforme descrito nas páginas anteriores.

O percurso do Programa de Aceleração foi, e tem sido, longo; envolve aprendizados e importantes resultados. Em fevereiro de 2019 lançamos a primeira nota sobre o que seria esta ação voltada para ampliar habilidades de mulheres que já desempenhavam papel de liderança em suas comunidades, em instituições públicas, organizações da sociedade civil, ou mesmo no mundo corporativo. Nossa proposta era garantir que, em diferentes setores, mais mulheres negras pudessem estar ocupando espaços de poder e influenciando processos de tomada de decisão. A estratégia de divulgação culminou com o lançamento do Programa aos 02 de setembro de 2019, no Rio de Janeiro, com a presença da família de Marielle Franco, financiadores, membros do Conselho Deliberativo e da Assembléia Geral do Fundo Baobá, lideranças femininas negras, diferentes vertentes do movimento negro, movimento de mulheres e movimento feminista. Cerca de 200 pessoas estiveram presentes e 1500 participaram de forma virtual.

Mulheres Negras com idades que variavam de 22 e 64 anos, trajetórias acadêmicas diversas, do ensino fundamental ao pós-doutorado, que atuavam ou não em organizações, grupos ou coletivas. Em um contexto de crise sanitária e desigualdades economicas e sociais agravadas, estas mulheres foram acometidas ou tiveram seus entes acometidos por doenças e agravos físicos e mentais, ainda assim, foi possível compartilhar aprendizados, conhecimentos, medos, angústias, dores, perdas, mas também muitas conquistas. Entre março de 2020 a julho de 2021, período em que os projetos individuais e coletivos foram implementados, foram sendo observadas e vivenciadas inúmeras transformações, nelas, no seu entorno e em toda a estrutura que estava sendo movida para que o Programa acontecesse.

Cerca de 200 mulheres foram diretamente impactadas na 1ª Edição do Programa. Em rede e com apoio de parcerias estabelecidas durante o período em que estiveram vivenciando o apoio técnico e financeiro,

alcançaram cerca de 500 mil outras pessoas, se valendo da expansão dos diálogos virtuais. Foram milhares de atividades realizadas, uma centena de produtos desenvolvidos e amplamente distribuídos, certificações e, em simultâneo, distribuídas cestas básicas, kits de equipamentos de proteção individual, quentinhas, água, kits de higiene, entre outros itens de primeira necessidade durante a pandemia.

O Fundo Baobá reconhece que, após o Programa de Aceleração, nada foi ou será como antes. As semeaduras foram e estão sendo feitas de modo diferente. Estão sendo colhidos flores e frutos; novas sementes estão sendo germinadas. Está-se adubando e arando a terra e, ao mesmo tempo, pavimentando-se algumas estradas. Esta publicação, que se soma àquilo que está descrito no site do Programa, busca resumir em narrativas, um universo material e simbólico que, nem sempre, pode ser traduzido em palavras. Afinal este Programa não foi desenhado, necessariamente, para que mulheres negras ocupassem cargos ou postos de liderança e sim para que o exercício de sua liderança fosse orientado para proporcionar a outras pessoas, oportunidades justas; para estimular a defesa do direito coletivo à vida, à dignidade e ao Bem Viver, em qualquer setor de atuação.

Por Fernanda Lopes

Diretora de Programa

Fundo Baobá para Equidade Racial

Editorial rmativa

Laroiê! “Exú matou um pássaro ontem, com uma pedra que só jogou hoje”. O provérbio iorubá - tradição tão presente no que veio se compor como cultura brasileira - me pareceu pertinente para abrir esse editorial de tamanha responsabilidade: apresentar as narrativas sobre os resultados visíveis e invisíveis da 1ª Edição do Programa de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras: Marielle Franco (2020 - 2021).

Inicio saudando a Exú, Orixá dono dos Caminhos e do dom de Comunicar, para demarcar a importância da Comunicação e da Ancestralidade no trabalho desenvolvido pelas quase 100 mulheres negras que entrevistamos no processo de produção deste e-book.

A responsabilidade de compor estas narrativas foi generosamente dada a nós, da Revista Afirmativa, pelo Fundo Baobá para Equidade Racial. Já Exú, nos concedeu a expertise de Narrar, e com isso, ganhamos o privilégio de conhecer, ouvir, vibrar, nos alegrar, chorar e sonhar com as mulheres de 14 organizações de mulheres negras e com 59 lideranças femininas negras contempladas na turma que estreou o Programa de Aceleração. E que mulheres! Senhoras de si, de suas famílias, comunidades, organizações e empresas. Senhoras que foram ofertadas com a graça de abrirem este Programa, após o processo seletivo que aconteceu ainda em 2019. E de lá pra cá haja coração, cuidados, estudo e trabalho! Elas enfrentaram pandemia; crises pessoais, políticas, institucionais; enfrentaram medos, incertezas; e forjaram coragem, ação política, formação e desenvolvimento de carreiras. Elas foram além do que a conjuntura permitia.

Nas próximas páginas você encontrará uma diversidade de conteúdos que tratam sobre estas mulheres e como o apoio concedido a elas pelo Fundo Baobá, em parceria com a Fundação Kellogg, o Instituto Ibirapitanga, a Fundação Ford e a Open Society Foundations, proporcionou resistência e mudança Brasil afora. As entrevistas que realizamos nos demarcou a certeza que o apoio do Programa a cada mulher desta turma se multiplicou como a força criadora, transformadora e coletiva das Mulheres Negras, se espalhou como boas notícias, alcançou outros grupos e pessoas, como nós, da Revista Afirmativa.

Nós, que somos esse Coletivo de Mídia Negra - Agência de Comunicação - Veículo Jornalístico, formado quase todo por mulheres negras, jovens, lésbicas e bissexuais, desde que nos unimos lá em Cachoeira, Recôncavo da Bahia, nos idos de 2013, quando ainda éramos estudantes de Jornalismo graças às políticas de ações afirmativas e ao sangue e suor de nossas famílias, desde lá já sabíamos que o Movimento Negro e de Mulheres Negras "dá régua e compasso". Mas a experiência da troca com cada uma das mulheres retratadas neste e-book, a imersão que fizemos em suas trajetórias, todo conhecimento que nos foi ofertado no contato com elas e a experiência de trabalho com o Fundo Baobá, sem dúvidas fez de nós mais uma organização apoiada pelo Programa de Aceleração.

"Nossos passos vêm de longe" é um lema do Movimento de Mulheres Negras que celebra as pessoas que vieram antes de nós na luta política, exalta nossa ancestralidade insurgente, e refere-se também ao acúmulo de experiências, saberes, métodos e tradições de fazer política, ciência, economia, arte, educação, comunicação e tudo mais que desejarmos, da forma feminina preta de ser.

Apesar das durezas do nosso Tempo, é muito feliz fazer parte dessa geração de mulheres. É muito feliz saber que realmente somos os sonhos das nossas ancestrais, que trilharam caminhos ainda mais árduos para que hoje nossas vozes e fazeres ecoem juntos que sobre as mulheres negras, temos de certezas: Somos Plurais, Necessárias, estamos Organizadas e Espalhadas em todos os espaços da sociedade brasileira, comprometidas com a construção de uma Nação possível para Todes.

A partir da Encruzilhada tudo é caminho!

Por Alane Reis

Editora de Conteúdo e Coordenadora Executiva

Revista Afirmativa - Coletivo de Mídia Negra

Confira o vídeo e saiba mais sobre a 1ª Edição do Programa de Aceleração

Índice

14 Ganhadeiras Podcast: Ep 1. Aline Lourena

Organizações e Coletivos

VIVER COM DIGNIDADE

16 Reportagem: Mulheres Negras Decidem: Um novo projeto de democracia

22 Reportagem: Juristas negras criam metodologia de aprendizagem para viabilizar maior acesso e ocupação do Sistema de Justiça

27 Reportagem: Paraíba e Feminista - Mulheres da Coletiva Abayomi montam estratégias de Bem Viver para mulheres negras do estado

33 Reportagem: Nas ruas e nas redes: Marcha das Mulheres Negras de São Paulo segue em passos firmes

38 Ganhadeiras Podcast: Ep 2. Daiane Almeida

EDUCAÇÃO

39 Reportagem: Clube de Mães com 30 anos de existência investe em educação e formação no povoado de São Pedro, zona rural do município de Anajatuba, no Maranhão

45 Reportagem: Movimento de Mulheres do Subúrbio Ginga realiza formações para mulheres negras da Região Metropolitana de Salvador

49 Reportagem: Coletivo de Mulheres Negras de Pernambuco atua na formação de lideranças comunitárias

55 Reportagem: Esperança Garcia: Iniciativa de coletivo piauiense forma mulheres negras como lideranças

61 Reportagem: Mulheres negras periféricas de Recife (PE) se reinventam em projeto de formação política feminista e antirracista

67 Ganhadeiras Podcast: Ep 3. Hellen Nzinga

COMUNICAÇÃO E MEMÓRIA

68 Reportagem: NegrasFotosGrafias desenvolve projetos visuais com foco no protagonismo de mulheres negras

73 Reportagem: Portal Blogueiras Negras se reinventa para contar as histórias das mulheres negras

79 Reportagem: Conheça a história do IMUNE, organização que se reinventa e faz ecoar a voz e as lutas das mulheres negras há duas décadas no Mato Grosso

86 Ganhadeiras Podcast: Ep 4. Karen Franquini

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

87 Reportagem: Instituto Omolara desenvolve projeto de formação política e empreendedora para mulheres negras

92 Ganhadeiras Podcast: Ep 5. Laiara Borges

Lideranças Individuais

VIVER COM DIGNIDADE

94 Ping Pong: Professora pernambucana, Maria da Piedade Marques de Souza, propõe mergulho na memória ancestral para fortalecer grupos de mulheres nordestinas

99 Ping Pong: O conhecimento que se adquire e distribui de Girlian Silva

106 Ping Pong: Liderança multipotencial, Brígida Rocha dos Santos, atua na luta contra o trabalho escravo no Maranhão e em outros estados do país

113 Ping Pong: A ativista pernambucana Jessica dos Santos aponta os desafios da construção de políticas públicas para as juventudes

120 Ping Pong: “Saúde mental é uma questão política”, defende a psicóloga e ativista Joice dos Santos

127 Ping Pong: Quem legitima a liderança de uma mulher negra evangélica?

Ganhadeiras Podcast: Ep 6. Wemmia Anita 133

134 Ping Pong: Mulheres negras se reinventam a partir de apoio no enfrentamento ao racismo religioso

Ping Pong: Lideranças negras se fortalecem e criam redes nacionais e internacionais para debater encarceramento de mulheres negras e luta antiproibicionista 142

148 Ping Pong: Desafios da Luta Quilombola no Brasil: Como as comunidades se articulam pela garantia dos seus direitos

Ping Pong: Mulheres negras traçam estratégias para incidir na saúde e no bem-estar das populações negras 155

161 Ping Pong: Mulheres negras lutam pelo direito à cidade como uma garantia para as populações negras e periféricas

Ping Pong: Lideranças negras lutam por representatividade e igualdade de gênero na gestão pública 166

173 Ping Pong: Pandemia acentua desigualdades e coloca em risco direitos das crianças e adolescentes conquistados ao longo de muitos anos

Ganhadeiras Podcast: Ep 7. Luciane Reis 180

COMUNICAÇÃO E MEMÓRIA

181 Ping Pong: Líderes Negras: O sul audiovisual da cineasta e intelectual Éthel Ramos

Reportagem: Dança ancestral: ferramenta de cura e conexão para o corpo negro 188

194 Reportagem: Conexão e cura através da arte: um impulso para transformar criativamente as condições opressivas que nos cercam

Reportagem: Mídias Negras e Jornalismo Antirracista: a comunicação como ferramenta de luta e emancipação das mulheres negras 199

206 Reportagem:
Comunicação enquanto direito: mulheres negras protagonizam iniciativas de comunicação antirracista e estratégica

Ganhadeiras Podcast:
Ep 8. Mariana Gomes 211

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

212 Reportagem:
Tecnologia afrofuturista: mulheres negras impulsionando a ciência e o conhecimento

Ganhadeiras Podcast:
Ep 9. Patrícia Lima 217

EDUCAÇÃO

218 Reportagem:
Educação Transformadora - A importância da educação na trajetória de mulheres negras

Ganhadeiras Podcast:
Ep 10. Renata Vaz 226

Ganhadeiras Podcast

Ep 1. Aline Lourena

ORGANIZAÇÕES, GRUPOS E COLETIVAS

Organização Mulheres Negras Decidem em encontro no Rio de Janeiro (RJ).

Mulheres Negras Decidem: Um novo projeto de democracia

Organização do Rio de Janeiro tem o objetivo de promover maior participação de mulheres negras na política institucional e já conta com articuladoras em 19 estados

Por Andressa Franco

Fundada em 2018, a organização Mulheres Negras Decidem (MND), tem como objetivo promover a maior participação de mulheres negras nas decisões do Estado e acompanhar a atuação daquelas que estão na disputa da política institucional. A organização é uma das contempladas na 1ª turma do Programa de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras: Marielle Franco, uma ação do Fundo Baobá para Equidade Racial, em parceria com a Fundação Kellogg, o Instituto Ibirapitanga,

a Fundação Ford e a Open Society Foundations.

“O Fundo Baobá foi primordial nesse processo [de desenvolvimento institucional, comunicação, e ações de incidência da organização], porque desde o início do movimento a gente tem feito muitas ações, mas foram ações que tinham nosso investimento pessoal financeiro”, conta Diana Mendes, de 30 anos, uma das co-fundadoras, e coordenadora de monitoramento e avaliação do movimento.

O que os números dizem

O Brasil tem hoje um cenário de sub-representação das mulheres na política partidária institucional. De acordo com estudo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres), o Brasil é o antepenúltimo país da América Latina em um ranking de paridade política entre homens e mulheres. Quando essas mulheres são negras, grupo que representa 27,8% da população brasileira segundo o IBGE, o quadro se agrava.

Em 1934, o Brasil elegeu a primeira mulher negra para uma Assembleia Legislativa: Antonieta de Barros. Em 2020, informações da Agência Câmara de Notícias mostraram que, nas últimas eleições, 6,3% das cadeiras nas Câmaras Municipais do país foram para mulheres negras. Curitiba, Vitória e Goiânia, por exemplo, elegeram suas primeiras vereadoras negras. No Congresso Nacional esse grupo representa apenas 2,36%, sendo no Senado 1,2% e na Câmara dos Deputados são menos de 2,5%.

Benny Briolly (PSOL-RJ), primeira vereadora transexual eleita em Niterói (RJ), uma das lideranças que teve apoio da MND

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma eleitoral, promulgada em setembro deste ano pelo Congresso Nacional, trouxe uma novidade. Agora, a distribuição do fundo partidário vai privilegiar os partidos que fortalecerem candidaturas de mulheres e pessoas negras. Para efeito da distribuição dos recursos, que leva em conta a quantidade de votos recebidos pelo partido, os votos em mulheres e pessoas negras será contado em

dobro. A regra é transitória e tem previsão para durar até 2030.

Projeção de lideranças políticas

É nesse contexto, visando superar a sub-representação feminina negra na política, que a organização Mulheres Negras Decidem atua, e pôde expandir a

Equipe da Mulheres Negras Decidem reunida.

partir do financiamento do Fundo Baobá, avançando na formação de lideranças políticas que possam representar as demandas das mulheres negras nestes espaços.

Entre as ações realizadas durante o período do apoio, destacam-se: o lançamento do livro “A Radical Imaginação Política das Mulheres Negras Brasileiras”; o Comitê Marielle Franco de Prevenção e Enfrentamento à Violência Política Contra as Mulheres; e o lançamento da Rede Nacional de Mulheres Negras na Política, que busca mobilizar mulheres negras para alterar a atual situação de baixa representação deste segmento nas esferas decisórias. “Com o apoio do Baobá foi possível a gente se consolidar enquanto movimento nacional, hoje temos articuladoras em 19 estados, quando a gente começou tínhamos 5”, explica Diana Mendes, que é da área de políticas públicas e relações internacionais. Ela trabalha há 6 anos na área social, e acredita que o aumento de mulheres negras candidatas nas últimas eleições foi fruto de articulações e ações pensadas em conjunto.

Benny Briolly (PSOL-RJ), primeira vereadora transexual eleita em Niterói (RJ), comunicadora popular e ativista de direitos humanos, é uma das lideranças que teve apoio da organização. Para a vereadora, o nosso senso de se organizar e coletivizar organizações é o maior avanço que as mulheres negras têm hoje no Brasil.

“A nossa auto-organização proporciona que hoje a gente esteja ocupando, liderando e disputando espaços com a velha política, com a branquitude”, afirma. “Eu costumo

dizer que nós, mulheres negras, não nos tornamos militantes, nascemos militantes e somos condicionadas à militância no decorrer da vida. Porque é cada vez mais necessário e urgente lutar pelos marcos da nossa sobrevivência, cidadania e resistência".

Um dos papéis que a instituição teve para Briolly, além de apoiar sua candidatura, foi também o apoio em relação ao processo de segurança da vereadora, que hoje é uma parlamentar ameaçada no Brasil. "Foram uma das grandes apoiadoras nesse processo de entender a importância do meu corpo, de serem grandes aliadas na construção da minha trajetória política", conta a vereadora que acredita que a MND é um marco muito importante na construção política social, econômica e de projeto de sociedade. "Elas têm cumprido um papel excelente na estrutura de outras mulheres e, principalmente, nesses processos de formação, de apoio, de se aquilombar para que a luta possa ter eficácia", acrescenta.

O planejamento estratégico com maior geração de resultados também foi um avanço para a organização, tanto na comunicação, quanto na forma institucional e nas articulações. O diálogo com outras organizações através do Programa foi um dos saldos positivos para o movimento.

"Para nossa grata surpresa, isso fez na verdade com que o movimento alcançasse mais mulheres. Nossos encontros pensados de forma online possibilitaram que, nos seis primeiros meses, a gente conseguisse articuladoras em 16 estados, depois cresceu para 19", comenta Diana Mendes, uma das coordenadoras do Movimento Mulheres Negras Decidem.

"A possibilidade do recurso também ser sobre o fortalecimento do desenvolvimento organizacional dos coletivos que foram contemplados é muito raro dentro do campo social. A ação ou projeto você pode entregar depois do ciclo de um ano, mas a estrutura que você deixa para o ciclo da organização é muito forte, fica a longo prazo", ressalta Diana.

Para Onde Vamos?

É a pergunta que intitula a minissérie documental dirigida por Cláudia Alves, que apresenta o movimento de mulheres negras no Brasil através da história de ativistas que vêm liderando revoluções no modo de fazer e pensar políticas públicas para o país. A produção foi realizada em parceria com o Instituto Marielle Franco, Canal Brasil e FLUXA Filmes.

Para Tay Cabral, ilustradora do

produto audiovisual, foi gratificante “ajudar a contar um pouco do legado que as protagonistas da série têm construído e trazer o rosto de mulheres que elas também reverenciam ao longo dos episódios”. A artista visual, de 25 anos, tem um trabalho voltado para reverenciar mulheres negras que fizeram das suas vidas instrumento de luta, por meio de ilustrações que buscam olhar para esse passado.

“A série é um instrumento de denúncia e de disputa narrativa, mas também cumpre um papel muito importante de renovar nossa esperança. No sentido de que as coisas estão muito puxadas agora, mas têm mulheres se movimentando na construção de um futuro que a gente acredita e não vão desistir disso”, pondera a jovem que se orgulha de fazer parte do trabalho. A série teve 80% de mulheres negras representando toda a produção no set.

“Para Onde Vamos” é também o nome da pesquisa feita pela MND com 245 ativistas, mulheres negras de todas as regiões do país. A pesquisa foi feita para que a organização mapeasse essas mulheres, tanto para entender quais ações elas estavam fazendo a respeito da pandemia nos seus territórios, quanto para diagnosticar se elas iam se candidatar, se eram lideranças que recuaram suas candidaturas, entre outros pontos.

Os planejamentos iniciais no projeto estavam focados em sistematizar a metodologia da organização enquanto formação, a partir de encontros com as articuladoras em diferentes estados. Sendo assim, a chegada da pandemia de covid-19 impediu que as viagens fossem possíveis.

Algumas atividades, no entanto, não precisaram ser recalculadas, como a atualização da plataforma, e o investimento na comunicação. Mas tudo que foi imaginado enquanto presencial, precisou se adaptar. “Para nossa grata surpresa, isso fez na verdade com que o movimento alcançasse mais mulheres. Nossos encontros pensados de forma online possibilitaram que, nos seis primeiros meses, a gente conseguisse articuladoras em 16 estados, depois cresceu para 19”, comenta Diana.

Com toda a migração para o online, segurança digital também se tornou um tema a ser pensado pelas coordenadoras. “Nos nossos encontros presenciais a gente já tinha todo um cuidado com as articuladoras, com a segurança delas, e pensando isso online, como tiveram várias invasões e tudo mais, a gente também teve todo esse cuidado”.

Para Diana, ainda há muito pela frente, principalmente no próximo

ano, que considera desafiador pelo desenho da conjuntura atual, que além de todos os problemas estruturais, trouxe ainda mais desgaste à saúde mental das mulheres negras ativistas. Nesse sentido, aprecia o cuidado e as experiências de troca com as demais lideranças que conheceu a partir do Fundo Baobá.

Antes do Programa Marielle Franco o MND possuía articuladoras em 5 estados, hoje estão presente em 19 estados. Na imagem, articuladoras de São Luís (MA).

Também entre os desafios para o próximo ciclo, Mendes pensa métodos para a escuta comunicativa da organização se consolidar também na região Norte do país. A MND tem articuladoras na região, porém elas enfrentam dificuldades, por exemplo, no acesso à internet. “Queremos equalizar lá as ações que a gente consegue fazer no Sudeste. Como é que a gente consolida melhor a nossa articulação e trabalho nesses territórios?”, pontua.

Abayomi Juristas Negras em eventos da OAB Pernambuco

Juristas negras criam metodologia de aprendizagem para viabilizar maior acesso e ocupação do Sistema de Justiça

A coletiva de Pernambuco apoiada pelo Fundo Baobá, Abayomi - Juristas Negras, desenvolveu uma metodologia própria com o objetivo de incidir e transformar o Sistema Nacional de Justiça

Por Brenda Gomes

Ao longo do tempo, pessoas negras foram afetadas pelas estruturas racistas do país. Mesmo com recentes avanços relacionados a acessos e ampliação da escolaridade, ainda existem grandes desigualdades entre negros e brancos no Brasil. Para as mulheres negras, afetadas pela discriminação de raça e gênero, a situação é ainda mais difícil. Essas desigualdades podem ser visualizadas nas diversas

áreas, principalmente, nos espaços de poder.

No Brasil, na maior parte dos ambientes de liderança e cargos de direção que são ocupados por mulheres, são por mulheres brancas. Somente 0,4% são pretas, segundo dados do Instituto Ethos e do Banco Interamericano de Desenvolvimento. No sistema judiciário, a presença dessas mulheres muitas vezes está apenas representada na base, enquanto homens ocupam os espaços de destaque. Pensando na diminuição dessas desigualdades que a Coletiva Abayomi - Juristas Negras tem realizado ações a fim de impulsionar a carreira de profissionais negras nesta área.

De acordo com a advogada Débora Vanessa Gonçalves, uma das co-fundadoras da coletiva, a missão do grupo é combater de forma

Débora Vanessa Gonçalves é uma das co-fundadoras da Abayomi Juristas Negras

estratégica o racismo estrutural. O foco da organização é ocupar cargos nos órgãos que compõem o Sistema de Justiça Brasileiro. "Vivemos dentro de uma estrutura de poder que é originalmente racista e sexista, o que faz com que as mulheres negras sejam prejudicadas em todos os sentidos. Nossa missão, como coletiva de mulheres negras, é levantar nossas pautas nos espaços que estamos inseridas e levar também outras mulheres negras conosco", afirma.

O nome "Abayomi", de origem yorubá, significa "encontro precioso". O que diz muito sobre o grupo, que foi formado em 2019, em Pernambuco, após um encontro de juristas negras. O evento foi realizado pela Ordem dos Advogados do Brasil, seção Pernambuco (OAB/PE) no Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha.

A coletiva é um dos grupos apoiados na 1ª turma do Programa de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras: Marielle Franco. Uma ação do Fundo Baobá para Equidade Racial em parceria com a Fundação Kellogg, o Instituto Ibirapitanga, a Fundação Ford e a Open Society Foundations. Com o apoio do Fundo Baobá, um dos investimentos da coletiva foi no aperfeiçoamento da Metodologia Abayomi da Aprendizagem - MADA, que tem como proposta utilizar outras áreas de conhecimento para impulsionar o ensino e as aprendizagens.

Desenvolvida pela Procuradora Federal e co-fundadora da Abayomi, Chiara Ramos, a metodologia envolve atividades como mentoring, coaching, treinamento estratégico e estudo em grupo afrocentrado. “Diferente dos cursos tradicionais, a técnica leva em consideração quatro pilares: o intelectual, que é toda a teoria exigida nos exames; o mental, que considera as nossas experiências psicológicas; o físico, e o espiritual, onde buscamos resgatar a identidade e autoestima das participantes e colaborar para o rompimento de diversas crenças limitantes”, afirma Débora.

Com a pandemia de Covid-19, os encontros presenciais das turmas MADA deram espaço a turmas

A coletiva desenvolveu o Metodologia Abayomi da Aprendizagem - MADA, utilizando outras áreas de conhecimento para impulsionar o ensino e as aprendizagens

virtuais, o que permitiu a inclusão de alunas de outros estados, ao todo foram 102 pessoas matriculadas. Durante a formação, as alunas tiveram acesso a cronogramas de estudos semanais; encontros on-line para debate de metas; aulas e palestras; atendimentos individuais e simulações de provas objetivas e dissertativas online. Além da formação referente aos temas tratados nos concursos, as participantes são provocadas a ampliarem a capacidade de leitura política a respeito de temas fundamentais para a compreensão do racismo no Brasil. “Nós não queremos entrar nos espaços apenas para ter números de mulheres negras, queremos estar nesses espaços para fazer diferença. Então, ter esse aquilombamento, onde a gente faz o reconhecimento da nossa negritude e o reconhecimento do nosso espaço, faz com que a gente ocupe os espaços de poder com um outra visão” declara Débora. A advogada ainda afirma que após muita luta, conseguiram na OAB/PE a cota de 30% para advogadas negras dentro do sistema. “Hoje nossa meta é ocupar espaços dentro da diretoria, e só chegaremos lá através de formas estratégias e nos articulando como quilombo”, completa.

Apesar da trajetória das mulheres negras juristas, apesar do empenho de coletivas como as Abayomis, o cenário da magistratura ainda é marcado por sub-representatividades. Segundo o censo divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça em 2021, apenas 15,6% dos magistrados do país se autodeclaram como pessoas negras. Quando é feita a segmentação entre sexo e raça, as mulheres negras ocupam apenas 5% dos cargos de juízes do Brasil, 553 dos 10.782. Menos de 5% de mulheres negras

exercem os cargos de Procuradoras Federais, Juízas Federais, Procuradoras da Fazenda Nacional, Juízas estaduais, Procuradoras do Trabalho, Advogadas da União e Juízas do Trabalho. Em alguns órgãos, como a Justiça Militar, os conselhos superiores da magistratura e a Procuradoria da República, não possuem mulheres negras enquanto membros. Números que, para Débora, são frutos do racismo estrutural.

"Eu consigo identificar as sutilezas do racismo hoje. Quando a gente consegue entrar nos espaços para exercer a advocacia, é muito visível a falta de diversidade. E o que podemos fazer quando pegamos a nossa OAB? Sermos autônomas? Estamos a serviço da comunidade? Tudo isso são caminhos possíveis, mas não queremos só estes". Para a advogada é preciso de fato incidir dentro dos ditos espaços de poder para transformá-los. "Os espaços são mínimos para as mulheres negras. Sozinhas não temos como equiparar a carreira com mulheres brancas que possuem privilégios financeiros e/ou familiares em carreira jurídica. Muitas vezes, dentro das nossas famílias, somos as primeiras a nos formar, ou fazemos parte da primeira geração que conseguiu chegar a ter um curso superior", completa.

"Nossa missão, como coletiva de mulheres negras, é levantar nossas pautas nos espaços que estamos inseridas e levar também outras mulheres negras conosco"

A pernambucana, Maria José de Oliveira, sempre sonhou em seguir a carreira jurídica, e foi com a ajuda da MADA que ela conseguiu a tão esperada aprovação na OAB. "Conheci a Abayomi através de uma colega de faculdade. Quando iniciamos a formação com a MADA eu fiquei maravilhada, pois tudo aquilo era algo novo para mim, apesar de sempre ter tido uma proximidade com as questões sociais". A advogada, agora licenciada, afirma que nenhum outro curso preparatório abriria tantos horizontes como o oferecido pela coletiva. "Antes eu não acreditava tanto em mim, aí veio a primeira fase da OAB, depois a segunda fase e depois o resultado. Esse mês ainda [outubro de 2021] estarei lá fazendo meu juramento, para poder em breve dar a minha contribuição para as próximas que virão. A gente precisa estar lá para mudar a estrutura por dentro", descreve Maria José.

Uma proposta de mentoria enegrecida

Uma outra realização possível com o apoio do Fundo Baobá, foi o desenvolvimento do programa Black Coach Abayomi. A partir de técnicas de autoconhecimento

e de desenvolvimento pessoal e profissional, o programa tem como proposta resgatar a identidade e a autoestima do povo negro a fim de desenvolver competências para ocupar “espaços de poder”.

“Os pilares da MADA são utilizados para a formação dessas profissionais, pois acreditamos que é uma metodologia que fala sobre nós enquanto quilombo. É um curso de coach afrocentrado. Para além das técnicas de coach, a gente inclui os quatro pilares da MADA, para que as profissionais que estão sendo formadas possam aplicar esses pilares em seus ambientes de atuação”, conta Débora Gonçalves.

A proposta inicial da formação era atender cinco lideranças, mas com o recurso foi possível atender 20 lideranças. Dentre elas a pedagoga, Viviane Carneiro, que encontrou na mentoria a possibilidade de aperfeiçoar os atendimentos que já realizava. “Em um determinado momento da minha vida eu achei que poderia encorajar outras mulheres com as minhas vivências, e passei a utilizar as redes sociais para disseminar esse trabalho. Mas, nada que eu pudesse comparar com a aplicação da MADA. Após a formação, eu me sinto com maior capacidade técnica para atender outras mulheres”, afirma.

A trajetória das mulheres juristas Abayomis também passou a ser registrada através de artigos no site da coletiva e no Anuário Abayomi Juristas Negras, materiais também produzidos com o apoio do Fundo Baobá. Foi possível incentivar a produção de 50 artigos, com temas relacionados a questões raciais, gênero e o meio jurídico. Uma espécie de registro da luta da coletiva para a incidência no Sistema Judiciário brasileiro.

PARAÍBA E FEMINISTA - Mulheres da Coletiva Abayomi montam estratégias de Bem Viver para mulheres negras do estado

Grupo realizou ações sociais e de formação para mulheres negras com o apoio do Fundo Baobá

Por Brenda Gomes

Em 2015, após marchar em defesa da vida e contra o genocídio da população negra em Brasília, na Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver, a psicóloga e doutoranda em antropologia, Durvalina Rodrigues, retornou para a Paraíba provocada pelo sentindo de “aquilombamento”. A ideia de criação de uma grupo que continuasse pautando as demandas levantadas no encontro efervescia. “Naquele momento eu não tinha dúvidas, que apesar de já fazer parte dessas discussões aqui no estado, precisávamos estar mais organizadas

com nossas pautas. Lutar contra o racismo, o sexismo e pelo bem viver exige de nós estratégias políticas e sociais. Foi aí, que em conversa com outras companheiras, surge a nossa coletiva, a Abayomi - Coletiva de Mulheres Negras na Paraíba."

"Abayomi" é uma palavra yorubá que pode ser traduzida como "encontro precioso" ou "aquele que traz alegria e felicidade". Sua representação simbólica no Brasil tem a figura de uma boneca feita de retalhos de tecido e nós. Muitos relatos contextualizam a sua origem no período da escravização.

A organização, que hoje conta com cinco lideranças de faixa etária entre 30 e 65 anos e as mais diversas formações, foi uma das contempladas na 1ª turma do Programa de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras: Marielle Franco. Uma ação do Fundo Baobá para Equidade Racial em parceria com a Fundação Kellogg, o Instituto Ibirapitanga, a Fundação Ford e a Open Society Foundations.

Segundo Durvalina, a escrita do edital, assim como a sua execução, foi um processo desafiador para a coletiva. "Escrevemos o projeto em um cenário, e executamos em outro totalmente diferente. Nós tivemos que ir além, principalmente pelo que diz respeito ao uso das tecnologias, que é um campo do saber que nos foi negado por muito tempo".

Com o apoio do Fundo Baobá, foi possível impulsionar algumas ações já desenvolvidas pelo grupo, e também alcançar novos territórios, como na execução do minicurso "AYA – Movimentando as Estruturas Contra o Racismo na Paraíba". A formação surgiu com intuito de subsidiar as discussões em torno da luta antirracista, levando questões em torno de temas como: colonialidade, saúde da população negra, comunicação e política públicas para a população negra.

> Em uma sociedade desigual, capitalista e racista como a brasileira, é preciso manter-se na luta por políticas públicas que possibilitem o acesso e permanência na escola à toda a população

"O minicurso projetou a Abayomi de uma forma que nós não tínhamos dimensão. Claro, montamos uma estrutura com instrutores com currículos maravilhosos. Mas, em meio a uma pandemia, pensar que teríamos de 60 a 100 pessoas em uma aula virtual era inacreditável", conta Durvalina.

As aulas serviram também para a coleta de subsídio para a produção do Dossiê Temático - Mulheres Negras da Paraíba no contexto da pandemia de Covid-19. O material foi construído na perspectiva de combate ao racismo,

com o objetivo de estimular diferentes setores do estado da Paraíba a comprometer-se com a pauta racial, na construção de políticas públicas. Para a mestra em ciências jurídicas, Terlúcia Silva, o documento é mais que um simples relato sobre a saúde pública no estado em um momento de crise sanitária.

“A gente queria falar com o poder público, ter um material que pudesse pautar políticas públicas para a nossa gente, que fizesse barulho e sentido. O dossiê é mais que um livro com apanhado de relatos, é um instrumento político que pode se integrar no Plano de Igualdade Racial e fortalecer a luta contra o racismo na Paraíba”, declara a também membro da coletiva. Ela comenta que a partir do dossiê, a coletiva já conseguiu conversar com algumas secretarias e representantes do estado. “Nossa meta é fazer com que este documento circule o máximo possível”, completa.

O material conta com artigos individuais e narrativas coletivas, e pauta temáticas como educação, saúde, juventudes, saúde mental, trabalho doméstico e sexualidade. Os textos foram escritos por 16 mulheres ativistas, estudiosas e educadoras. É uma narrativa que, para Terlúcia, não haveria sentido sem o protagonismo dessas autoras.

“A Abayomi surge como esse desejo de fortalecer um campo de luta das mulheres negras, então não faria sentido construirmos um documento sem a voz de mulheres e pensadoras. As autoras fazem uma abordagem capaz de representar o sentimento coletivo da população negra em nosso estado, são relatos baseados em pesquisa e vivência. É sobre escrevivência, como diz Conceição Evaristo”, reflete Terlúcia.

A vida e a educação da juventude negra nas escolas públicas foi um dos temas evidenciados pelo documento. Além do fechamento de escolas e falta de estrutura para acompanhar as aulas on-line, os alunos ainda tiveram que lidar com fatores como: problemas familiares, solidão e dificuldades em estudar sozinhos.

Ação Obirim Dudu ocorrida durante a pandemia no Quilombo do Ipiranga em Conde (PB)

Para a cientista social, Uliana Gomes “ a educação deve ser pensada como um processo social que transforma, politiza, liberta e que é um direito de todas as pessoas. Porém, cabe ressaltar que o processo educacional

reflete as estruturas sociais. Em uma sociedade desigual, capitalista e racista como a brasileira, é preciso manter-se na luta por políticas públicas que possibilitem o acesso e permanência na escola à toda a população". Ela é responsável pela comunicação e projetos educacionais da coletiva.

Alimentar os sonhos e a barriga das mulheres negras

A crise sanitária causada pela Covid-19 aumentou as desigualdades em todo o país. O aumento do desemprego, que atingiu um dos mais altos índices da história do Brasil, colocou em questão o massivo discurso feito pelos meios de comunicação e órgãos de saúde; "fique em casa". Mas o que mantém toda essa gente em casa, já que o auxílio emergencial, notoriamente, foi insuficiente para garantir condições mínimas de subsistência dos beneficiários?

Mais de 1,6 milhões de pessoas na Paraíba viviam com menos de R$450 por mês em 2020 e estavam abaixo da linha de pobreza estabelecida pelo Banco Mundial. 357 mil pessoas viviam em situação de extrema pobreza, no mesmo ano, vivendo com menos de R$155 por mês. As informações são da Síntese de Indicadores Sociais (SIS), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em um cenário como este, a Coletiva Abayomi reestruturou o projeto "Obirin Dudu: movimentando as estruturas contra o racismo", apresentado anteriormente em outro formato para o edital, e destinou parte do recurso para a compra de alimentos e materiais de limpeza para serem doados às mulheres mais necessitadas no estado. A também assistente social, Terlúcia Silva, afirma que só foi possível realizar a ação por conta da flexibilidade das instituições apoiadoras do edital.

"O Fundo Baobá foi capaz de entender que o contexto que projeto foi escrito e o contexto que ele foi executado foram diferentes. Não tinha como levar formação política para mulheres enquanto elas estavam passando fome com seus filhos", explica. Ela aponta que a coletiva entende ainda que esse momento ainda não passou. "A fome está sendo agravada e as situações de insegurança alimentar são incontáveis. Por isso, adotamos a estratégia de acompanhar as famílias que atendemos de forma sistemática e processual", complementa.

Além da doação de alimentos, a ação teve ainda como objetivo fortalecer o comércio local. "Foram doadas cerca de 75 cestas básicas, 75 kits higiênicos e 1250 máscaras de tecido. Os alimentos foram comprados nas comunidades, as máscaras produzidas por costureiras dos territórios. Tudo que víamos

que poderia fazer a renda daquele local se mexer, fazíamos", explica Durvalina Rodrigues.

Para além do apoio material também foram feitos diálogos sobre como as violências, que vão para além da pandemia, têm atingido essas comunidades. De acordo com Durvalina, a violência doméstica e as questões do racismo tomam outro lugar quando as mulheres estão informadas. "A mulher negra, na sociedade brasileira, é sempre colocada como a que cuida. Se a gente informa, se a gente alimenta, se a gente se coloca no lugar da escuta, a gente coloca essas mulheres em um local de cuidado, a retira do lugar de solidão, mesmo que seja por um minuto", declara.

Saudando as nossas mais velhas

"Ìyálodè", também do yorubá, foi um dos títulos recebidos pelas yabás (orixás femininas) Nanã e Oxum, que em uma tradução livre pode significar "aquela que lidera outras mulheres", ou "a dona do grande poder". A história das mulheres negras no Brasil atravessa gerações e é guiada por ìyálodès contemporâneas. Passos que vêm de longe com Tereza de Benguela, Beatriz do Nascimento, Lélia Gonzáles, Maria Firmina dos Reis, Antonieta de Barros e tantas outras, que possivelmente tiveram suas histórias tratadas no anonimato.

A fim de valorizar a trajetória dessas ìyálodès, o projeto "Buyìn Dudu: Recontando Nossas Histórias", desde 2019, homenageia mulheres negras que atuam na perspectiva da afirmação da identidade negra e do enfrentamento ao racismo na Paraíba, em diferentes espaços. A atividade acontece durante a programação do mês de julho, quando é celebrado o "Julho das Pretas".

Também doutoranda em antropologia, Uliana Gomes, conta que a proposta surge com a finalidade de evidenciar o legado que tem sido construído pelas mulheres paraibanas diariamente. "A gente valoriza os diversos ativismos das mulheres negras, somos muitas e estamos em muitos espaços. Escolhemos os segmentos e vamos

mapeando, juntamente a outras companheiras, os nomes das nossas homenageadas", conta. A cientista social relata que a coletiva já teve muitos feedbacks bonitos, falando que o prêmio trouxe de volta as mulheres homenageadas "a cena". "São homenagens às nossas mais velhas em vida", explica.

Uliana destaca o papel social da Abayomi no resgate destas histórias. "Foi nesta coletiva que eu percebi o desafio político do que é me reconhecer como mulher negra. Aqui eu percebi que preciso criar estratégias para quem vem depois de mim, assim como essas mulheres criaram para que eu estivesse aqui". Para a membra da coletiva há uma tentativa de epistemicídio histórico, de apagamento dessas trajetórias. "É a nossa responsabilidade aglutinar forças e resgatar. Com o apoio do Fundo Baobá, neste ano, conseguimos dar mais visibilidade a este prêmio, mas nossa meta é torná-lo regional", finaliza.

Nas ruas e nas redes: Marcha das Mulheres Negras de São Paulo segue em passos firmes

Organização apoiada pelo Fundo Baobá precisou se adaptar em meio a pandemia do coronavírus

Por Morgana Damásio

Pela tela do computador, Mara Lúcia da Silva, a Omara, se apresenta. É lésbica, feminista e seus cabelos grisalhos também nos contam sobre os anos na luta antirracista. Mais tarde descubro que ela também carrega o samba no coração. Na janela ao lado, com um sorriso, Eliane Almeida conta que é jornalista, tem 50 anos e é mãe de Isabela, de 20 anos, e de Vitória, de 8 anos. Na sequência, conheço Fernanda Chagas, jovem, socióloga e pesquisadora. Mulheres negras: Omara, Eliane e Fernanda; partilham os passos na Marcha das Mulheres Negras de São Paulo (MMNSP). Juntas, ajudam na construção da organização, de uma maneira horizontal e coletiva com outras mulheres negras.

“O que tem de maravilhoso dentro da Marcha é a pluralidade” conta Omara. “Existem mulheres que são partidárias, mulheres que não são partidárias, mulheres que estão ali autonomamente, que fazem parte de outros coletivos e que se somam para fortalecer. Somos Marcha, mas também somos outras coisas, então somos múltiplas”, completa. Para ela é justamente essa multiplicidade que faz a Marcha ter força e conseguir todos os anos trazer mais gente para continuidade do processo de luta.

A Marcha das Mulheres Negras de São Paulo é uma das sementes da Marcha de Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência, e pelo Bem Viver, realizada em novembro de 2015, em Brasília. Um marco histórico, em que mais de 100 mil mulheres negras de todo Brasil ocuparam a Esplanada dos Ministérios, pautando um novo projeto de sociedade para o Brasil. Além de São Paulo, outros estados como a Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Pará seguiram com ações estaduais. “É um espaço onde nós mulheres negras conseguimos refletir, lutar, pensar na criação de políticas públicas e debater as nossas especificidades a partir da questão racial, que na verdade é a nossa luta desde sempre [...] Essa caminhada já vem de muito mais tempo e de uma forma bem descentralizada”, conta Fernanda Chagas.

A MMNSP foi uma das iniciativas apoiadas na 1ª turma do Programa de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras: Marielle Franco. Uma ação do Fundo Baobá para Equidade Racial em parceria com a Fundação Kellogg, o Instituto Ibirapitanga, a Fundação Ford e a Open Society Foundations. “Nós mergulhamos, foram dias e dias de reuniões no SESC, café, fala e debate. Foi muito rico esse processo, porque mobilizou nossas mulheres. Só que juntamente com a aprovação do projeto veio o corona, né? Ficamos paralisadas, a gente pensou tudo no físico e tivemos que transformar para o virtual”, explica Fernanda, que também destaca que muitas companheiras não tinham celular ou acesso a internet.

“É um espaço onde nós mulheres negras conseguimos refletir, lutar, pensar na criação de políticas públicas e debater as nossas especificidades a partir da questão racial, que na verdade é a nossa luta desde sempre”

Fernanda Chagas

Assim nasceu o “Projeto Aquilombar e Ampliar Universos - formação política para mulheres negras”, que entre março de 2020 e julho de 2021 impulsionou a formação das mulheres do MMNSP para atuação política e compreensão da realidade social. O objetivo do

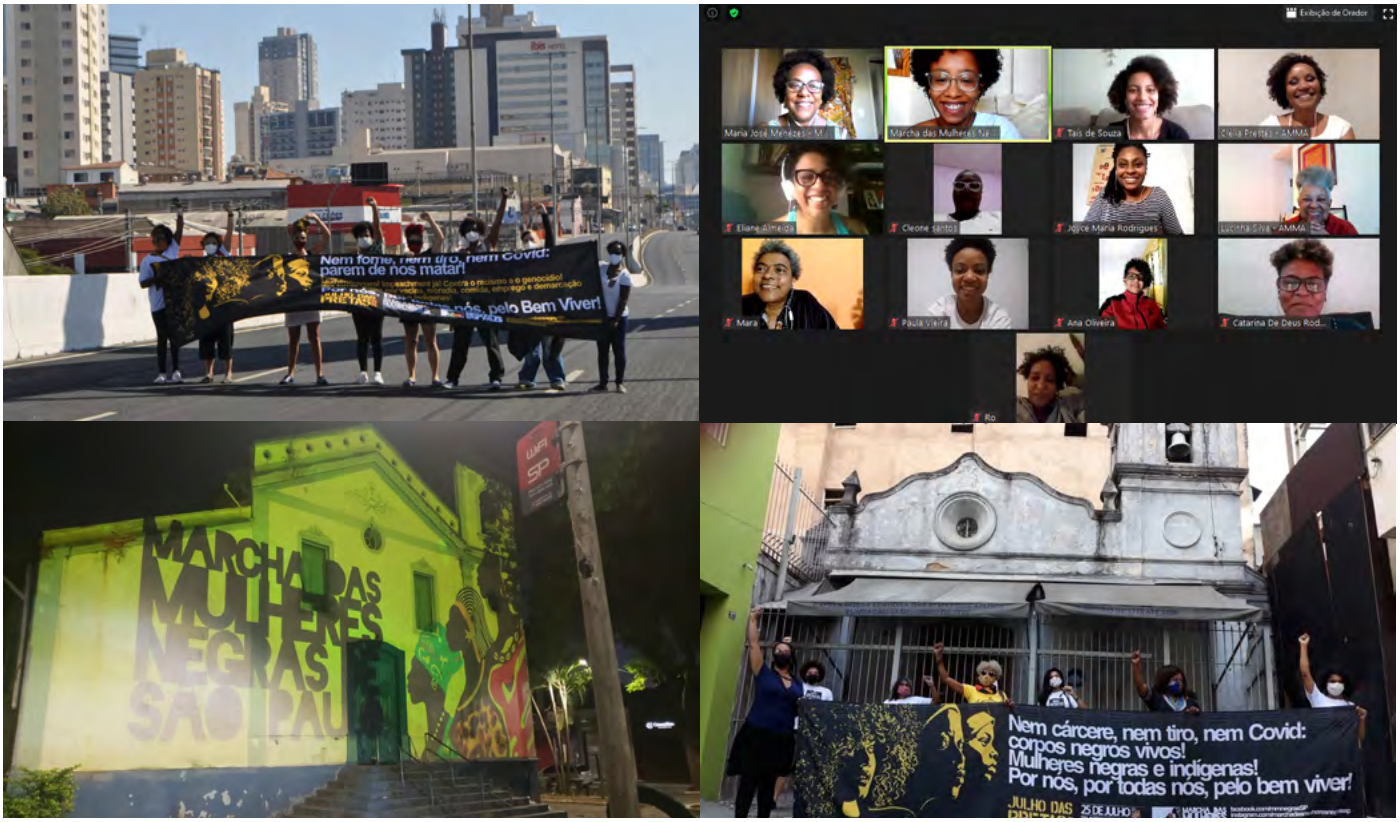
projeto foi fortalecer estratégias de comunicação e ampliar o alcance da luta antirracista para as redes sociais. Foram 12 formações com diferentes temáticas; cerca de 50 atividades relativas ao Julho das Pretas e a Marcha do 25 de julho em 2020 e 2021; além da reativação do site, criação do canal do Youtube e otimização do uso estratégico do Facebook e Instagram. “Acontecia uma formação política e uma técnica, intercaladas, e isso foi de um grau muito enriquecedor. Hoje a gente consegue perceber, inclusive, qual o potencial temos de utilização dessa ferramenta para as próximas marchas”, exemplifica Eliane. Ela pontua que a Marcha entendeu que, apesar da preferência pelo presencial, há a possibilidade de que mulheres que não estejam em São Paulo participem das reuniões por outros canais. Eliane destaca que se apropriar dos conhecimentos técnicos é também uma ferramenta política.

Nas formações, temas como: segurança digital, artivismo, produção de conteúdo para redes sociais, violência política contra mulheres negras e os impactos da pandemia para mulheres negras foram trabalhados. Além dos processos formativos, as mulheres da Marcha seguiram com os outros projetos, articulações políticas e se engajando nas questões trazidas ou agravadas pela pandemia e que afetam, sobretudo, as comunidades negras. Tais como: projeto político e representatividade nas eleições, vacinação, moradia, emprego, genocidio, demarcação de terras quilombolas e indígenas e auxílio emergencial. “Todo dia tem alguma coisa, todo dia é um sete a zero. Nós perdemos algumas companheiras e também tem os meninos que elas deixaram, né? A gente tenta, dentro do possível, também fazer um acompanhamento desses jovens. É correr atrás de terapia, escola, é muita demanda”, partilha Omara. Ela rememora o quanto a rede de apoio se intensificou entre as mulheres da Marcha durante o período de isolamento social.

“Nenhum passo atrás”

No primeiro ano de experiência do projeto, o Julho das Pretas realizou trinta dias ininterruptos de atividades, alcançando mais de um milhão de pessoas na internet. No dia 25 de Julho foram doze horas de programação aberta online. “A sobrecarga foi uma loucura, porque a gente não tinha realmente dimensão dessa coisa, né?”, comenta Omara sobre a adaptação da programação para o espaço virtual. “Quando acabou estávamos esgotadas”.

Na edição deste ano de 2021, as mulheres refletiram sobre a sobrecarga e o autocuidado e reduziram a quantidade de ações durante o mês. “A formação sobre autocuidado foi um momento muito importante para nós, de



Devido a pandemia a Marcha fez uma série de ações com projeções e faixaços em São Paulo e mais 4 cidades - Imagem: Divulgação

fortalecimento mesmo. Pra que a gente conseguisse ver e entender tudo que estava acontecendo", comenta.

A marcha virtual, das 16h às 20h, foi mantida. Projeções e faixaços em 5 regiões de SP (capital) e mais 4 cidades paulistas (Santos, Osasco, Santana de Parnaiba e Mauá) foram realizados.

As mulheres da Marcha destacam que a formação sobre planejamento estratégico e governança, oferecidas pelo Baobá, também foram fundamentais para esse realinhamento. A formação trouxe reflexões importantes sobre a missão da organização, a visão e o planejamento a curto, médio e longo prazo. " A Marcha cresceu em qualidade e alcance", finaliza Omara. rchadasmulheresnegrasdesaopaulo

Trecho do Manifesto MNNSP

E como fazemos em São Paulo desde 2016, demonstramos nossa indignação e força. Milhares de mulheres negras e indígenas, lésbicas, bissexuais, trans e travestis, quilombolas, ativistas e ciberativistas, jovens, idosas, estudantes, educadoras, donas de casa, militantes, artistas, desempregadas, profissionais liberais, profissionais do sexo, servidoras públicas, comunicadoras,

professoras, catadoras de recicláveis, profissionais da saúde, defensoras de direitos humanos, parlamentares, jornalistas, católicas, protestantes, de terreiro, sem religião, com fé na força de cada uma de nós, seguimos avançando e movendo o Brasil pelo Bem Viver

MMNSP

marcharchadasmulheresnegrasdesaopaulo

@marchadasmulheresnegrassp

mmnegrassp

www.marchadasmulheresnegrassp.com

Ganhadeiras Podcast

Ep 2. Daiane Almeida

Clube de Mães com 30 anos de existência investe em educação e formação no povoado de São Pedro, zona rural do município de Anajatuba, no Maranhão

A Associação do Clube das Mães do povoado São Pedro realizou durante o Programa de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras: Marielle Franco oficinas e cursos que beneficiaram a comunidade

Por Jamile Araújo

Há três décadas as necessidades de transformação na comunidade organizam e movimentam as mulheres no povoado São Pedro, localizado em Anajatuba, no interior do Maranhão. A Associação do Clube das Mães São Pedro atua desde 1991, com atividades voltadas para crianças e adolescentes, mas também com formação para as mulheres. Após 30 anos de luta, as lideranças do Clube perceberam a necessidade de dinamizar e modernizar a entidade,

única associação de mulheres do município até hoje.

O apoio do Fundo Baobá veio no momento ideal para "levantar a moral" da Associação e possibilitar o planejamento de um futuro com sede própria e novos projetos – é o que afirmam as suas componentes. A entidade é uma das contempladas na 1ª turma do Programa de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras: Marielle Franco, uma ação do Fundo Baobá para Equidade Racial em parceria com a Fundação Kellogg, o Instituto Ibirapitanga, a Fundação Ford e a Open Society Foundations.

"Para a gente é uma satisfação porque os jovens se interessaram por esses assuntos, e assim não deixam morrer essas atividades na comunidade"

A história da Associação Clube das Mães do Povoado São Pedro se mistura com boa parte da história de vida de Maria Eunice de Jesus Santos, 69 anos, professora aposentada e membro do Clube desde a criação. Ela conta que é filha do povoado de São Pedro e que, quando era adolescente, saiu para estudar na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). "Uma coisa interessante é que nessa época, de 1976 a 1980, eu fui a primeira pessoa negra de Anajatuba a cursar uma universidade pública. Abri caminho para muitos outros, e hoje tem várias pessoas que já fizeram curso superior também, inclusive Filomena [jovem do povoado presente durante a entrevista]".

Dona Eunice acredita na educação como um caminho possível de empoderamento. "Sem educação a gente não é nada. Sem educação nunca vamos ser mulheres empoderadas", afirma. E foi a partir da educação que Dona Eunice, professora do ensino médio e técnica em assuntos culturais, teve contato com a possibilidade do trabalho social para transformar vidas. "Nunca esqueci minhas raízes de São Pedro. Nessa trajetória, em 1991 eu fui procurada por algumas mulheres para falar que 'não tinha nada na comunidade'. Então eu disse 'nós vamos criar um grupo de mulheres', e criamos a Associação. E daí a gente vem trabalhando. Tudo o que a gente conseguiu para o povoado foi por articulação, para angariar as coisas. E isso a gente fez de água à luz", explica.

Joana Moura Machado Santana, 67 anos, também é co-fundadora e faz parte da diretoria do Clube de Mães. Ela explica que o trabalho é realizado conjuntamente, e que o desejo de trazer o novo e apoiar a comunidade é o que as move. "Estamos aqui desde que começou, todo o tempo junto, fazendo nosso trabalho juntas, participando. Estou aqui na luta junto com minhas amigas, querendo trazer alguma coisa e

apoiando nossa comunidade", diz Dona Joana.

Fortalecimento e dinamização da Associação

As mulheres da Associação relatam que antes do apoio do Fundo Baobá alguns projetos do Clube de Mães com crianças e adolescentes foram apoiados por outras organizações, mas que nos últimos períodos perceberam que uma dinamização era necessária.

De acordo com Dona Eunice, os projetos implementaram ações com arte, cultura, teatro, entre outras áreas. "Plantas medicinais também... a gente visitou até o horto medicinal da UFMA. Visitamos alguns espaços da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Já tivemos outras experiências com alfabetização de jovens e adultos, mini-usina de beneficiamento de arroz, entre outros", pontua.

"A gente estava bem baixinho, quase não andando mais", lembra Dona Eunice. Ela acredita que o projeto veio para levantar a moral do Clube de Mães. "Por isso que a gente colocou 'dinamização do Clube das Mães', para poder levantar", argumenta.

Entre 2020 e 2021, período de execução do projeto, a Associação realizou oficinas e cursos, além de iniciar uma presença virtual, com a criação das redes sociais da instituição, que estão para ser lançadas. "Nesse período de pandemia a gente fez doação de cestas básicas para as pessoas mais necessitadas da comunidade. Doou também kits de higiene pessoal para crianças, com creme dental, escova de dente, sabonete, e todo mundo saiu satisfeito", relata Dona Eunice.

"O Fundo Baobá deu grande apoio para a gente nesse momento. A gente teve oficinas de associativismo, gestão social e governança; internet e redes sociais; captação de recursos e elaboração de projetos sociais", conta a liderança. "Para a gente é uma satisfação porque os jovens se interessaram por esses assuntos, e assim não deixam morrer essas atividades na comunidade", explica ao comentar que nas oficinas de internet e redes sociais houve uma grande presença de jovens.

Teoria e prática: oficinas enriquecem o olhar da comunidade e envolve jovens na continuidade das ações

A professora Maria Albertina Lima Machado, 41 anos, moradora do povoado São Pedro e sócia do Clube de Mães, participou de seu primeiro projeto na Associação. "Eu tive a oportunidade de participar da oficina de associativismo e gestão social". Ela conta que foi uma experiência muito enriquecedora e que, apesar de já ter uma noção de como fazer os documentos de uma associação, não sabia como fazer de uma associação de uma comunidade.

“Entre 2020 e 2021, período de execução do projeto, a Associação do Clube das Mães do povoado São Pedro realizou oficinas e cursos na comunidade - Imagem: Divulgação

A professora acredita que as oficinas impactaram e trouxeram um conhecimento gigantesco para a comunidade, que já lida com negócios, mas não tinha tanta noção do planejamento e requisitos para o gerenciamento. “Vou levar para minha vida, porque a gente que pensa em gerir e gerenciar nossos negócios em uma comunidade precisa disso também. Aqui tem algumas pessoas que produzem, trabalham com hortas, e que aprenderam muito nesse curso com a questão dos gastos”, reitera.

Filomena Lica dos Santos, 28 anos, pedagoga e moradora da comunidade de São Pedro, participou das oficinas de captação de recursos; e internet e redes sociais. “Teve uma mudança radical aqui na nossa comunidade. Porque tem muitas pessoas que através dessas oficinas estão dando continuidade. Aquilo que aprenderam na teoria estão colocando na prática. Então foi muito enriquecedor para mim e para os demais jovens”, afirma.

Nicole Cintia Machado Santos, 13 anos, sempre participa das atividades da Associação com sua mãe, Maria Albertina. A adolescente participou das oficinas de internet e redes sociais e acredita que foi muito enriquecedor poder ter uma noção melhor sobre os computadores. “Eu achei bem interessante o que a gente trabalhou nela. Foi bom para a gente ter uma experiência, já tinha começado com um curso básico e esse foi mais avançado”, descreve.

Maria Albertina destaca ainda, que mesmo não participando das oficinas de internet e redes sociais, a realização delas impactou até mesmo em sua casa. “Minha filha participou e veio me ajudar também. Porque como estamos trabalhando de forma remota e eu não fiz curso de informática, então o conhecimento que ela adquiriu na oficina veio me ajudar. Alguma coisa que eu me atrapalhava, falava ‘Nicole vem aqui’. Então diretamente me ajudou”, pontua.

Dina Carla Barbosa Almeida, 46 anos, consultora do projeto do Clube das Mães, conta que se sentiu muito feliz em fazer este trabalho. “Aprendi temas novos e uma linguagem nova. O gerente de projetos tem que estar sempre aberto a receber, a ouvir, a aprender ali todos os dias. Então foi muito importante para mim ter conhecido o Baobá, ter conhecido as

pessoas e esta luta. Me sinto feliz por mais uma história que trilhamos", afirma.

Desafios em tempos de pandemia

A pandemia de Covid-19 foi um desafio que exigiu que as mulheres se reinventassem durante toda a execução do projeto. Maria Albertina conta que tiveram que fazer muitas adaptações. "Inclusive na oficina de Associativismo. Tivemos que reduzir o número de participantes. A gente ainda estava com muito pavor. Precisamos fazer ao ar livre, com muito cuidado. Em todas as oficinas tivemos que fazer adaptações". Mesmo assim, todas as ações planejadas foram concluídas, com os cuidados exigidos diante do contexto de crise sanitária.

Dina Carla relata que, mesmo antes do início da pandemia, o Fundo Baobá já estava inovando com a introdução de reuniões virtuais, por isso foi necessário planejar um bom ponto de internet. "Lá no início não tínhamos uma internet tão boa. Havia um ponto de internet na Escola Família Agrícola, que na época em nossa primeira reunião virtual não estava funcionando bem. Hoje as pessoas já têm internet lá", destaca.

Construção de uma Sede e novos projetos

"Pra gente, participar do projeto do Fundo Baobá foi excelente, a gente fica muito agradecida", diz Dona Eunice. As mulheres do Clube de Mães têm agora o desafio, junto com a União de Moradores de São Pedro, de encontrar apoio para viabilização do Centro de Desenvolvimento Social do povoado. Elas citam a necessidade de engenheiros, arquitetos, doação de materiais, tudo que contribua para a materialização do sonho desse espaço físico que será mais um avanço para a comunidade.

A dificuldade de espaço físico sempre foi algo presente. Inicialmente a Associação funcionava em uma casa de palha. Depois no salão da antiga mini usina de beneficiamento de arroz, que não era um espaço apenas da entidade. Atualmente está sendo viabilizado um terreno para a construção do que estão chamando de Centro de Desenvolvimento Social.

"O terreno é bem no meio do povoado, para fazer a sede da Associação do Clube das Mães e a sede da união de moradores do povoado de São Pedro. A união de moradores trabalha mais com os homens, com a produção agrícola e fabricação de farinha. E o Clube das Mães com o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, e também a formação com as mulheres", relata Dona Eunice.

Elas projetam que o novo espaço tenha uma sala de informática, já que as duas organizações têm

computadores; sala de secretaria de cada organização; sala de exposição permanente como um museu rural, banheiros e cozinha com acessibilidade; sala de reuniões e sala para cursos e oficinas. “Não sei se o terreno vai caber tudo isso, mas eu acredito que vai suportar”, brinca Dona Eunice. “Então agora é outra batalha”, reforça.

Segundo ela, entre as próximas ações, haverá um concurso com premiação de poesia ilustrada, com o objetivo de estimular a questão da educação ambiental. “Para ver se a gente vai conscientizando crianças e adolescentes... Apesar da véspera dos 70 anos, a gente sempre está aprendendo também, com outras pessoas de outras idades, e sempre querendo que a vida seja melhor”, finaliza.

Movimento de Mulheres do Subúrbio Ginga realiza formações para mulheres negras da Região Metropolitana de Salvador

Com o apoio do Programa de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras: Marielle Franco, o grupo promoveu a formação de 20 mulheres para captar recursos e gerir projetos sociais

Por Jamile Novaes

O papel de liderança desempenhado por mulheres negras ao longo da história do Brasil é de fundamental importância para o processo de libertação e garantia de direitos da população negra. Dandara dos Palmares, Luiza Mahin, Tereza de Benguela, Antonieta de Barros, Marielle Franco, e muitas outras, mostram que "quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela", como afirma a filósofa estadunidense Angela Davis.

Por todo o país, mulheres negras seguem aquilombando-se e atuando para transformar a sociedade, como é o caso do Movimento de Mulheres do Subúrbio Ginga. A

organização foi fundada em 2010 por 15 mulheres do bairro de Santa Luzia do Lobato, Subúrbio Ferroviário de Salvador (BA). O objetivo da entidade é fortalecer o protagonismo feminino na comunidade para o enfrentamento de violações aos direitos humanos, ao racismo, sexismo e à violência doméstica, além de promover a autonomia financeira das mulheres. Durante a última década, o grupo vem desenvolvendo uma série de ações em parceria com outras organizações da sociedade civil, dentro e fora do Subúrbio.

O grupo é um dos contemplados na 1ª turma do Programa de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras: Marielle Franco, uma ação do Fundo Baobá para Equidade Racial em parceria com a Fundação Kellogg, o Instituto Ibirapitanga, a Fundação Ford e a Open Society Foundations.

Formação de novas lideranças

Ao pesquisar sobre ações voltadas para a transformação da realidade de mulheres negras na Região Metropolitana de Salvador, o Ginga identificou um número considerável de organizações recém criadas e percebeu a necessidade de promover uma formação que capacitasse mulheres negras representantes dessas entidades. Era preciso compartilhar conhecimento para que essas mulheres captassem seus próprios recursos e pudessem gerir os seus projetos de forma autônoma. Apoiadas pelo Programa Marielle Franco, as mulheres do Ginga receberam suporte técnico e financeiro para realizar o projeto "Mulheres Negras: elaborando estratégias, fortalecendo saberes". 20 entidades escolheram as suas representantes para participar do curso que aconteceu entre outubro de 2020 e agosto de 2021.

> "Cada oficina promovida nos ajudou a resistir, acolhendo-nos e alimentando-nos de conhecimento e esperança, mostrando-nos que somos capazes de ir além e transformar essa realidade"

Dentre as participantes, estava Raquel Menezes, idealizadora do Núcleo de Apoio às Comunidades de Lauro de Freitas - NAC, entidade que visa promover a transformação social atuando em redes de colaboração com outras associações comunitárias para dar suporte e encaminhar as demandas da população local. Segundo Raquel, "o projeto mostrou como construir, passo a passo, cada etapa de um projeto social, para que saibamos nos adaptar a cada situação requerida por editais ou oportunidades". Apesar de ainda não participar da concorrência de editais, a formação permitiu ao NAC estruturar o projeto Cicloturismo de Base Comunitária com foco no

A proposta inicial do Ginga era realizar formações presenciais, mas devido aos impactos da pandemia a idéia precisou ser adaptada para o virtual

turismo, meio ambiente, economia solidária e arte-educação. O projeto foi abraçado por outras organizações comunitárias e já está em execução.

A experiência formativa de troca de conhecimentos entre as mulheres do Ginga e das organizações contempladas pelo projeto abriu um leque de possibilidades, que só foi possível graças ao esforço conjunto empenhado para analisar as demandas, fragilidades e potencialidades de cada coletivo. “Fiquei muito feliz de poder trabalhar com mulheres negras que partilham tantas experiências de vida comuns à minha como mulher negra”, comemora Cláudia Isabele Pinho, integrante do grupo Ginga e facilitadora do curso. De acordo com ela, no percurso da formação foi preciso reorientar os conteúdos conforme as questões eram trazidas pelas contempladas. “Respondê-las me desafiou, tanto do ponto de vista técnico quanto analítico, porque elas me cobraram respostas que interseccionavam articulação política, ética e compliance. Por isso, também ficou a sensação de uma experiência realmente relevante em que eu também fui formada nas trocas e desafios durante o processo”, explica.

Impactos da pandemia de Covid-19

A proposta inicial do projeto era realizar formações presenciais, o que precisou passar por adaptações para seguir as normas de segurança estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em função da pandemia de Covid-19. Para isso, as mulheres do Ginga precisaram, antes de tudo, se capacitar para utilizar aplicativos e plataformas virtuais que garantissem a inclusão de todas as participantes. A partir daí perceberam que precisariam adotar um ambiente virtual de aprendizagem, com aulas transmitidas online, o que foi um desafio tendo em vista as limitações de acesso à internet.

“Tentamos nos cercar de todos os instrumentos e mecanismos pedagógicos possíveis e acessíveis. Isso demandou uma mudança na carga horária, que teve que ser ampliada para assegurar a aprendizagem com aulas de reforço, de compartilhamento das leituras, repercurso de módulos pendentes e plantões de orientação dos projetos”, conta Maíse Zucco, integrante

do grupo Ginga e coordenadora pedagógica da formação.

Maíse Zucco é integrante do Ginga e coordenou a parte pedagógica das formação.

Alterar o projeto para o formato virtual também demandou ajustes no plano pedagógico para garantir a permanência das cursistas. Foi necessário utilizar ferramentas que assegurassem a acessibilidade de mulheres com baixa visão e promover o acolhimento psicológico para lidar com questões de saúde mental e experiências de violências que se intensificaram durante o contexto pandêmico.

Continuidade

Além da oportunidade de oferecer formação a outras mulheres e organizações, o apoio do Fundo Baobá permitiu também ao próprio grupo Ginga se reestruturar internamente e dinamizar a sua atuação. “Evoluímos enquanto grupo, superando as nossas dificuldades tecnológicas, explorando habilidades individuais para uma melhor gestão do tempo e das pessoas. Assim, avançamos na gestão da nossa entidade, descentralizando a administração das ações com o compartilhamento de responsabilidades”, nos conta Carine Lustosa, integrante do grupo Ginga e coordenadora geral do projeto. De acordo com ela, o programa contribuiu para a formação política do movimento, fortalecendo o emocional e psicológico diante desse cenário pandêmico. “Cada oficina promovida nos ajudou a resistir, acolhendo-nos e alimentando-nos de conhecimento e esperança, mostrando-nos que somos capazes de ir além e transformar essa realidade”, afirma.

Com base no aprendizado adquirido com a execução do projeto, o grupo Ginga pretende se colocar na concorrência de editais para financiar os seus projetos futuros, além de dar continuidade às articulações e ações em rede para promover diálogos sobre temáticas de interesse dos coletivos de mulheres negras. “Nós crescemos como grupo, lapidamos talentos e lideranças enquanto nos mantivemos firmes no objetivo de melhorar a vida das mulheres no nosso município, estado e país. Tudo isso, apesar do contexto de retração dos direitos sociais e ataque à democracia”, conclui Cláudia Isabele.

Coletivo de Mulheres Negras de Pernambuco atua na formação de lideranças comunitárias

Coletivo pernambucano promove formações de ampliação das capacidades de intervenção de mulheres negras junto às suas comunidades

Por Andressa Franco

Se o papel das lideranças comunitárias ganhou destaque em algum momento, foi na pandemia de covid-19. Com uma atuação que visa promover constante melhoria nos territórios onde vivem, representando os moradores de seus bairros e favelas, elas buscam desenvolvimento social para a região e facilitam a apresentação de demandas ao poder público. Com a pandemia, esse trabalho ficou ainda mais visível, com as campanhas locais de distribuição de cestas básicas e outras iniciativas para garantir que as informações sobre prevenção chegassem e assim minimizassem os impactos que a doença gerou no contexto social.

O fortalecimento de lideranças e coletivos de mulheres negras com essa atuação, visando a ampliação de suas capacidades de intervenção

junto às suas comunidades, foi uma das motivações do Coletivo Filhas do Vento, de Pernambuco. O projeto “Travessias Negras: das margens periféricas aos centros decisórios do poder” teve como ênfase o alcance do público feminino negro jovem.

O projeto foi aprovado para integrar a 1ª turma do Programa de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras: Marielle Franco. Uma ação do Fundo Baobá para Equidade Racial em parceria com a Fundação Kellogg, o Instituto Ibirapitanga, a Fundação Ford e a Open Society Foundations.

Emanuele Nascimento é educadora e doutoranda em sociologia e integrante do Coletivo Filhas do Vento

Lideranças: negras, femininas e comunitárias

Militante do movimento de mulheres negras desde 2010, Emanuele Nascimento é educadora e doutoranda em sociologia. Com a experiência integrando organizações como a Articulação Negra de Pernambuco e a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, decidiu em 2016 se juntar a outras quatro mulheres no Coletivo Filhas do Vento. Um grupo de mulheres periféricas que acessaram a universidade, e promovem ações formativas de enfrentamento ao racismo, ao sexismo, discriminação de gênero e raça.

Propósitos que intensificaram ao serem contempladas com o recurso do Fundo Baobá, primeiro projeto aprovado do grupo. “O projeto foi, na perspectiva profissional, minha principal descoberta. Me mostrou que eu sou boa em gestão financeira, e que a gente tem potencial de fazer aquilo que tem vontade na área dos projetos”, pontua Emanuele. Ela conta que ampliou sua rede, conheceu profissionais, militantes e lideranças de todo Brasil.

Entre os resultados, destaca a captação de novas integrantes e a contratação de uma assessoria voltada para ampliar as possibilidades de articulação do coletivo, identificando redes de apoio técnico e financeiro. Também foi possível adquirir equipamentos básicos para as ações realizadas pelo

grupo e criação de um site produzido por mulheres negras.

Além disso, foram realizadas formações políticas e de fortalecimento institucional para as integrantes dos encontros "Rodas Negras On-Line". As formações também contemplaram as participantes das oficinas voltadas para elaboração de projetos e desenvolvimento das capacidades individuais e coletivas, promovidas para mulheres negras do estado.

Uma dessas mulheres foi a líder comunitária Lídia Lins, ativista de direitos humanos e articuladora social. Em 2016 ela fundou o Coletivo Ibura Mais Cultura, no bairro onde mora, atuando com as agendas políticas raciais, de gênero, sexualidades e segurança pública. Lídia é bacharel em direito, assessora técnica do GAJOP - Gabinete Assessoria Jurídica Organizações Populares, e cofundadora do Empodera LAB - laboratório de inovação social das favelas. Este último atua desde 2020 no fortalecimento da participação social da população negra e favelada nos espaços decisórios.

Para Lídia, a população negra sofre processos de exclusão quando começa a acessar espaços de poder e decisão, e por isso precisa se munir de conhecimento teórico para disputar narrativas e defender as próprias pautas. "Eu acredito que informação é poder. Nas formações tivemos textos e referenciais históricos muito bem apresentados e as discussões eram muito ricas. Para mim enriqueceu muito no sentido de realizar uma incidência mais qualificada", descreve.

Lídia Lins é ativista de direitos humanos, articuladora social e participou das formações realizadas pelo Coletivo.

A ativista participou das atividades em um momento de enfrentamento à covid-19, onde prestava ajuda humanitária às famílias que estavam expostas e atingidas pelas condições impostas pela pandemia. Nesse sentido, conta que as formações ajudaram a costurar os argumentos de disputa na pressão política pelo auxílio emergencial, e na cobrança por uma resposta do estado no enfrentamento às desigualdades geradas naquele momento. Principalmente para a população que ainda não tem acesso a certos espaços de conhecimento.

"O recurso, conhecimento, às vezes chega muito depois se a gente não tem uma ponte, nem consegue formular redes, e acessar de alguma

forma algum espaço de poder", acrescenta. O desafio, de acordo com ela: "é ao mesmo tempo estar no território contribuindo com a transformação social, e fazer parte dessa parcela da população que é atingida pelas mazelas sociais".

Mulheres, Juventude e Educação

As ações realizadas pela organização com o recurso não pararam por aí. Para o Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, realizaram o lançamento de uma série de vídeos com temas relevantes, como: "Aláfia: Revoluções Feministas Negras", sobre as lutas das mulheres negras; "Jovens Insurgências", sobre juventude negra; e "Enraizando Saberes Ancestrais", sobre educação antirracista. Além de apresentar a trajetória dos até então quase cinco anos de atuação do coletivo no vídeo "Ventania". O Coletivo também abordou a experiência na execução do projeto do Programa de Aceleração em meio ao contexto da pandemia de covid-19, no vídeo "Travessias".

Uma das ações das Filhas do vento foi uma série de vídeos em homenagem ao Dia da Mulher Negra Latino- Americana e Caribenha

Responsável por coordenar a ação, Waneska Viana tem formação em sociologia, especialização em gestão pública e mestrado em educação, culturas e identidades. Desde a graduação, a recifense iniciou seu diálogo com os movimentos sociais e a partir dessas interações, iniciou no Coletivo Filhas do Vento. Ela acredita que o Programa foi o melhor acontecimento da história do coletivo.

Para Waneska, o objetivo da série de vídeos é dar visibilidade aos temas que são importantes para o coletivo: mulheres, juventude e educação. Sendo a educação uma pauta cara para as integrantes, por terem acessado a universidade e terem um entendimento de que a educação antirracista, além de combater o racismo, permite a construção de uma identidade positiva.

"Eu entendo que o material que a gente construiu pode ser utilizado como subsídio por outros grupos. Porque a gente não só fala dos temas, mas traz possibilidades para abordá-los", reflete. Ela conta que participou do vídeo sobre juventude, "e aí a gente traz muito esse norte das nossas percepções profissionais de como lidar com esse público, e de fato fazer uma ação antirracista", explica.

As gravações aconteceram em agosto, quando algumas das integrantes já estavam vacinadas, em espaços fechados e abertos,

Waneska Viana é uma das integrantes do Coletivo e tem formação em sociologia, especialização em gestão pública e mestrado em educação, culturas e identidades.

e mantendo os cuidados de biossegurança contra o vírus. O vídeo institucional foi gravado com todas juntas, de máscaras. “Já fazia muito tempo que a gente não se encontrava presencialmente. Inclusive no processo entraram novas integrantes e fizemos um kit de boas-vindas para as novatas”. Depois de publicados no canal da organização no YouTube, foram publicados no Instagram como ação para o Novembro Negro.

Travessias pandêmicas

Adaptar todas as atividades pensadas originalmente em formato presencial, para um formato online, foi uma tarefa que recaiu sobre todas as lideranças contempladas com o Programa. Segundo Emanuele, todos os grupos e lideranças fizeram um bom trabalho, mas a dificuldade com o formato online para as mulheres negras é ainda maior por ser um campo em que historicamente estas acessam com atraso.

“Mas a equipe deu um suporte muito bom no sentido de acolher as nossas dúvidas sobre como nos situarmos nesse novo espaço. Fizemos as adaptações sempre em diálogo com o Baobá, que ia realmente fazendo esse acompanhamento e dando direcionamentos”, comenta a Emanuele, que também frisa as perdas decorrentes da pandemia, como um dos desafios.

Nesse sentido, o grupo organizou uma oficina de fortalecimento emocional, para dividir angústias, e lidar com aquele contexto de perdas e incertezas. Iniciativa essencial para Waneska, que se descobriu grávida no início da pandemia, o que acabou despertando muitas inseguranças. E também para Lídia, que conta que, como os cursos aconteciam à noite depois de um dia cansativo, o momento também se tornava de autocuidado a partir das trocas. “Era chegar e ter um espaço que a gente pudesse dialogar sobre as coisas que estavam acontecendo, compartilhar angústias”, desabafa.

“Foi muito difícil se articular para disponibilizar informação sobre a pandemia, combater notícias falsas, tudo com uma linguagem acessível entre pares, nossos vizinhos,

amigos. Era preciso se atualizar muito rápido". A líder comunitária acrescenta ainda que, durante as ações, sempre havia uma formação política por trás, discutindo com a comunidade sobre de onde vinham os recursos: dos movimentos sociais, e não do governo.

A série de vídeos também surgiu como alternativa diante do cenário pandêmico. A princípio, o recurso seria direcionado para atividades educativas presenciais com crianças e adolescentes, e também para uma viagem de articulação para os Estados Unidos. O objetivo era dialogar sobre a perspectiva do trabalho contra o sistema prisional feito no país. Na impossibilidade das duas atividades, redirecionaram as ideias para a produção audiovisual.

"Eu acredito que informação é poder. Para mim enriqueceu muito no sentido de realizar uma incidência mais qualificada"

Próximos Passos

De olho nos próximos passos, as Filhas do Vento, que iniciaram o projeto com cinco integrantes e hoje contam com nove, já conseguiram aprovar um pequeno projeto de fortalecimento institucional em outro edital.

Com a experiência adquirida no Baobá, as pernambucanas agora estão pensando em fazer um planejamento estratégico, e aperfeiçoar sua comunicação, para potencializar o material que já produzem hoje. Para Emanuele, foi uma surpresa que um edital se propusesse a fortalecer grupos e organizações de mulheres negras, ao invés de apenas propor realização de atividades. "A gente agora visa aprovação em outros editais pensando ações mesmo, acho que a gente está na expectativa de voltar a promover atividades presenciais", idealiza.

Esperança Garcia: Iniciativa de coletivo piauiense forma mulheres negras como lideranças

O resultado foram organizações de mulheres locais com maior participação em editais, conselhos, sindicatos e liderando as entidades de que participam

Por Andressa Franco

A necessidade de fortalecer a luta pelo combate ao racismo, ao sexismo, por um modelo de democracia plurriracial e para construção de uma sociedade centrada no bem viver, pede por novas lideranças determinadas a ocupar espaços decisórios fundamentais. Nesse sentido, a capacitação e a formação política e organizacional são instrumentos para percorrer esse caminho.

Possibilitar que novas lideranças femininas tenham habilidade de incidir politicamente em suas entidades ou locais de atuação, através de formações internas e externas, foi uma das motivações do Ayabás – Instituto da Mulher Negra do Piauí para escrever o projeto "Esperança Garcia – Conhecimento de Resistência". A proposta foi contemplada na 1ª turma do Programa de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças

Femininas Negras: Marielle Franco. Uma ação do Fundo Baobá para Equidade Racial em parceria com a Fundação Kellogg, o Instituto Ibirapitanga, a Fundação Ford e a Open Society Foundations.

O título do projeto faz alusão a Esperança Garcia, mulher negra escravizada do Piauí, que foi considerada a primeira mulher advogada do estado. Em 1770 ela enviou ao presidente da Província uma petição denunciando os maus tratos que ela e seu filho sofriam na fazenda onde trabalhavam.

Luzilene de Sousa e Silva, conhecida como Leninha, faz parte da coordenação da organização, e está presente desde a fundação do Instituto de Mulheres Negras

O Projeto

O Instituto Ayabás nasceu com o propósito de debater as implicações do racismo e do sexismo na sociedade, além de lutar pela eliminação das desigualdades e pela valorização e promoção das mulheres negras. Luzilene de Sousa e Silva, conhecida como Leninha, atualmente faz parte da coordenação da organização, e está presente desde a sua fundação. Ela é bióloga, especialista em cultura afrodescendente e educação brasileira.

Leninha conta que dedicou um dia inteiro à escrita do projeto ao lado da contadora do instituto. Uma vez aprovadas, começaram a desenvolver as atividades, que precisaram ser adaptadas para o contexto da pandemia de covid-19. “Não tínhamos nenhuma habilidade com tecnologia. Mas dissemos: ‘vamos meter a cara e fazer’, e ao meu ver foi um sucesso”, avalia. O resultado foram organizações de mulheres locais com maior participação em editais, conselhos, sindicatos e liderando as entidades que participam. Além disso, ela cita também como resultado o fortalecimento interno da instituição, e maior visibilidade alcançada pelo grupo.

“É isso que a gente quer, mais lideranças femininas à frente de organizações, porque somos nós, mulheres negras, que carregamos o Brasil nas costas”, acrescenta. Pessoalmente, Leninha, que nem mesmo se considerava uma liderança, destaca as habilidades que adquiriu na área das mídias sociais, e no desenvolvimento de projetos com as consultorias oferecidas pelo Fundo Baobá. “Além do dom da fala. Eu sou envergonhada demais, e com os depoimentos das meninas que disseram que eu fazia parte das mudanças de vidas delas, eu me encorajei mais a falar”, relata.

Para dar início às ações desenvolvidas pela iniciativa, o instituto começou com uma enumeração de entidades e movimentos sociais relacionados com a temática de racismo e gênero no Piauí, para realizar a inscrição dessas mulheres nas oficinas. A partir daí, os resultados se manifestaram a partir da elaboração do site da organização; do primeiro projeto aprovado por uma das entidades participantes das formações; e da produção de um documentário sobre sua realização.

As Ayabás também foram responsáveis pela realização de eventos como a Feira Preta no Julho das Pretas e o III Encontro Estadual de Mulheres Negras, que desencadeou na formalização da Rede de Mulheres Negras do Piauí. Além de aumentar as participações em lives nacionais, regionais e locais falando sobre feminismo negro, enfrentamento ao feminicídio e participação de mulheres negras na política.

Nascem novas liderança

Participar dos cursos promovidos pelo instituto afetou a vida de dezenas de mulheres. É o caso da quilombola Marcília Rodrigues, de 31 anos, conhecida como Chitara. Ela enviou um depoimento em vídeo para as mulheres do instituto agradecendo a iniciativa. Professora de capoeira, militante negra rural, quilombola do Grupo Cultural Capoeira de Quilombo do município de São João do Piauí e descendente do território Riacho dos Negros, Chitara participou das formações no intuito de aprender do zero a prática de designer para desenvolver artes para os movimentos sociais em que atua.

“Eu não sabia nada do trabalho de um designer, e hoje posso criar artes de divulgação dos nossos trabalhos. Nos nossos movimentos hoje o dinheiro que a gente gastaria para fazer banners, cartazes e camisetas, conseguimos desenvolver atividades para os próprios movimentos, o que era um dos meus sonhos”, relata. Chitara também é técnica agrícola, comunicadora social, mobilizadora sociocultural, membra no Conselho Municipal de Direitos das Mulheres de São João do Piauí e fundadora do Coletivo de Mulheres Quilombolas Descendentes do Território Riacho dos Negros.

“O depoimento dela é maravilhoso, fiquei muito feliz porque o projeto deu ciência às lideranças não só daqui de Teresina, que é a capital do estado, mas também do interior bem longínquo”, pontua Leninha.

Para a jovem quilombola, os desafios que se seguem são enormes porque ainda são poucos os espaços ocupados por seus pares. “Lidamos com o não acesso às políticas públicas voltada para nós, as retiradas do direito de manter a educação nos nossos territórios e acesso negado ao trabalho para que

possamos viver, ter o que comer, conseguir nos manter na roça produzindo", desabafa Chitara.

Marcília Rodrigues, conhecida como Chitara, é quilombola do município de São João do Piauí e descendente do território Riacho dos Negros, e participou dos cursos das Ayabás

Assim como Chitara, Maria das Mercedes Alves de Souza, de 39 anos, também decidiu contribuir para sua comunidade depois de participar das oficinas do projeto. Assim, participou das eleições para coordenadora da Comissão Pastoral da Terra (CPT) Piauí, e foi eleita. "Eu acho que foi o máximo dos nossos objetivos", afirma Luzilene satisfeita.

Também conhecida como Cesinha, Maria das Mercedes é pedagoga, especialista em educação do campo e indígena da etnia Gamela. A entidade que hoje coordena tem por objetivo contribuir com os povos do campo na luta pelo acesso à terra, água e direitos na construção de uma vida digna para comunidades, territórios e trabalhadores e trabalhadoras rurais. Ela afirma que o Instituto da Mulher Negra do Piauí teve uma grande influência na sua formação política, e como liderança dentro de uma instituição. "O Instituto despertou muito em mim a busca pelo meu lugar enquanto mulher no meio social, a lutar pelos meus direitos, a ver que o espaço da mulher é onde a gente deseja estar", conta.

Obstáculos e Estratégias

Ocupar uma cadeira de liderança, sendo uma mulher, traz consigo muitos obstáculos. "A gente enfrenta uma sociedade muito cruel, machista e um patriarcado muito forte quando ocupa uma coordenação. Mesmo encontrando no órgão que a gente está atuando o fortalecimento, a sociedade em si ainda é preconceituosa", destaca Cesinha. Ela acredita que as capacitações como as promovidas pelo Ayabás são, de fato, a melhor alternativa para se enfrentar esses desafios e fazer com que as mulheres se sintam confortáveis quando ocupam essas posições.

Mas, antes de enfrentar esses problemas, os processos de capacitação que influenciaram nas formações dessas mulheres também tiveram suas próprias adversidades. Com a chegada da pandemia, todos os cursos foram adaptados para o formato online, e o acesso à internet foi a dor de cabeça

número um. Para isso, algumas das saídas foram as gravações das aulas, e a criação de trabalhos fora do meio virtual para serem realizados entre um encontro e outro.

Lucineide Medeiros, professora da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), educadora popular, militante feminista e integrante da Frente Popular de Mulheres Contra o Feminicídio, ficou responsável por ministrar a oficina de Gestão e Liderança. Ela conta que houve um envolvimento importante de todas as mulheres que participaram.

Lucineide Medeiros, professora da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), educadora popular, ministrou a oficina de Gestão e Liderança.

“No final os testemunhos foram de que o processo trouxe um estímulo para pensar o desafio de ocupar espaços na sociedade e gestar a sociedade que a gente quer, começando pelos lugares em que estamos”, relata a professora. Ela explica que, para além de ocupar esses espaços, foi passado que é preciso fazer isso a partir de princípios que não reproduzem os valores patriarcais e colonialistas, raiz de uma série de problemas sociais.

De acordo com Lucineide, todas as aulas tinham em média 45 mulheres. De diferentes faixas etárias, territórios, rurais, urbanas, mulheres que já eram militantes, ou que ainda não eram. Assim como mulheres de diferentes escolaridades. Por isso, ela teve o cuidado de organizar estratégias que alcançassem o máximo possível essas diferenças. Algumas atividades que implicam escrita, por exemplo, foram adaptadas para as várias formas de expressão que não somente a escrita, como também as expressões artísticas.

“Também haviam as questões de conciliar esses processos de participação com outros afazeres. Para uma parte das mulheres isso não é fácil, considerando que estão em múltiplas tarefas, como as domésticas. Também penso que tem o desafio de, estando nesse espaço virtual, ter condições adequadas para participar, como um ambiente silencioso, ventilado, que dê uma tranquilidade para se concentrar”, acrescenta.

Projetos Futuros

De olho no futuro, o projeto que as integrantes do Ayabás vislumbram

no horizonte é a Escola de Formação de Lideranças de Mulheres Negras no Piauí. “Esse é nosso projeto maior, assim como trabalhar com crianças e adolescentes, incentivar porque eles são o futuro, os próximos líderes”, enfatiza Leninha.

“É isso que a gente quer, mais lideranças femininas à frente de organizações, porque somos nós, mulheres negras, que carregamos o Brasil nas costas”

O grupo também pretende organizar mais uma edição do Encontro Estadual de Mulheres Negras, já que em 2021 não foi possível. A coordenadora, além disso, idealiza desenvolver oficinas de empoderamento e capacitação dentro do Memorial Esperança Garcia. “A gente também quer trabalhar a questão do afro empreendedorismo, está em alta e diz muito sobre a subsistência das mulheres negras”, finaliza.

A Rede de Mulheres Negras de Pernambuco se juntou ao Espaço Mulher, e organização Cidadania Feminina para promover formações com mulheres de bairros da capital pernambucana

Mulheres negras periféricas de Recife (PE) se reinventam em projeto de formação política feminista e antirracista

A Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, Espaço Mulher e Cidadania Feminina promoveram em conjunto formações com mulheres de bairros da capital pernambucana, além de se fortalecerem institucionalmente

Por Jamile Araújo

Com o objetivo de fortalecer lideranças negras, femininas e periféricas de Recife (PE) e região metropolitana, o “Projeto Olori: mulheres negras e periféricas construindo lideranças” foi um dos projetos apoiados na 1ª turma do Programa de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras: Marielle Franco. Uma ação do Fundo Baobá para Equidade Racial em parceria com

a Fundação Kellogg, o Instituto Ibirapitanga, a Fundação Ford e a Open Society Foundations. Executado coletivamente pela Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, Espaço Mulher e Cidadania Feminina, o projeto realizou formações com mulheres de bairros da capital pernambucana, e ações de fortalecimento das três organizações que construíram a iniciativa. A trajetória de Ediclea Santos, Liliana Barros e Rosa Marques, coordenadoras do projeto Olori, mostra a resistência e reinvenção das mulheres negras nas estratégias de combate ao racismo e ao machismo.

Liliana Barros faz parte do coletivo Cidadania Feminina, uma organização de mulheres negras periféricas sediada no Córrego Euclides, em Recife. Liliana explica que os principais eixos de atuação do Cidadania é o enfrentamento da violência contra as mulheres e o combate ao racismo. "Eu comecei pelo Cidadania Feminina, depois integrei o Fórum de Mulheres de Pernambuco, e em 2016 nasceu a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco e comecei uma aproximação. Hoje eu integro a Rede de mulheres Negras, trabalho na sala da rede", diz. Liliana também integra a Articulação de Mulheres de Bairros, composta por nove entidades que se organizam para se manterem na atual conjuntura.

O Espaço Mulher é um grupo de mulheres negras, periféricas, feministas e antirracistas, que tem 22 anos de história, seu nascimento data de 22 de janeiro de 1999, na comunidade de Passarinho em Recife. "Começou com um grupo de trabalhadoras domésticas. Eu vim do Morro da Conceição, lá eu já fazia parte do grupo de mulheres do Morro, já fazia teatro e já conhecia o fórum de mulheres". Clea, como Ediclea é chamada por suas companheiras, relata que entrou para a militância nos anos 80. "E até hoje a gente faz a resistência diária, pela falta de políticas públicas. Além de ser um grupo de mulheres negras que luta por várias coisas aqui na comunidade, como saúde e educação, porque é uma comunidade pequena, que a escola e a saúde que tem não agrega todos os moradores". Assim como Clea, Evandra Dantas, conhecida como Vânia, também faz parte do Espaço Mulher e da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco. "Eu e Clea estamos desde o começo do Espaço Mulher, porque nós éramos trabalhadoras domésticas'', diz.

"A gente não queria que as mulheres fossem para a Marcha só por irem, a gente queria que elas soubessem porque estávamos indo, porque estávamos marchando contra o machismo, contra o racismo e pelo bem viver"

Desde 2015 o Espaço Mulher realiza uma ação chamada “Ocupe Passarinho”. Antes da pandemia as mulheres faziam palanque feminista na rua, carta política, feira agroecológica e oficinas para mulheres. Clea conta ainda que em Passarinho falta lazer e esporte para os jovens, por isso a comunidade tem realizado diversas reuniões com secretarias em torno dos temas segurança pública, lazer e esporte.

Com uma trajetória em movimentos sociais desde a década de 80 entre movimentos de juventude e movimento negro, Rosa Marques hoje é militante da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco. Rosa relata que a Rede foi fruto do processo de construção da Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo à Violência e pelo Bem Viver. A Marcha aconteceu em 2015 e reuniu em Brasília mais de 100 mil mulheres negras de todo o Brasil. “Quando a Marcha das Mulheres Negras iniciou sua construção, a gente foi sendo convidada para articular as mulheres negras nos estados. Então se formou um comitê impulsor de Pernambuco e cada uma, a partir do seu local, de suas possibilidades financeiras, pois não tínhamos recurso mesmo de mobilizar, foi juntando essas mulheres”, afirma.

Segundo Rosa, fizeram parte dessa construção diversas mulheres, organizadas em coletivos ou não. “E a gente foi construindo essa marcha nos processo de formação política. Porque a gente não queria que as mulheres fossem para a Marcha só por irem, a gente queria que elas soubessem porque estávamos indo, porque estávamos marchando contra o machismo, contra o racismo e pelo bem viver”, ressalta.

Rosa conta que elas saíram da Marcha com dois compromissos, o primeiro foi realizar a Marcha em Recife, depois de Brasília, para as mulheres que não foram. E “o segundo foi o fechamento do comitê. E aí nasce a Rede, porque a gente fechou o comitê, mas as mulheres disseram ‘nós não queremos mais voltar para as nossas casas e dormir’”, diz Rosa.

Formação política e fortalecimento das organizações

De acordo com Rosa, a ideia do projeto surgiu para fortalecer umas às outras enquanto segmento de mulheres negras, pois a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco já possui uma inserção no campo da mobilização de recursos e já teve outros projetos financiados, mas o Espaço Mulher e o Cidadania Feminina possuem menos estrutura e necessitavam bastante de apoio financeiro. “Quando a gente viu esse edital a gente pensou: ‘é agora’”, afirma.

O Projeto Olori contou com formação política virtual para mulheres negras periféricas organizadas e não organizadas em coletivos, beneficiando cerca

de 200 pessoas. Mas, possibilitou também que fossem adquiridos equipamentos, que houvesse a sistematização das histórias das organizações, a catalogação dos livros da Biblioteca Maria Antônia, do Cidadania Feminina, entre outras coisas.

"Nosso projeto foi muito interessante porque foi um trabalho de formação com mulheres da articulação de bairros de várias periferias da cidade do Recife e região metropolitana. Ele foi voltado para a questão da formação, e iria ser feito presencialmente, aí chegou a pandemia, foi todo mundo naquela loucura, sem saber como iria acontecer", relata Liliana.

Ela conta que houve muitas formações e diálogos com as pessoas do Fundo Baobá para organizar como seria a execução do projeto nesse período. "Então a gente começou o grande desafio de fazer as formações online, com mulheres que muitas vezes tinham muita dificuldade com o acesso, porque para a gente é tudo muito novo. A Rede disponibilizou crédito para os celulares das mulheres para contribuir, fez orientações de como entrar", relata.

Mesmo com os desafios impostos, Liliana compartilha que as formações tiveram participação constante. "As mulheres estavam acompanhando ali com toda dificuldade. Teve um fato que muito me surpreendeu e não esqueci: foi a Elisângela Lopes, que ela estava no quintal de casa e com ela tinha mais quatro pessoas assistindo a formação'", conta.

Clea diz que o projeto veio também para dar visibilidade e contribuir com equipamentos para o Espaço Mulher. "Ajudou a gente a comprar vários equipamentos que a gente não tinha, computador, telão, caixa de som, veio muita coisa pra gente. Nós também somos artesãs, o dinheiro dos artesanatos que a gente vende é para um lanche, para pagar uma água ou luz. Então a gente só tem a agradecer".

Liliana ressalta que além da catalogação da biblioteca e de materiais, a sistematização da história das organizações foi muito importante. "O Cidadania Feminina começou num quintal de uma casa, mulheres tomando cerveja e foi aumentando o número de mulheres. A gente sabe da história, mas a gente não tinha isso registrado", descreve. A militante afirma ainda que o projeto deixou frutos não só no Cidadania, mas por onde ele passou com a formação.

O Espaço Mulher deu um grande passo a partir do projeto: a produção do estatuto da organização. "A gente tinha um problema seríssimo porque a gente não tinha grana, e esse projeto deu a oportunidade de estarmos fazendo nosso estatuto, está no cartório", relata Clea. Ela diz ainda que as mulheres

permanecem no grupo da formação e que estão animadas para saber se terá continuidade. “Foi um projeto diferente porque nem todas as mulheres sabiam abrir o aplicativo, e a maioria que se inscreveu permaneceu do início até o fim. Foi um projeto que deixou frutos e, para gente, foi muito rico”, reforça.

Além do grande desafio imposto pela pandemia de covid-19, as mulheres apontam que coordenar um projeto coletivamente foi algo novo para elas. “A gente não tinha feito isso ainda, a gente faz cada uma no seu segmento ou organização. Então foi um grande desafio coordenar um projeto juntas. Buscando outras mulheres que não estavam nem na rede, nem no Espaço Mulher, e nem no Cidadania Feminina, para somar nesse processo de formação política e a gente teve muitos aprendizados”, destaca Rosa.

O processo em meio a pandemia

As coordenadoras do projeto consideram que a pandemia foi o pico da surpresa desagradável. “A gente estava com o projeto presencial, mas quando chegou a pandemia a gente se deparou com as nossas mulheres em processo de fome, depressão, inquietação, de doenças, e a gente no início não olhou muito para o projeto, fomos cuidar de nós mesmas. Porque ou a gente cuidava ou a gente ia se perder”, explica Rosa.

Rosa afirma ainda que a pandemia também trouxe mudanças de comportamento e novos conhecimentos: “Agora, minha filha, pede para Ediclea, Vânia, e Liliana organizarem uma live aí. Daqui há um dia elas estão fazendo webnário. Isso foi um aprendizado. A gente não tinha acesso a essas informações, mas a gente buscou e executou o projeto lindamente”, aponta. Vânia reage ao comentário de Rosa sobre o webnário: “Não sei fazer ainda, mas se me botar para fazer eu faço”, diz de forma descontraída.

Um dos aprendizados com o projeto que Liliana pontua foi o de fazer planejamento. “Para nós que somos de organizações periféricas, a gente não pensa muito no planejamento, a gente planeja, mas o dia a dia da gente é nos ‘corres’ mesmo. Então, parar para pensar como ia ser, planejar essas ações foi uma parte da formação que nós tivemos”.

> “Enquanto eles pensam em nos matar, coletivamente a gente resiste para não morrer”

“Eu acho que o Fundo Baobá poderia proporcionar novamente esse tipo de projeto, e também proporcionar que outras organizações possam fazer. O Espaço Mulher agora com o estatuto em mão, ele pode ter um espaço de onde buscar recursos”, pontua Rosa.

Liliana reflete sobre o futuro na perspectiva do momento atual que

o Brasil atravessa: “Quando você pergunta o que esperamos para frente, não consigo pensar. Porque para nós que somos de bairros populares, a situação não está fácil, está extremamente difícil”. Ela acredita que é preciso continuar fortalecendo as lideranças que estão na base. “Porque muitas de nós já não conseguimos reunir tantas mulheres porque as dificuldades estão deixando as mulheres sem acreditar, o sentimento do descrédito começa a aflorar com muita força”, reitera. Ela diz ainda que sonha com projetos mais acessíveis para quem é da base.

“Fico pensando como fortalecer esses grupos. A gente só entrou nesse projeto porque a gente estava em grupo, no coletivo. Porque a maioria das organizações pedem que os grupos tenham CNPJ, os grupos periféricos de mulheres negras ‘dançam’, todas as vezes que a gente escreve”, diz Clea sobre os desafios para o futuro. Clea conta que o Espaço Mulher resiste porque possui grandes parceiras que “chegam junto em termos de alimentação, de doação, dando oficina, então a gente tem uma grande parceria que nos fortalece. E a gente só se fortalece quando está no coletivo. Porque se a gente estivesse sozinha aqui em Passarinho, pode ter certeza, a gente não tinha saído do canto”.

Clea finaliza reforçando sua gratidão ao Fundo Baobá e ao projeto. “Só tenho a agradecer a esse projeto, por esse apoio, por fazer tanta gente se reconhecer como mulher negra, porque a gente precisa falar de racismo. A gente tem que sustentar que é mulher negra, periférica, e a gente resiste. Enquanto eles pensam em nos matar, coletivamente a gente resiste para não morrer”, conclui.

Ganhadeiras Podcast

Ep 3. Hellen Nzinga

Foto: Tete Silva

Coletiva NegrasFotosGrafias desenvolve projetos visuais com foco no protagonismo de mulheres negras

Apoiada pelo Fundo Baobá, a organização alcançou visibilidade local, nacional e internacional

Por Andressa Franco

Apesar de representarem 52,2% da população brasileira (IBGE – 2020), as mulheres ainda são subrepresentadas em espaços de poder e liderança. No mercado fotográfico, isso não é diferente. A grande maioria dos profissionais de fotografia são homens. Segundo pesquisa feita pela Women Photograph, iniciativa online com mais de 850 fotógrafas documentais ao redor do mundo, a representatividade de mulheres nos cliques das principais agências de notícias internacionais em 2018 foi inferior a 10%. Se feito um recorte racial, as mulheres negras têm ainda menos oportunidades de

mostrarem os seus trabalhos e de ocuparem espaços historicamente negados como este.

Em contrapartida a essa realidade, surge em 2016 a Coletiva NegrasFotosGrafias, através do movimento e articulação de fotógrafas negras do circuito carioca, a fim de apresentar novas narrativas produzidas por e para mulheres negras. NegrasFotosGrafias foi uma das coletivas apoiadas na 1ª turma do Programa de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras: Marielle Franco. Uma ação do Fundo Baobá para Equidade Racial em parceria com a Fundação Kellogg, o Instituto Ibirapitanga, a Fundação Ford e a Open Society Foundations.

Intitulada no feminino, a Coletiva realiza exposições, rodas de conversa, debates e lives que colaboram com a educação visual, a interlocução de linguagens, ensino de fotografia, criação e memória viva. O objetivo é utilizar isso como instrumentos afirmativos para equidade racial e de gênero. Sua missão é fomentar a visibilidade das mulheres negras e suas produções, assim como a consciência de afrovisualidade brasileira a partir de narrativas visuais afirmativas, antirracistas e antissexistas. “O nome evidencia o protagonismo de mulheres negras que, ao registrar imagens, escrevem narrativas e grafam seus nomes na embranquecida fotografia e visualidade brasileira”, afirma Adriana Medeiros, organizadora do Projeto Olhar e Escuta em Rede de Criação.

A iniciativa tem por objetivo estimular as mulheres negras ao desafio de se reconectarem aos territórios de afeto internos e externos, através da reflexão, aprimoramento e publicização de suas trajetórias e ações diante do mundo e da localidade. A Coletiva atua em regiões periféricas do Rio de Janeiro, como Duque de Caxias, zona norte e oeste da cidade, verdadeiros ‘berços de formação, produção e circulação visuais’. “Esses territórios são guardiões da história, cultura e saberes populares, reinventores cotidianos da identidade viva brasileira. Também são palco de negligência e violação de direitos pelo poder público e privado, que se aprofundam, adoecem e matam nossos povos”, declara Adriana.

“O nome evidencia o protagonismo de mulheres negras que, ao registrar imagens, escrevem narrativas e grafam seus nomes na embranquecida fotografia e visualidade brasileira”

Atuação em meio a pandemia

Assim como outras organizações,

Adriana Medeiros é organizadora do Projeto Olhar e Escuta em Rede de Criação

antes da pandemia, as atividades do grupo eram desenvolvidas de forma presencial. Mas, a perda do contato físico não impediu que elas avançassem em suas conquistas no espaço acadêmico, escolar, entre coletivos e lideranças. Com o apoio do Fundo Baobá foi possível aprimorar conhecimentos em gestão, elaboração de projetos, planejamento, gestão financeira, marketing digital, comunicação interna e externa, além de ajustar as novas capacidades tecnológicas, atraindo mais seguidores nas mídias sociais. Essa migração para o digital possibilitou conexões com outros coletivos no Rio de Janeiro, em outros lugares do Brasil, países da América Latina e Estados Unidos, evidenciando a atuação da Coletiva em âmbito local, nacional e internacional.

Segundo Adriana, essa rede de criação já era um dos objetivos almejados pela Coletiva há algum tempo. “Estamos finalizando novos conteúdos com novas conexões e parcerias com potencial alcance. Essa rede busca intervir artisticamente na produção de sentidos com efeito político para preservação da memória das mulheres negras e na construção de identidades referenciadas em nossa ancestralidade, atualizando a própria identidade brasileira”, afirma a coordenadora. Adriana ressalta também o quanto esse processo tem sido rico e prospectivo, não só na busca por novas parcerias, mas também no fortalecimento das antigas.

A Coletiva NegrasFotosGrafias tem, atualmente, 9 membras. Ao longo do projeto foi possível conectar-se a mais 25 profissionais envolvidas nas capacitações e produções, além de grupos de estudantes e projetos atendidos pela Coletiva, onde são aplicados os aprendizados. Só nas mídias sociais da instituição, foram mais de 400 pessoas impactadas com as lives e aulas promovidas, sendo a grande maioria mulheres negras.

A professora Simone Ricco faz parte da Coletiva desde o início e confessa que esta é uma experiência desafiadora, que envolve esforço mas que resulta em fortalecimento. “Conciliar a vida profissional com as ações da Coletiva me tira da zona de conforto, pois as demandas envolvem criação artística e

criação de meios para transformar os projetos em ações concretas", afirma.

Simone reforça ainda que o formato de atuação colaborativa da Coletiva foi de suma importância para sua atuação no projeto, beneficiando-a e a todas as membras, com a ampliação de conhecimentos. Para ela, os relatórios de avaliação também foram importantes no processo, pois ensinaram sobre organização, apontando questões técnicas e estruturais que as fizeram aprender sobre pontos fortes e fracos presentes no percurso da Coletiva. "Também vale destacar os aprendizados sobre autocuidado e psicologia, resultantes dos encontros com o Instituto AMMA Psique e Negritude e do curso de Comunicação Não Violenta, além de todas as mudanças aplicadas em nossa prática a partir das oficinas. A aprovação no edital é uma aprendizagem sobre conquistas possíveis a partir da mobilização de mulheres negras. Aprendi a acreditar mais em nós", finaliza a professora.

Simone Ricco faz parte da Coletiva NegrasFotosGrafias desde o ínicio

Outra membra que também está presente na Coletiva NegrasFotosGrafias desde a sua idealização é a antropóloga e professora universitária, Bárbara Copque. Para ela, neste espaço é possível estar em irmandade, refletindo sobre os regimes de visualidades e representações que envolvem as mulheres negras. "As imagens pretas são violadas, controladas e,constantemente, demandam questões. Se antes pensar tais questões eram individuais, pessoais, hoje toma-se outra dimensão. É uma questão política que precisamos enfrentar e confrontar", afirma. Bárbara ressalta ainda que, ao participar do Programa, pôde pensar em conjunto na estruturação das ações da Coletiva, como: cursos de formação sobre diversas áreas pertinentes à organização; produção de uma memória e sua preservação, bem como seu compartilhamento.

Membra desde a fundação da Coletiva, Bárbara Copque é antropóloga e professora universitária

Olhar e escuta para o futuro

A Coletiva NegrasFotosGrafias se

prepara para fazer o lançamento do seu website, além de também ter criado o seu canal no YouTube, outra ferramenta de divulgação das suas ações. A logomarca da organização também mudou e hoje, ressignificada, está mais alinhada às premissas do grupo. Ela enfatiza agora o compromisso político com a ancestralidade, o feminino e a fotografia a serviço da igualdade. Foram feitos investimentos na infraestrutura, com equipamentos para armazenamento, e banco de imagens, para gerar conteúdos narrativos visuais em abrangência estadual.

A Coletiva NegrasFotosGrafias também recebeu convites para participar de reflexões na pesquisa e no meio fotográfico diante de outros coletivos negros e feministas. A organização desenvolveu reportagens através de memórias locais e a série Ciranda das Rainhas, com lideranças negras, onde cada ativista reconheceu a luta uma da outra, mesmo em territórios e campos de atuação diversos.

Em termos de perspectivas para o futuro, a Coletiva pretende atuar na produção de microreportagens; séries de conversa audiovisuais; oferecimento de curso de formação visual antirracista e antissexista, trazendo referências femininas pretas e ancestralidade; e inserção no mercado de acervos fotográficos. Além disso, elas também aguardam pelo resultado de projetos submetidos a editais artísticos com outros coletivos e estudam a criação de uma rede de corresponsabilidade com acervos locais e visualidades produzidas por pessoas negras.

Com o foco no olhar sobre as mudanças nos territórios segundo as dificuldades na pandemia, a Coletiva fez a preservação de acervos particulares, histórias de grande impacto da imaginária local. Segundo a coordenadora Adriana Medeiros, aprender a governança em grupo também as potencializou a realizar seus sonhos e projetar o futuro sem restrições, inspirando outras lideranças e outros projetos. Além da técnica, as formações auxiliaram na visão política do mundo relacionada aos aprendizados internos como autocuidado, paciência, coragem, autoestima, sabedoria, autoconhecimento e confiança no grupo, proporcionando valorização de cada membra e equilíbrio interno.

“Estamos mais instrumentalizadas para produzir novas visualidades e produzir alicerces de formação visual e fotográfica, que incluam a perspectiva histórica local e política, técnica decolonial. Esse período representou um desfecho de tudo o que provocamos e buscamos por um ano e hoje podemos tornar visível. Aprendemos a resistir e acreditamos”, conclui Adriana.

Portal Blogueiras Negras se reinventa para contar as histórias das mulheres negras

O grupo, que há 9 anos ocupa a internet com narrativas de mulheres negras, ganhou fôlego com o Programa de Aceleração de Lideranças Femininas Negras do Fundo Baobá

Por Jamile Araújo

Mesmo com dados evidenciando que as pessoas negras são a maioria no país, ainda pouco se vê desse grupo ocupando espaço nas mídias tradicionais, nas redações e nas TV's. Isso porque estruturalmente a comunicação é dominada por grandes empresas, grupos e famílias brancas. Pensar na democratização, no acesso e em outras narrativas é uma tarefa histórica dos movimentos negros.

O lançamento do pasquim que oficialmente deu origem à imprensa negra, "O Homem de Côr" (1883), inicia uma história que, apesar de invisibilizada, se confunde com a história da mídia brasileira. Nos dias atuais muitas redes desenvolvem um trabalho pautado em visibilizar narrativas negras e dialogar a partir de um outro lugar, vestindo a bandeira do que é, e sempre foi, muito caro no debate sobre raça, gênero e sexualidades. Redes

como Revista Afirmativa, Negrê, Correio Nagô, Geledés, Alma Preta, Blogueiras Negras, Notícia Preta, Portal Mundo Negro, dentre outras, vem abrindo caminhos para novas perspectivas dentro da comunicação nacional.

Atualmente, como ao longo da história, essas mídias encontram diversos problemas para a sua manutenção e sustentabilidade. Como afirma Larissa Santiago, representante do portal Blogueiras Negras: “eu também acredito que, para as mídias contra-hegemônicas, é necessário haver investimento financeiro. A gente precisa ganhar dinheiro pelo trabalho que a gente faz. Esse reconhecimento precisa vir também financeiramente, mas não só”. A blogueira negra acredita que é preciso que o trabalho das pessoas negras comunicadoras precisa ser reconhecido também entre os seus pares e que é preciso criar redes. “Eu acho que é muito importante que os movimentos sociais e os movimentos negros, os quais caminham aí do lado das mídias negras, estejam atentos a esse processo e que a gente se retroalimente né?! Nós, as mídias, criando conteúdo para os movimentos, os movimentos criando conteúdo para as mídias negras”, defende.

O Blogueiras Negras, da qual Larissa é integrante, é uma das contempladas na 1ª turma do Programa de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras: Marielle Franco, uma ação do Fundo Baobá para Equidade Racial em parceria com a Fundação Kellogg, o Instituto Ibirapitanga, a Fundação Ford e a Open Society Foundations.

“Eu acho que é muito importante que os movimentos sociais e os movimentos negros, os quais caminham aí do lado das mídias negras, estejam atentos a esse processo e que a gente se retroalimente né?! Nós, as mídias, criando conteúdo para os movimentos, os movimentos criando conteúdo para as mídias negras”

Essas mídias negras, alternativas, comunitárias, disseminam e amplificam outras vozes se relacionando com os movimentos sociais e os tempos históricos instituídos. São herança de um passado não tão distante, e muito presente.

Outras vozes: Blogueiras Negras

Criado em 2012, o Blogueiras Negras surge de uma provocação “Onde estavam as blogueiras negras brasileiras?”. Reunidas em

Larissa Santiago é uma das integrantes das Blogueiras Negras

novembro daquele ano, as mulheres a partir de uma blogagem coletiva, desenvolveram textos sobre a relação interseccional entre raça e gênero, levando em consideração duas datas importantes do calendário brasileiro: o 20 de novembro (Dia da Consciência Negra) e o 25 de novembro (Dia Internacional de Combate à Violência contra as Mulheres).

A princípio o projeto tinha como objetivo amplificar as vozes de mulheres negras, mas essa missão mudou. Segundo Viviane Gomes, coordenadora do Blogueiras Negras, atualmente a organização quer inspirar mulheres negras a contarem suas próprias histórias na internet. “Veja que a missão muda um pouquinho, porque a gente entendeu que dar visibilidade a gente já conseguiu fazer. Então, a gente quer inspirar outras mulheres a continuarem contando suas histórias na internet”, afirma. O apoio do Programa de Aceleração de Lideranças Femininas Negras: Marielle Franco permitiu a continuidade do projeto, mas não era esse o principal objetivo da comunidade de autoras que compõem o Blogueiras Negras.

Legado e continuidade

O principal objetivo da comunidade de autoras do Blogueiras Negras, com o apoio do Fundo Baobá, era estruturar um planejamento estratégico da organização. A ideia era pensar e viabilizar, primordialmente, a preservação e a memória dos textos que já estavam publicados. Até então, a intenção era o encerramento do projeto. Ainda de acordo com Viviane Gomes, o projeto permaneceu no ar porque elas compreenderam que ele não era apenas mais delas e representavam uma outra cadeia produtiva de mulheres e da sociedade em geral. “A gente compreendeu também que esse projeto não era mais só nosso, não era só das pessoas que cuidavam dele diretamente, imagina se a gente tirar [do ar]. A gente é referência de pesquisa acadêmica também, se a gente retira esse blog do ar a gente também retira esses textos do ar. Entendemos que o projeto não era mais nosso, o projeto era da comunidade que fazia ele”, afirma.

Nesse sentido, o Fundo Baobá foi fundamental para a continuidade do Blogueiras Negras, no que tange estruturar um ambiente mais seguro para a comunidade de autoras e do

próprio blog. “Até pra ele ser deixado sem atualização precisa de uma estrutura. Não apenas para a sua manutenção e disponibilização em local seguro. Mas, a gente decidiu, também, que nós deveríamos atualizar essa missão inspirando outras mulheres negras a contar suas próprias histórias na internet. Continuando esse legado, deixando esse legado para as futuras gerações”, complementa.

Pandemia e planos

A pandemia de covid-19 pegou todo mundo de surpresa e com as lideranças do Blogueiras Negras não foi diferente. Durante esse período, alguns planos tiveram que ser alterados: “A gente transformou muito o projeto com a chegada da covid-19. Tínhamos 100% das atividades presenciais, encontros planejados, milhares de atividades que seriam presenciais”, comenta Larissa. Ela afirma que as blogueiras negras já vislumbravam em fevereiro os indícios de um momento bastante duro no Brasil. “E nesse percurso, de 2020 pra cá, nós tivemos perdas irreparáveis. Nós tivemos mortes de familiares dentro do grupo, tinham as pessoas doentes dentro do grupo. Nós também adoecemos nesse processo, mentalmente, fisicamente... Então isso tudo dificultou a execução 100%, mas nós fomos capazes de produzir as coisas que a gente se comprometeu” relata Larissa.

Print de atividade online das Blogueiras Negras. O projeto teve de se adaptar ao período de pandemia e isolamento social.

Viviane diz que esse adoecimento foi o estopim para que as autoras envolvidas no projeto procurassem ajuda psicológica. “Esse tempo teve um preço muito alto pra nossa saúde mental porque a gente trabalhou o triplo. Quando você tem poucas pessoas e uma delas não consegue fazer as coisas, é óbvio que as outras ficam sobrecarregadas. E é óbvio que algumas coisas podem sair do lugar nesse processo e saíram, a gente simplesmente paralisou”, comenta. Viviane aponta que, apesar de iniciar as atividades propostas e de já ter feito o planejamento estratégico, havia uma dificuldade em converter isso nos produtos que elas queriam.

A coordenadora ainda nos revelou que o fato de não ter conseguido levar o número de pensadoras, autoras, que haviam pensado para o planejamento estratégico, fez sobrar recurso que foi investido em terapia. “E a gente finalmente teve a coragem de pedir ajuda. Hoje a gente faz um acompanhamento com a Amma Psique, com a Lucinha, Maria Lúcia da Silva. Conseguimos

concretizar, finalizar os objetivos, e tá conseguindo também trabalhar questões que são muito específicas da população negra no que se refere ao trabalho, ao sucesso, ao nosso desenvolvimento intelectual. Coisas que a gente encolhia, não trabalhava e não pensava".

Efeito Multiplicador

O financiamento do Fundo Baobá foi importante para o Blogueiras Negras porque permitiu a continuidade, o acesso e a multiplicação dos conhecimentos adquiridos. Além da sistematização de planejamento estratégico da instituição. Desses encontros nasce uma cartilha (ainda em fase de conclusão) que ajudará outras instituições a se organizarem. Como afirma Ana Mesquita, responsável pelo desenvolvimento do planejamento estratégico: "Uma das qualidades desse projeto foi ter pensado que essas oficinas não iriam ficar somente internas para Blogueiras. A sistematização é justamente para se criar uma publicação e para que essa publicação seja uma multiplicadora dos conhecimentos adquiridos ao longo do processo de formação e do processo de planejamento".

Ana Mesquita foi a responsável pelo desenvolvimento do planejamento estratégico da organização

Mesquita, que é especialista em planejamento e gestão territorial, afirma que não se recorda de uma publicação desse formato para área de comunicação com foco em organizações sociais pequenas. "Então eu acho que vai ser um documento muito inédito. Porque esses processos de planejamento estratégico são muito caros, né? Eles são caros e eles têm uma elite que domina esses conhecimentos e as populações negras de baixa renda, periféricas, indígenas, não têm acesso ao conhecimento", afirma. Ana diz ainda que esse conhecimento é importante para, por exemplo, pleitear verbas públicas, conseguir financiamentos e se posicionar frente a outras organizações. "Quando você cria uma cartilha para multiplicar esses conhecimentos, você amplia o escopo de atuação daquela organização para outras organizações que vai ter contato com a cartilha", finaliza.

Ainda não há data marcada para o lançamento da publicação, mas grupos, coletivos e organizações sociais da comunicação de todo país podem esperar que vem coisa boa por aí!

O legado da **sua doação** *é para sempre.*

O **Fundo Baobá** é o primeiro fundo exclusivo para a **promoção da equidade racial** para a população negra no Brasil.

FAÇA UMA DOAÇÃO. baoba.org.br

Conheça a história do IMUNE, organização que se reinventa e faz ecoar a voz e as lutas das mulheres negras há duas décadas no Mato Grosso

Por Jamile Araújo

O Instituto de Mulheres Negras (IMUNE) do Mato Grosso completa neste ano 20 anos de trajetória na organização em torno das pautas das mulheres negras. O IMUNE, nome que faz referência à imunização, nasceu no início dos anos 2000 a partir da necessidade de ecoar e discutir as temáticas de raça e gênero que não encontravam espaço em outros movimentos sociais na época.

A organização foi uma das contempladas na primeira turma do Programa de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras: Marielle Franco. Uma ação do Fundo Baobá para Equidade Racial em parceria com a Fundação Kellogg, o Instituto Ibirapitanga, a Fundação Ford e a Open Society Foundations. O projeto “Voz IMUNE: 18 anos em movimento” teve como um dos

principais objetivos registrar, divulgar e preservar a memória do primeiro grupo de mulheres negras do Mato Grosso, e culminou na produção de um livro que conta a história e as lutas do grupo.

A professora Antonieta Costa, conhecida como Nieta, é uma das fundadoras do IMUNE. Ela conta que as mulheres que fundaram o Instituto não visualizaram inicialmente onde iriam chegar. “A proposta realmente era fazer essa mudança, discutir mulheres negras na perspectiva de propor políticas públicas, ações afirmativas, de ter uma discussão no Mato Grosso, que até então não tinha nada direcionado para as mulheres negras. A gente já militava no movimento social, mas quando a gente ia discutir gênero e raça acabava a reunião”, diz.

Nieta, como é conhecida Antonieta Costa, é uma das fundadoras do IMUNE

Criado antes do IMUNE, o grupo de dança afro Filhas de Oxum também faz parte da história da organização. Cristina Benedita da Silva, professora da educação básica, relata que conheceu o IMUNE no grupo de dança. “Fiz parte do grupo Filhas de Oxum, com a professora Antonieta, a professora Lenis e o grupo tinha como objetivo maior a valorização de meninas em vulnerabilidade social. E nós trabalhávamos muitas coisas com elas” conta Cristina. Ela diz que pensando na valorização, saúde e educação, eram feitas visitas nas casas delas. “Tínhamos as parcerias das mães com a gente, que participavam no grupo, faziam parte das oficinas”, complementa.

Cristina afirma também que havia um acompanhamento também na escola destas meninas inicialmente atendidas pelo Instituto, visando a valorização da mulher negra enquanto sujeitas importantes para a sociedade. “Eu também não tinha muito essa consciência. E através do grupo aprendi muita coisa, consegui trabalhar, estudar, e fazer faculdade. Muitos não se reconhecem como negros e através do grupo de dança muitas meninas aprenderam. Algumas até estão sendo reprodutoras desse nosso trabalho”, comemora.

Nieta relembra que o cenário da época em que se deu o surgimento do grupo de dança era interessante, já que em Cuiabá havia muito preconceito com a religiosidade de matriz africana e o grupo levava o nome de um Orixá. “E a gente ousou,

mesmo as meninas não sendo de Axé". Conta ainda, que no livro, lançado como produto do projeto, há relatos das meninas que fizeram parte do grupo de dança e que elas se sentem parte dessa história. "O Filhas de Oxum chama atenção para a possibilidade de mudança das nossas crianças e adolescentes. Porque é importante você pegar aquela criança que está ali, fazer um trabalho, mostrar e valorizar o quanto ela é bonita, o quanto ela é inteligente. E hoje essas crianças, que a gente viu lá atrás, são advogadas, engenheiras, professoras. Isso para a gente não tem preço", reforça Nieta.

Jackeline Silva é produtora cultural, trabalha com elaboração e gestão de projetos e é uma das fundadoras do IMUNE

Inicialmente o IMUNE tinha reuniões mensais que aconteciam alternadamente na casa das integrantes do grupo, já que elas não tinham uma sede. "A gente começou a fazer as reuniões de mulheres negras e essas reuniões eram encontros afetivos. A gente sempre se reunia para tomar um chá, fazer um almoço, um jantar e aproveitava esses momentos para discutir as questões que nos afetam", conta Jackeline Silva. Ela é produtora cultural, trabalha com elaboração e gestão de projetos e faz parte do IMUNE desde a fundação.

Jackeline explica que esses encontros foram importantes para a consolidação do IMUNE. Ela lembra das feijoadas para arrecadar dinheiro e posteriormente o passo da institucionalização com a criação do CNPJ. "A gente entendeu que era importante dar um passo a mais de um coletivo para que ele se tornasse uma organização formal, e aí anos depois a gente se deparou com essas possibilidades de projetos. Para que a gente tivesse um fomento, para ter condições mínimas de trabalho, até para produzir materiais", pontua.

Em duas décadas de existência, o Instituto tem na bagagem como primeira ação a produção do jornal Voz IMUNE, em 2003. "Nesse jornal nós buscamos o que as mulheres estavam fazendo, as mulheres que trabalhavam, o que estava acontecendo com elas naquele momento", diz Nieta. Houve também a experiência com uma revista sobre saúde mental da mulher negra, que teve 200 exemplares. A revista foi fruto das rodas de conversa que tinham como tema saúde, educação, mercado de trabalho, emprego, renda e segurança pública. A revista foi sendo distribuída nos encontros nas comunidades.

Nieta relata que depois de um

tempo o IMUNE cresceu e foi sendo reconhecido. A comunidade vinha chamando as mulheres do Instituto, ao invés delas irem. “A comunidade começou a reconhecer a importância desse trabalho. As secretarias de educação, de saúde, o poder público começou a conhecer, e o IMUNE começou a se inserir também nos conselhos de promoção da igualdade racial e saúde da população negra”, diz.

Com essa inserção, a organização também passou a articular em torno de outras frentes, como a de povos de matriz africana, através da parceria com a Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde (RENAFRO). E é aí que a história da professora Sônia Aparecida Silva se encontra com a do IMUNE. “Uma história de construção como mulher, como pessoa. Perceber-me como uma Sônia antes e outra Sônia depois. E eu gosto de dizer isso dentro do meu campo de visão, que é o Axé, que a gente encontrou dentro do IMUNE essa possibilidade de construir alguma coisa aqui em nosso estado”, relata Sônia.

“Uma história de construção como mulher, como pessoa. Perceber-me como uma Sônia antes e outra Sônia depois. E eu gosto de dizer isso dentro do meu campo de visão, que é o Axé, que a gente encontrou dentro do IMUNE essa possibilidade de construir alguma coisa aqui em nosso estado”

Atualmente com 55 anos, Sônia diz que não tem vergonha de dizer que foi estando dentro do IMUNE que conseguiu ter essa visão de transformação. “Hoje eu vejo além muro, vejo a necessidade de conhecer o contexto histórico, de saber quem eu sou dentro de um Axé, e o que eu posso fazer como mulher, com as mulheres. A questão da consciência do que eu posso ajudar a transformar na minha comunidade, com as crianças”, afirma.

Sônia compartilha que gosta de estar na construção do IMUNE, nas rodas de conversa, que até seus filhos têm hoje uma outra consciência. Conta também sobre a importância de se sentir preparada para lidar com os desafios. “Saber me defender, saber me colocar dentro do meu âmbito de trabalho. Poder usar meu turbante, minhas contas. Hoje eu não choro mais. Eu sei me colocar nesse meio daí e fazer com que as pessoas me respeitem”, relata.

Lidia Djú, de Guiné-Bissau, é professora da educação básica. Ela conta que conheceu o IMUNE através da professora Nieta. “Antes de conhecer o Instituto, eu já conhecia a Nieta. E surgiu a oportunidade de conhecer o Instituto e lá se vão

mais de sete anos. E a gente está ali, batalhando, fazendo o que a gente pode para apoiar as mulheres que precisam de apoio, qualquer tipo de apoio", conclui.

Voz IMUNE: 18 anos em movimento

Jackeline explica que o edital de apoio do fundo Baobá foi uma oportunidade sensacional para o IMUNE. "Quando o Fundo Baobá se propôs a realizar o fortalecimento de grupos coletivos e lideranças, foi incrível porque nós já tínhamos uma história, algumas décadas de trabalho. E aí conversei com a Nieta, eu falei 'olha, eu acho que é uma oportunidade incrível e a gente tem grandes chances de passar'", relata.

Ela afirma que o apoio e o projeto foram importantes porque possibilitaram que o IMUNE se voltasse para a formação interna, já que as ações são muito para fora. "A gente pôde dedicar para olhar para dentro da organização, se organizar, colocar em dia os nossos papéis, a documentação e principalmente, que é o mais importante, contar a nossa história", reforça Jackeline.

Nieta define a experiência de ser apoiada pelo Fundo Baobá como emocionante e que o fomento mudou a história do IMUNE. Já Sônia observa que existe o IMUNE antes e o IMUNE depois do Baobá. "O que era o IMUNE antes, a gente se reunia e compartilhava nosso saber e experiências nas nossas casas, com nossas irmãs. Compartilhava o alimento. O IMUNE depois do projeto apoiado se tornou uma construção forte. A gente precisava disso. Eu vejo esse momento com o Baobá, com o livro, de consolidação... A gente cresceu" pontua Sônia. Ela comenta ainda que hoje Cuiabá sente a força da organização. "Somos poucas, mas somos mulheres prontas para a transformação, eu acho que isso é forte dentro de nós, então a gente precisava desse boom", complementa.

Cristina diz que só tem a agradecer ao Baobá pelo apoio. "Por ter consolidado a luta de muitos anos e ter mostrado ao mundo isso que nós fizemos e continuamos fazendo, e só temos a melhorar cada vez mais. A nossa história está presente na sociedade, no Brasil, para todos conhecerem", reforça.

Pandemia de covid-19

A pandemia de covid-19, que impactou o mundo a partir de 2020, impôs desafios para as mulheres do Instituto de Mulheres Negras na adaptação à nova realidade. Nieta destaca entre os desafios lidar com o mundo virtual. "Essa questão do afeto que a Jacke colocou, a gente achava que só poderia ter se a gente estivesse junto, abraçado e conversando. A nossa reunião sempre foi uma reunião de confraternização. Então no momento que veio a pandemia a gente teve uma quebra. Porque a

gente não podia mais abraçar e estar junto. E a maioria não conseguia mexer na ferramenta, que era um monstro, que era a internet".

Além disso, Nieta diz que nem todas as mulheres estavam com acesso a celular, computador e internet, e o recurso do projeto deu a possibilidade de superar algumas dessas dificuldades. "Nós vimos a possibilidade de superação, que foi os instrumentos que conseguimos comprar, como computador, mais celular e pagar internet para que todo mundo tivesse acesso", reitera.

Silvina Jana Gomes, professora, vinda de Guiné-Bissau, atualmente é tesoureira do IMUNE e já está na organização há mais ou menos nove anos. Ela conta que a pandemia tem sido um momento desafiador, mas que com o apoio do Fundo Baobá conseguiram aprender. "Hoje a gente tem mais conhecimento e consegue entrar online. No começo a gente sentiu falta da reunião presencial, que todo mundo já estava acostumada, mas com o passar do tempo isso melhorou também", argumenta.

Sônia destaca que em meio a dificuldade de lidar com as reuniões online, seu filho a auxiliava. Ela aponta outro desafio que foi lidar com as consequências da covid-19 nas comunidades e o adoecimento das pessoas. "O que eu acho mais importante de tudo isso é que a gente conseguiu superar e fechar esse ciclo. Foi muito desafio lidar com tudo isso e tentar fazer as nossas rodas, ajudar os nossos e as comunidades aqui no meio da pandemia, perdendo pessoas, gente sofrendo. Foi muito difícil, a gente ainda está com essa dor aqui dentro da gente".

O futuro: não andamos sós

Passada a execução do projeto, Nieta chama atenção para o quesito organização que a participação no edital do fundo Baobá proporcionou ao IMUNE. Desde a prestação de contas que as mulheres não estavam acostumadas a fazer, até uma divisão de tarefas melhor definida. Segundo ela, esse processo formativo gerou novas oportunidades. "O Baobá abriu o nosso olho nas formações para o diálogo que a gente tem hoje com o poder público, com estado, com o município", relata. O IMUNE conseguiu construir uma afroteca comunitária com um projeto apoiado pela Lei Aldir Blanc, além de estarem preparadas para poder enfrentar outros editais. "Hoje temos a primeira biblioteca afro pública do estado do Mato Grosso, que é a biblioteca do Centro Cultural Casa das Pretas, a sede do Instituto Mulheres Negras; temos um um espaço destinado a trabalhar a questão da identidade de cabelo, nós temos um salão lá dentro, que a Silvina e a Lidia coordenam", comemora Nieta.

Jackeline acredita ser difícil pensar

os próximos períodos com pandemia, porque as mulheres negras ainda são o elo frágil das desigualdades. “Em termos de sonhos, eu imagino o IMUNE uma grande potência. Não só no centro-oeste, mas até a nível de América do Sul. Quem sabe a gente consiga se articular também com as redes latino-americanas e caribenhas”. Outro ponto levantado pela produtora cultural é a continuidade da luta. “Acho que o nosso primeiro passo é firmar sede, formar novas lideranças que possam dar continuidade a luta. A juventude negra precisa se apropriar da luta e seguir em frente”, finaliza.

Nieta cita o trecho do poema presente no livro do IMUNE, de uma poetisa que é a primeira mulher negra a compor a Academia Mato Grossense de Letras. “A gente se assume, a gente se assina, mulheres meninas, somos IMUNE / trocando com negras / mostrando as negras/ chamando mais negras para novas certezas / são tantos saberes / são tantas belezas / que o nosso peito bate ao saber que percorremos / com 18 anos sendo estandarte da negra voz, da negra arte, da negra cor”. Ela diz que o IMUNE quer dar essa continuidade, manter a sede, ser o estandarte que sempre carregaram e fazer ecoar a voz e salvar mulheres negras da vulnerabilidade.

“Nós não temos dúvida de que sairão outras Sônias, Cristinas, Jackelines, Lídias, Silvinas, Carols, Maristelas, outras Agathas e todo mundo que está no IMUNE. Uma coisa a gente tem certeza: que a nossa voz não vai silenciar. Como a voz da Marielle não silenciou, quando pensaram que ela sumiu, ela ressurge em muitas Marielles”, reitera Nieta.

A professora acredita que é preciso semear as lutas, bem viver, semear toda forma de respeito e compromisso com a pauta. “O IMUNE plantou muitas sementes nesses dezenove anos. E nós vamos continuar colocando as sementes e regando a semente”.

Para concluir, Nieta faz um pedido: “Que o Deus da vida nos abençoe para que a gente possa fazer isso. Que todas as nossas ancestrais, que estão em cada uma de nós, nos dêem força para enfrentar essa adversidade que é ser uma mulher preta num país extremamente racista, machista e excludente. Mas a gente não anda só, né? Isso é o mais importante, nós não andamos sós”.

Ganhadeiras Podcast

Ep 4. Karen Franquini

Instituto Omolara desenvolve projeto de formação política e empreendedora para mulheres negras

Apoiada pelo Fundo Baobá, a organização busca estratégias de intervenção e superação das desigualdades sociais, principalmente no que tange às mulheres negras

Por Danielle Souza

Uma das grandes consequências do racismo no Brasil é a falta de representatividade negra nos espaços de poder, em especial, nos negócios e na política. Nas últimas eleições de 2018, apenas 32% das prefeituras do país elegeram candidatos negros. Se feito um recorte de gênero, apesar das mulheres negras serem maioria demográfica no país (28%) segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), elas foram apenas 6% das eleitas para cargos de vereança e prefeitura.

Em contrapartida aos dados e à estrutura racista da sociedade brasileira, o Instituto Omolara desenvolve programas e projetos de formação política, advocacy e afroempreendedorismo voltados e feitos por mulheres negras, possibilitando novas narrativas nesses espaços. Criadoem 2012, no Rio de Janeiro, o Instituto desenvolve ações e criação de estratégias de intervenção e superação das desigualdades sociais. “Somos uma organização de mulheres negras, sem fins lucrativos que, junto a outras mulheres negras e suas comunidades, promovemos ações de resgate e fortalecimento dos valores afrocivilizatórios. Agimos para a mobilização de sujeitos, organismos e redes a partir de investimentos de pessoas físicas e jurídicas”, afirma Patricia Alves, presidente da organização.

De origem yorubá, a palavra “Omolara” significa “nascida no tempo certo” e essa é a ideia que guia a atuação do Instituto: “gestar ações que possibilitem a compreensão do passado, a decifração do presente e a transformação do futuro”. Os principais valores da instituição são a coletividade, a ancestralidade e o respeito. Já a missão, é contribuir para a “superação do sistema de opressão racista, sexista e classista no enfrentamento à necropolítica do Estado brasileiro”.

O Instituto Omolara é uma das iniciativas apoiadas na 1ª turma do Programa de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras: Marielle Franco. Uma ação do Fundo Baobá para Equidade Racial, em parceria com a Fundação Kellogg, o Instituto Ibirapitanga, a Fundação Ford e a Open Society Foundations.

As ações do Instituto em meio ao contexto pandêmico

Com o suporte do Fundo Baobá foi possível realizar o fortalecimento institucional da organização, desenvolvendo as capacidades políticas e potencializando a comunicação, articulação e mobilização - interna e externa - do Instituto. Além dessas ações também foi feita a atualização da metodologia institucional; a ampliação e a concretização de parcerias com eficiência, dando maior visibilidade às tecnologias sociais. Tudo isso em um contexto de crise gerada pela pandemia da Covid-19.

“Ao longo deste período, atuamos com afinco no fortalecimento de ações em rede e de transformação da realidade. Movimentos que constituem a Trincheira Preta Feminista, espaço de formação política, diálogo e cuidado para as mulheres negras. Com a missão de contribuir para a superação das desigualdades de gênero, raça e classe, construindo um modelo de Bem Viver para e com as mulheres negras e suas comunidades”, relata

Patrícia. Ao todo, estima-se que mais de 53 mil pessoas foram impactadas com as ações do Instituto nas mídias sociais, segundo dados do Youtube e Facebook, evidenciando a efetividade da iniciativa.

Patricia Alves é presidente do Instituto

A professora da rede pública de ensino do Rio de Janeiro, Rosane Borges, é uma das beneficiárias das ações do Instituto Omolara. Para ela, além de todo conhecimento adquirido no projeto, ter uma rede de apoio às mulheres negras é crucial para o seu desenvolvimento. “Eu nunca tinha participado de um movimento que fosse centrado no legado africano para o fortalecimento e autonomia das mulheres negras. Desde então, eu não me sinto mais só. Quando parece que as forças acabaram, eu sei que há onde eu possa me reconectar e resistir”, conta.

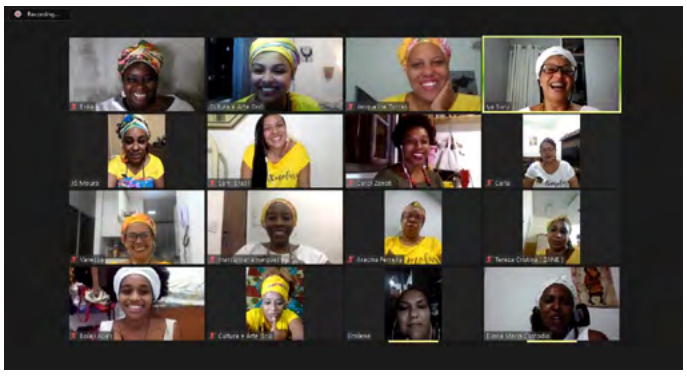
Através das ações do Instituto, Rosane tem aprendido a reduzir os impactos negativos que o racismo produz no seu cotidiano, principalmente na sua saúde. “Estou aprendendo a lidar melhor com a depressão e o sentimento de não pertencimento. Hoje sei que eu, como uma mulher negra, tenho a capacidade de construção. Apesar das ameaças que o presente me impõe, eu posso me encontrar na ancestralidade e assim ter um olhar que me aponta para o futuro”, explica a professora. Ela comenta que em todas as ações do Instituto é possível perceber o afeto e o carinho com cada mulher negra presente.

Rosane Borges é professora da rede pública do Rio de Janeiro e foi uma das beneficiárias das formações do Instituto Omolara

Neste período, também foram realizadas a live Empreendedorismo Político de Mulheres Negras e o Webnário Criativo: Afroempreendedorismo nas redes sociais. Além de: debates, seminários e rodas de conversa sobre o enfrentamento ao racismo. “Nosso crescimento organizacional é uma expansão das nossas potencialidades. Uma consciência coletiva fortalecida no contexto de acirramento das perversidades

e desigualdades da pandemia do coronavírus", ressalta Tássia Mendonça, Coordenadora Executiva LGBTQIAP+ da organização.

Com o apoio do Fundo Baobá também foi possível fazer avanços no mundo digital. O Instituto fez o lançamento do website institucional; fortaleceu a articulação e mobilização interna com a ampliação da equipe de comunicação, refletida no aumento de engajamento e alcance nas diferentes mídias sociais; além de parcerias na produção de conteúdo. A qualificação da gestão organizacional proporcionou a aceleração da atuação na agenda política local, regional e nacional, destacando o desenvolvimento da capacidade de liderança de mulheres negras e o fortalecimento da representatividade em espaços de luta, decisão e poder.



As atividades do projeto tiveram que se adaptar ao contexto de pandemia

Ações externas também foram fortalecidas neste período, como a construção da Kizomba Empreendedora Mulheres do Morro dos Macacos; a participação dos processos formativos da Rede de Mulheres Negras no Rio de Janeiro; o fortalecimento de ações em rede, estando presente entre as organizações que compõem a Coalizão Negra por Direitos; a criação do Fórum Permanente de Diálogo de Mulheres Negras do Município do Rio de Janeiro e a adesão à lista de Organizações da Sociedade Civil das Estratégias (ODS).

Continuação das atividades

Atualmente, de acordo com as integrantes, o Instituto Omolara conta com uma equipe mais coesa, dialógica e cooperativa. No período em que estiveram apoiadas pelo Programa Marielle Franco, foi possível promover a qualificação dos processos metodológicos, adquirir equipamentos e profissionalizar a migração das atividades para um espaço remoto, reduzindo os danos causados pelo processo de adaptação à pandemia (parcerias com o Google e a Microsoft).

Com o aumento da vacinação contra a Covid-19, o Instituto Omolara conseguiu realizar algumas atividades presenciais como o Encontro com Iya: Para Além das Telas, um momento de fortalecimento institucional através dos valores ancestrais afro-brasileiros de autoconhecimento. "Os encontros são nossa Sankofa, atividade que permeia um contínuo retorno aos valores civilizatórios africanos, construindo cenários de transformação da realidade", declara Tássia Mendonça. De acordo com ela, as atividades continuarão de forma

presencial e online. “Com os materiais institucionais adquiridos através do projeto, daremos continuidade às ações nas modalidades online e presencial pois, apesar dos desafios, o contexto revela os potenciais criativos das nossas comunidades”, defende.

Tássia afirma ainda que elas planejam qualificar a atuação do Omolara nas áreas de desenvolvimento econômico e afroempreendedorismo.

“Os encontros são nossa Sankofa, atividade que permeia um contínuo retorno aos valores civilizatórios africanos, construindo cenários de transformação da realidade”

Fortalecendo assim, a relação entre a geração de trabalho e renda, e a valorização cultural, investindo na criação de plataformas tecnológicas e no desenvolvimento de políticas públicas. “O atual contexto de crise acelera os processos de adoecimento psíquico coletivo experienciado pelas pessoas negras, mulheres e LGBTQIAP+. Espaços de acolhimento, cuidado coletivo e formação política tornam-se centrais”, finaliza.

Ganhadeiras Podcast

Ep 5. Laiara Borges

LIDERANÇAS INDIVIDUAIS

Organização Mulheres Negras Decidem em encontro no Rio de Janeiro (RJ).

Professora pernambucana, Maria da Piedade Marques de Souza, propõe mergulho na memória ancestral para fortalecer grupos de mulheres nordestinas

Redes de apoio e incentivo às mulheres negras são fundamentais para “erguer-nos enquanto subimos”

Por Júlia de Miranda

A filósofa estadunidense Angela Davis escreveu um texto em 1987 sobre o empoderamento das mulheres negras norte-americanas e propôs que devemos subir, unidas e nos apoiando, todas juntas. Ela sinalizou que precisamos nos esforçar para erguer-nos enquanto subimos. “Essa deve ser a dinâmica essencial da nossa busca por poder

– um princípio que deve não apenas determinar nossas lutas enquanto mulheres afro-americanas, mas também governar todas as lutas autênticas das pessoas despossuídas", pontuou Davis.

Estar de pé e seguir resistentes na caminhada implica em cuidar umas das outras (sem esquecer de si) e criar a possibilidade de novos espaços que trabalhem, politicamente, em prol da proteção e defesa de meninas e mulheres.

É justamente partindo desse pensamento que a professora pernambucana Maria da Piedade Marques, do Recife (PE), entendeu que, ao se erguer, poderia levar outras mulheres. Ela foi uma das contempladas na 1ª turma do Programa de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras: Marielle Franco, uma ação do Fundo Baobá para Equidade Racial em parceria com a Fundação Kellogg, o Instituto Ibirapitanga, a Fundação Ford e a Open Society Foundations.

"Durante o desenvolvimento do projeto tivemos encontros virtuais fantásticos, mesmo com tantas dores, a alegria sobressaiu e conseguimos nos conectar com mulheres de quase todos os estados do Nordeste"

Com o projeto "Mulheres Negras e Irmandade: Construindo redes de solidariedade", a professora está construindo uma rede de irmandade de mulheres negras, através de vivências e oficinas de memórias entre mulheres de Pernambuco, do Nordeste brasileiro e do exterior. Coordenadora da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco e da Rede de Mulheres Negras do Nordeste, ela acredita que a educação, não apenas a formal, mas também os saberes orais, são a base fundamental e humana para o nosso crescimento pessoal e coletivo. "Durante o desenvolvimento do projeto tivemos encontros virtuais fantásticos, mesmo com tantas dores, a alegria sobressaiu e conseguimos nos conectar com mulheres de quase todos os estados do Nordeste", comemora Piedade.

Confira na entrevista como foi a experiência dela no Programa, os desafios e anseios, e conheça um pouco mais do seu projeto.

- Como surgiu a ideia do projeto Mulheres Negras e Irmandade: Construindo redes de solidariedade?

Quando saiu o edital do Fundo Baobá eu estava como pesquisadora visitante na Universidade do Texas, nos Estados Unidos, em 2019, e de lá é que eu escrevi a proposta. Algumas questões me inquietaram

ao longo da minha trajetória e surpresas da vida vieram reforçar isso. Refletia sobre a dificuldade que nós, mulheres negras da minha faixa de idade (40 a 50 anos), temos de descobrir a necessidade da língua inglesa para ampliar o diálogo. Essa era uma das minhas preocupações iniciais e a motivação para aprender o idioma nos 4 meses que eu residi no país.

Nos Estados Unidos eu tive uma grata surpresa, consegui encontrar um grupo de mulheres negras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), elas foram as responsáveis pela vinda da Angela Davis em 2017 para a Bahia. Esse era um curso com pessoas vinculadas às organizações sociais e pude então entrar em contato com esse pessoal e acabei recebendo convites para somar nas ações.

Maria Piedade escreveu o projeto enquanto estava como pesquisadora visitante na Universidade do Texas, nos Estados Unidos, em 2019

O campo fértil que foi estar em contato com ativistas de outros países me motivou a preparar, para o edital do Fundo, uma metodologia envolvendo a solidariedade de mulheres negras de Pernambuco para apresentar no exterior. Nesse meio tempo, por questões pessoais, precisei voltar para o Brasil e não pude retornar ao intercâmbio devido a pandemia. Ser acolhida nos Estados Unidos foi algo que me tocou profundamente e me fez querer colaborar ainda mais. Ser solidária é algo de quem sabe se colocar no lugar do outro.

- E como foi o desenvolvimento e os desdobramentos do projeto?

Com a mentoria do coaching proporcionada pelo Baobá, eu tive o auxílio na escolha por um novo caminho diante das circunstâncias. Continuo em contato com várias pessoas nos Estados Unidos, mesmo que a proposta não seja vinculada só lá, mas é onde hoje eu posso dizer que existe um vínculo um pouco maior. O grande desejo da metodologia era poder juntar mulheres negras para conversar sobre memória, epistêmica e oral, que incluísse nossas mães, avós e tantas mulheres negras 'anônimas' do núcleo familiar que não são lembradas na academia.

Com a adaptação do projeto eu consegui realizar durante esse período oficinas on-line. Iniciei construindo um percurso com a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco: de forma tranquila e leve os

encontros foram acontecendo no formato virtual, nada presencial e esse foi um pedido do Baobá. Outra inquietação que a prática me trouxe foi que nós passamos toda a nossa militância escrevendo ou dizendo que “as mulheres negras das nossas vidas vieram de muito longe”. Porém, é essa questão do tempo e da memória que trazem isso à tona, todavia a gente termina se afundando somente nos referenciais teóricos e esquecendo de resgatar quem realmente são as mulheres importantes, além das ativistas e intelectuais.

Maria Piedade realizou encontros online com a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco

Quem são essas outras mulheres que estão mais perto de nós, e algumas a gente nem sequer conhece? Eu posso não tê-la conhecido fisicamente, contudo ela tem um papel importante na nossa memória coletiva, isso não pode ser desconsiderado. As nossas rodas de conversa foram fantásticas, mesmo com dores no compartilhamento das memórias (reunimos algumas mulheres mais velhas), existiu muita alegria e força em todos os encontros com as mulheres nordestinas, tanto das capitais como do interior. A carga emocional acessada nas trocas foi positiva e relevante para todas nós nesse momento de pandemia. Ao todo, fizemos encontros e oficinas de resgate a memórias das nossas ancestrais em seis estados da região Nordeste (Pernambuco, Paraíba, Ceará, Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte), os que faltaram foi por falta de tempo. Nem tudo proposto foi alcançado, mas ressignificar e mudar a rota do projeto foram essenciais para o aprendizado.

- No decorrer do processo, quais foram os aprendizados e conquistas?

Uma das coisas que eu inclusive levo como anseio para o futuro é que eu percebi o quanto essa experiência nos trouxe alegria. Apesar das memórias nem sempre apresentarem conteúdos lindos, muita dor emergiu e a gente conseguiu conectar as pessoas através dessa experiência sublime e luminosa. As memórias compartilhadas nos alimentavam através da identificação com as histórias. Memórias desde o tempo que a gente era criança, e hoje, como adultas, acolhemos com gentileza e cuidado.

Eu optei em investir no idioma, pois pretendo voltar para os Estados Unidos. Quero organizar uma grande rede e conectar as mulheres norte-

americanas com as brasileiras para instigar e encontrar soluções de apoio para as nossas vivências, dessa maneira a gente avança. Como conquista, além do curso de inglês, foi conhecer outro universo, diferentes realidades e culturas durante a minha imersão.

Pretendo voltar em breve e mostrar a nossa realidade e o que fazemos aqui no Brasil com a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco e a Rede de Mulheres Negras do Nordeste.

A experiência com as outras lideranças que estão vinculadas a organizações comunitárias nos Estados Unidos, a recepção, o apoio e a percepção de que é possível construir pontes, diálogos e relações de acolhimento lá e cá, é algo latente e inspirador para mim.

- Quais são seus planos para o futuro?

Enquanto a pandemia não acaba, eu sigo a caminhada no Brasil no passinho de tartaruga. Pretendo em breve me reunir presencialmente com os grupos e voltar às oficinas e encontros. Quero trabalhar com as imagens dessas memórias de cada uma de nós e fazer uma exposição fotográfica em todas as cidades visitadas nas reuniões. É importante que a sociedade veja e reconheça as nossas “mulheres anônimas”. Em 2023 o plano é voltar para os Estados Unidos.

O conhecimento que se adquire e distribui de Girlian Silva

Liderança Negra que atua na Amazônia, Girlian acredita no poder da coletividade para transformar a realidade das mulheres negras

Por Juliana Dias

A Sumaúma é uma das árvores mais extraordinárias da Amazônia e sua grandiosidade não está apenas na altura que ela pode chegar (70 metros), mas também por ser um portal de comunicação para os povos da floresta, nos âmbitos real e espiritual. É enraizada na sagacidade da gigante da Amazônia que Girlian Silva de Sousa, integrante da 1ª turma do Programa de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras: Marielle Franco, nomeou o seu projeto: “Sumaúma Literária”. O Programa é uma ação do Fundo Baobá para Equidade Racial em parceria com a Fundação Kellogg, o Instituto Ibirapitanga, a Fundação Ford e a Open Society Foundations.

A iniciativa de Girlian tem como foco principal a publicação de um e-book escrito por mulheres negras (cis e trans) do Baixo Amazonas, principalmente da cidade

Santarém (Pará). Aliando o ativismo feminismo negro com os saberes do meio digital, a baiana de Itabuna movimentou diversas mulheres negras da região da Amazônia para potencializar a transmissão de conhecimentos. Embora tenha sido ela a contemplada pelo Programa, o projeto aprovado foi realizado em coletividade com o grupo Mulheres Negras de Santarém, da qual ela faz parte. O resultado dessa movimentação em rede vai gerar a publicação do livro "Vozes Afroamazônidas: entre rios, terras e afetos" e do blog "Vozes Negras". Nessa entrevista exclusiva, a economista Girlian Silva, que tem mestrado e é doutoranda em Desenvolvimento Socioambiental (UFPA), comenta como a especialização em Influência Digital (PUC-RS) vem contribuindo para ampliação de seus horizontes dentro do ativismo feminista negro.

- Como é a atuação de uma liderança consciente do pluralismo do feminismo negro?

Desde o início eu me coloquei enquanto uma liderança em formação, porque realmente eu sou uma liderança em formação, eu ainda estou naquele processo de aprendizado e de descobrir um pouco mais sobre o feminismo negro. Toda vez que começo acreditar que eu já sei muito, eu descubro que não é bem assim; quanto mais você lê, escuta outras mulheres falando sobre, você descobre que ainda tem muita coisa que ainda não percebeu. Um dos aprendizados mais importantes que eu tive ao longo desse Programa, foi justamente esse relacionado a pluralidade do feminismo negro. Porque a gente costuma falar em mulher negra e acaba muitas vezes caindo no mesmo equívoco do feminismo tradicional, do feminismo não negro, que é você colocar todas as mulheres dentro de uma categoria só, esquecendo as particularidades de cada uma, as demandas de cada uma. É como se não habitássemos em territórios diferentes e sofrêssemos formas de opressão diferentes. Eu gostaria de sair de todo esse processo, que ainda tem muita coisa pela frente, com essa capacidade, essa consciência muito mais entranhada, mais trabalhada, mais desenvolvida. De que as mulheres negras são plurais, são diferentes e você precisa enxergar até mesmo quando elas não conseguem se enxergar, não conseguem enxergar sua própria particularidade. Então, eu acho que para se colocar no lugar de liderança você precisa ter essa expertise e se você não tiver, tá faltando muita coisa ainda para você desenvolver. Antes de participar do Programa, por exemplo, eu não tinha uma visão um pouco mais elaborada sobre as mulheres trans. Eu estava naquela pegada de "Olha, somos todas negras e tal". E aí depois de conviver ao longo desses dois anos com uma mulher trans, de ter a oportunidade de ouvi-la, eu fui

perceber a importância.

- Quais outras contribuições do Programa Marielle Franco para sua formação enquanto liderança negra?

Uma ideia muito mais clara sobre coletividade, que eu acho que é fundamental. Veja, eu sou baiana de Itabuna, moro na Amazônia há quase dez anos. Eu vim para cá em 2013, para fazer um mestrado, fiquei, iniciei um doutorado e estou vivendo aqui. Mesmo sendo economista e sabendo do quanto o capitalismo acaba formatando a nossa visão de mundo, o jeito de conviver, interagir, formando uma sociedade totalmente individualista, nem sempre eu estive ciente desse individualismo entranhado. E nem sempre eu tive essa consciência de que, naquele momento, minha visão era uma visão individualista, mesmo sendo uma pessoa que trabalhava dentro do movimento.

Eu só fui me associar a um grupo de mulheres em 2017, o Movimento de Mulheres Negras de Santarém, no Pará. Até então, eu achava que eu sozinha, estava tudo ótimo. Aquela história de que você não precisa estar no coletivo para poder atuar. Somente a partir de 2017 eu fui ter esse convívio, e com o Programa fui tendo essa visão melhor sobre coletividade. No coletivo somos mais fortes. Ao longo desses dois anos também, eu acho que adquiri um pouco mais de compreensão sobre os problemas que esse comportamento individualista acaba causando dentro do próprio movimento de mulheres. Eu acho que consegui construir esse objeto de observação, de começar prestar mais atenção nas outras, tentar diminuir o julgamento e prestar mais atenção nas ações. E hoje eu saio desse projeto entendendo que precisamos trabalhar bastante dentro do movimento essa coisa do individualismo, que cria concorrência. E esse sentimento de concorrência é algo que nunca faz sentido, mas que muitas vezes tá ali velado e enfraquecendo as coisas.

Foto: ICBS

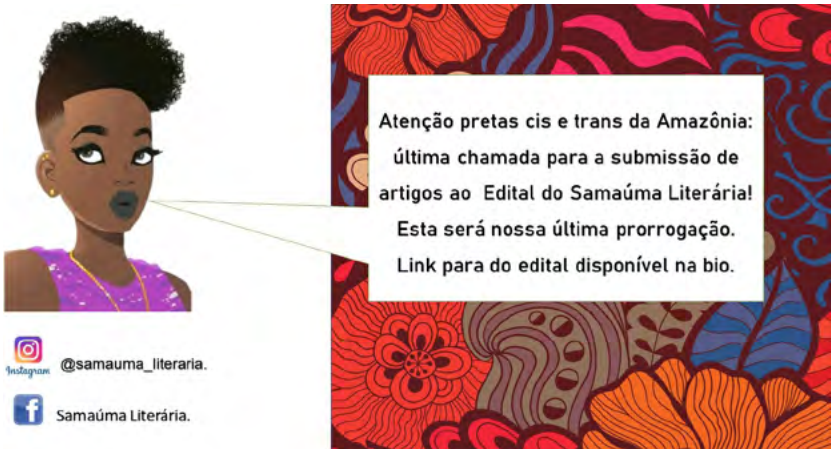
- Você conseguiu atingir os objetivos e as metas que você esperava com o programa?

Todos ainda não. Estou atrasada nisso. A pandemia me pegou de jeito. Pra mim, o Programa começou junto com a pandemia, porque as bolsas foram implementadas em março/abril de 2020 e eu já estava sofrendo as consequências da pandemia. Eu não sei o que poderia ter acontecido se eu não tivesse sido agraciada pelo Programa. Ele foi fundamental pra mim. E mesmo tendo esse suporte,

a coisa foi feia, muito difícil. Uma das minhas metas era concluir o curso de especialização em Influência Digital e na sequência colocar um blog no ar. Outra meta importante que eu tinha no meu PDI (Plano de Desenvolvimento Individual) era a publicação do livro. Na minha cabeça quando tudo foi estruturado, o livro era para ser publicado em 31 de julho. Não foi bem assim que aconteceu, o livro está sendo encaminhado para editora ainda essa semana [novembro de 2021]. O livro se mostrou um grande desafio porque me coloquei na obrigação de organizá-lo de forma coletiva. Primeiro tivemos que mobilizar a mulherada para comprar a ideia do livro, fazer as pessoas acreditarem que seria possível ter a publicação desse livro aqui na Amazônia. Se a mulher negra já é invisibilizada, aqui na Amazônia é muito mais. Ainda mais na região que será o foco do livro. A ideia inicial era que a gente ficasse com as mulheres do baixo Amazonas, principalmente da cidade de Santarém, uma cidade que é extremamente elitista, racista, machista e homofóbica. Tivemos todos esses desafios.

- Esse processo de elaboração do livro foi coletivo?

Peguei o recurso do Baobá e fui para as mulheres do movimento, do grupo e convoquei aquelas que se interessassem para formar uma comissão organizadora para pensar o livro. Tudo foi pensado de forma coletiva. Quando vimos que havia a necessidade de provocar uma mobilização mais forte para que as mulheres conhecessem o edital, já estava na época da COVID. Então, usamos as mídias digitais. Abrimos um edital para que as mulheres negras cis e trans do baixo Amazonas se inscrevessem. Com a chamada, as mulheres diziam que não se sentiam seguras, achavam que não tinha condições de escrever um artigo. Então, pensamos em fazer aulas online falando sobre temas relacionados ao livro e trazer as pessoas, para ouvir os debates, as aulas e depois isso poderia ser um material para usarmos mais lá na frente, para incentivar.



- Quais os temas que vocês estão trabalhando no livro?

São diversos eixos temáticos que colocamos lá: mulheres negras e acesso à saúde; mulheres negras e acesso a saneamento básico; empreendedorismo; mulheres negras e direito; mulheres negras e

educação, entre outros. Eram eixos pensados para que pudéssemos adequar ao que as mulheres quisessem escrever pra não ficar uma coisa muito engessada. Fizemos parcerias com professoras, professores, profissionais de outras áreas, inclusive pessoas não negras também, que se disponibilizaram a gravar essas vídeos-aulas e convocar a galera para isso. Fizemos toda essa movimentação, mas ainda assim quando o prazo de submissão chegou, tivemos dois artigos submetidos. A previsão era de que publicássemos 16 artigos. Reabrimos o edital e nada. Tivemos que pensar alternativas, porque se a gente não publica o livro, reforça a ideia de que mulheres negras não conseguem escrever. Na época, o edital foi muito visto, o projeto foi bem midiatizado e depois dizer que não ia rolar, seria um tiro no pé. Aí pensamos em abrir para a Amazônia inteira. Deixamos de abrir somente para o baixo Amazônia, ainda assim não rolou. Por último, decidimos chamar mulheres que já tinham o hábito de publicar artigos. Uma preocupação que tínhamos também era que não queríamos só doutoras, em nenhum momento pensamos em um livro formado somente por doutoras ou por mulheres que já eram reconhecidas no meio acadêmico. A gente queria mulheres anônimas. Colocamos em prática essa ideia e ainda assim - e eu digo que foi por conta da pandemia -, a gente acabou não conseguindo os 16 artigos, a muito custo conseguimos 09 e para isso as mulheres que estavam na organização tiveram que participar também.

Uma coisa que nós diagnosticamos é que existe muita insegurança, as pessoas não acreditam que elas são capazes de escrever, mesmo pegando mulheres que já estão na academia. Daí, pensamos o seguinte: vamos juntar e escrever esses artigos não de forma individual, mas vamos fazer duplas, trios, quartetos, o que for, mas vamos escrever. E daí conseguimos que os 09 artigos saíssem dessa forma. Eu acho que a partir daí já conseguimos atingir alguma coisa, não era a meta que a gente tinha colocado antes, mas o projeto não morreu.

Eu acho que conseguimos homenagear mulheres da região, mulheres anônimas. Queríamos dar visibilidade a essas pautas do território, falar sobre as demandas daqui, mesmo porque temos um problemão quando falamos sobre negritude aqui. Houve todo um processo histórico de apagamento do negro na Amazônia, como se a Amazônia não tivesse participação do negro e teve! Cada vez que as pessoas veem um negro de pele retinta pergunta logo se é do Maranhão, nunca se é do Pará, por exemplo. Então, as pessoas não entendem que o processo de formação social aqui se deu de uma forma, que as pessoas negras daqui vão ter características diferentes das pessoas negras da Bahia, por

exemplo. Eu acho que o livro acaba atingindo pelo menos essa meta.

- Qual a avaliação positiva desses desafios?

O aprendizado, porque a partir dessa dificuldade toda, tanto pra mim quanto para as outras colegas que estão participando, ficou claro: trabalhar um edital para mulher negra não é o mesmo que trabalhar para mulheres não-negras. Temos gargalos que precisam ser vistos. Saímos desse processo todo com a certeza de que é possível e de que é um eixo que precisa, pode e deve ser trabalhado. O meu grupo acha que a gente vai ter que correr atrás, depois do livro, vamos ter que sentar, reavaliar tudo, ver onde nós erramos, o que pode ser melhorado e gostaríamos de continuar com esse tipo de iniciativa, em outro formato. Eu acho que tem muita história que a gente precisa contar, tem muita coisa para ser visibilizada, discutida. Então, eu acho que o livro de positivo tem isso e sei que vai ser muito legal quando ele for impresso, acreditamos que em novembro já estaremos com ele em mãos. Eu sei que vai ser muito bom para a autoestima das mulheres que participaram desse processo.

- Sua proposta de projeto estava relacionada com o âmbito digital, com a chegada da pandemia esse foi o principal ambiente de atuação das líderes negras e de outras atrizes sociais. Como foi essa experiência para você?

Foi novamente uma outra oportunidade que o Programa me deu, porque no final das contas essa especialização que estou concluindo foi fundamental não somente no campo profissional, do ativismo, porque isso vai se desenvolvendo em novos projetos, em novas ações, vai ser uma forma de eu atuar através da mídias digitais, através do blog Vozes Negras. O que ficou muito claro que é uma ferramenta do futuro, uma forma de trabalho do futuro e ela agregou não somente nesse campo ativista, mas na minha formação profissional enquanto economista. Por exemplo, eu vejo oportunidade da gente tentar fomentar negócios de outras mulheres negras que estão no afroempreendedorismo. Foi uma experiência que confirmou inclusive a hipótese que eu tinha quando escrevi o projeto: de que esse meio digital seria muito mais eficiente do ponto de vista de larga escala do que o presencial. Porque a gente para montar uma ação presencial às vezes os custos são muito maiores, temos que mobilizar carro de som, contar com a boa vontade da polícia, mobilizar uma série de atores que muitas vezes não estão interessados que aquele ato saia. E no meio digital eu pego uma câmera e pronto. Sou eu e minha câmera, claro que tem os outros cuidados e conhecimentos, mas assim é muito mais fácil e consegue atingir um público muito maior. A pandemia foi uma oportunidade de comprovar isso, foi uma confirmação de que eu estava correta. É um curso que realmente

vai me render muito.

- De que maneira as metas que você atingiu com o programa vão impactar nos grupos sociais/ instituições de mulheres negras que você faz parte?

Eu acho que já começou a impactar. Quando a gente começou a articular o livro, a gente conseguiu, através da mídia, chamar a atenção de outras mulheres do território. Uma coisa que eu acho muito legal porque hoje temos uma demanda maior de mulheres pelo menos com mais curiosidade, principalmente em cidades menores do interior. Outro impacto é a questão trans, essa discussão sobre as demandas LBT, que a gente ainda não estava nessa pegada, ainda não estávamos falando com as mulheres trans. Temos muito o que aprender com elas. É um dos impactos positivos que nós tivemos coletivamente.

- Quais são seus planos e interesses para o futuro?

Então, finalizar a publicação do livro e colocar logo esse blog no ar. Eu estou saindo dessa experiência toda com a ideia de coletividade muito bem assentada na minha cabeça. Temos planos de começar a garimpar editais para publicar novos livros. Durante o tempo que estávamos rodando a organização do livro, surgiram outras ideias, outras demandas. Por exemplo, tivemos participação de outras mulheres que nesse formato do livro em artigo não seria possível, que são mulheres mais da zona rural. Então, temos de pensar como a gente poderia fazer, pensar que tipo de narrativas e escritas a gente pode passar a aproveitar para que essas mulheres também tenham visibilidade. Pensamos em fazer uma espécie de documentário com mulheres quilombolas, temos até o título: “Meu Quilombo Por Elas”. Seria um documentário em que as mulheres quilombolas falariam sobre os quilombos, a vivência do quilombo a partir das mulheres. Chegamos a submeter em alguns editais, mas ainda não conseguimos aprovação, talvez não tenha sido o momento mesmo. Mas, ideias a gente tem.

Liderança multipotencial, Brígida Rocha dos Santos, atua na luta contra o trabalho escravo no Maranhão e em outros estados do país

Assistente Social de formação, a liderança maranhense atua em diversas áreas dos Direitos Humanos

Por Juliana Dias

Quando a maranhense e assistente social Brígida Rocha dos Santos se inscreveu para ser uma das bolsistas da 1ª turma do Programa de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras: Marielle Franco, ela não esperava que os números fossem impactar de maneira tão significativa na continuidade e fortalecimento de sua trajetória enquanto liderança negra com atuação no combate ao trabalho escravo.

O Programa, que é uma ação do Fundo Baobá para Equidade Racial em parceria com a Fundação Kellogg, o Instituto Ibirapitanga, a Fundação Ford e a Open Society Foundations, proporcionou a Brígida, em dois anos: fazer 13 cursos, 3 mentorias e 4 imersões; escrever 6 artigos; ampliar sua participação nas redes sociais; e integrar uma plataforma para visibilidade de assistentes sociais.

Brígida Rocha recebeu em 2015 um Prêmio de Direitos Humanos na categoria Combate e Erradicação do Trabalho Escravo. Em entrevista, a maranhense da cidade de Açailândia, nos conta como as trocas com outras mulheres negras potencializou sua atuação e contribuiu para sua autoestima e autonomia financeira dentro do campo profissional, pessoal e do ativismo.

- Como começou sua trajetória enquanto liderança negra?

Iniciou na igreja enquanto catequista, e aí logo vem o convite, ainda adolescente, para trabalhar numa rádio comunitária em um programa infantil. Assim, eu fiz o percurso de aprender tudo sobre comunicação na rádio comunitária e aí ficava acompanhando as crianças, apresentando o programa, mas me envolvendo já com as pautas de direitos humanos, principalmente do tema trabalho escravo e trabalho infantil. E aí estudava, fazia cursos, fui até para experiência de estágio como professora, mas recebi esse convite para passar a atender pessoas vítimas de trabalho escravo. Era a possibilidade de um projeto que havia surgido na ONG Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos. É uma ONG que tinha criado essa rádio comunitária, então já trabalhava com essa temática desde sua fundação. E no período de 2005, eles com um projeto tiveram a possibilidade de contratar alguém, aí me deram esse desafio para em três meses aprender as técnicas do atendimento às vítimas de trabalho escravo. A partir disso eu fui me desenvolvendo, até mesmo em conhecer a realidade do trabalho escravo contemporâneo, pois o que eu tinha era mais a partir do que eu lia, visões muito fechadas sobre aquilo que a gente aprende nas escolas.

Foi um divisor de muitas mudanças pra mim, de ideias, de compreensões. Assim fui me destacando nessa temática, estudando bastante, sempre nessa parte de atendimentos, mas fui recebendo outras funções, outras missões, como coordenar equipes de atendimentos, fazer palestras, participar de atividades específicas, organizar eventos. E a gente nesse processo de acolher trabalhadores foi conseguindo também atender pessoas de outros estados.

Eu sempre tive esse contato com o tema da Campanha de Combate ao Trabalho Escravo e é uma campanha

nacional da Comissão da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Então, em um período eles se juntaram (o Centro de Defesa e a CPT) e fizeram uma indicação para eu receber um prêmio de direitos humanos na categoria de combate ao trabalho escravo, por entender dessa contribuição que eu vinha tendo diretamente.

- Quando foi esse prêmio?

Foi em 2015. É um prêmio nacional, que foi entregue pela presidenta Dilma na época. Foi em Brasília e foi um grande momento quando esse prêmio apareceu. Uma gratidão muito grande permanece, pela confiança dos trabalhadores. Eu vejo que esse destaque todo foi devido a qualidade do atendimento, mas principalmente da aceitação, da recepção, da força dos trabalhadores que possibilitaram isso. Na minha trajetória toda eu sou conhecida como alguém que atende vítimas de trabalho escravo, que orienta, que faz encaminhamentos, articulações e trata dessa pauta. Mas, eu faço outras coisas. Também atendo mulheres vítimas de violência e também atuo nessa pauta do trabalho infantil.

Minha profissão é Serviço Social, sou assistente social, me formei em 2013. Eu tinha muito sonho de me formar em direito e por questões econômicas e por não conseguir a vaga na faculdade pública, eu não cursei. Então, depois eu consegui entrar no Serviço Social que era um curso de valor menor, com parcelas econômicas. Tão logo fui contemplada pelo PROUNI, fui bolsista integral. Fiz a graduação em Serviço Social e uma pós em gestão pública por outra faculdade estadual. É esse o meu nível de escolaridade, mas antes eu já tinha feito magistério. Sempre fiz muitos cursos nessa área de direitos humanos, participei de vários eventos nacionais e internacionais (dentro do Brasil) nesta pauta da migração forçada, do trabalho escravo. Em relação às mulheres, em especial, eu estive participando de algumas atividades de encontros de mulheres. Mas, nessa pauta da mulher negra, da raça, isso foi uma vivência que eu consegui através do projeto financiado pelo Baobá, do Programa Marielle Franco.

- E como é a Brígida Rocha dos Santos fora desses espaços de militância?

Eu sou mãe, tenho duas crianças de 11 e 13 anos. Eu resido no município de Açailândia, no estado do Maranhão. Eu sou natural desse município, mas trabalho em municípios diferentes pela minha relação com essa pauta do trabalho escravo e minha integração na Comissão Pastoral da Terra. Eu fico aqui no Maranhão, mas contribuo com os demais estados nessa discussão da pauta de trabalho escravo e a gente vem trazendo essa contribuição da visibilidade das mulheres vítimas do trabalho escravo, que é um

contexto antes não muito discutido, era sempre tratado pela situação dos homens. Então, eu percebo que eu venho me desenvolvendo, aprendendo, conhecendo mais a partir do acompanhamento que eu tenho com comunidades quilombolas, comunidades tradicionais aqui no estado. Isso permite eu me desenvolver pessoalmente e também profissionalmente, e contribuir para o movimento quilombola do Maranhão. É um movimento que eu apoio e acompanho desde 2013. Aprendo muito com eles e também com a CPT. Eu me vejo como alguém que é assistente social, comunicadora, mãe e faz várias coisas. Eu também crio outras estratégias empreendedoras, como vendas de roupas íntimas e assim eu vou seguindo a vida. Eu estudo bastante, mas sempre em relação a esses temas das quais eu já trabalho. Minha pós, meu TCC, por exemplo, foram com tema sobre trabalho escravo.

- Isso tudo que você é, representa e faz, significa ser uma liderança multipotencial, como você nomeia no seu projeto?

Eu me vejo como liderança multipotencial por eu estar em vários espaços, tanto com mulheres, com movimentos e com diversas temáticas. Eu tenho esse foco do trabalho escravo, porém eu participo de outras, tanto devido a minha profissão quanto às afinidades que eu tenho. Eu contribuo também nessa parte de formação de comunicadores; enquanto assistente social contribuo tanto em atividades técnicas, como na formação de alunos, de discussões do curso em si, como professora, facilitadora, convidada para atividades específicas, mas principalmente pelos atendimentos com as comunidades quilombolas. É uma trajetória complicada, mas muito gostosa. Quando precisei ficar algum tempo parada nesse período da pandemia, o início foi um pouco complicado, eu estava me sentindo bloqueada. Eu dizia: “Eu tenho que acordar. Essa não é a Brígida. Eu tenho que me envolver”. O Programa, por exemplo, me ajudou muito. Esse período da pandemia foi difícil, mas abriu muito essa possibilidade de estudo, de interação com outros grupos. Essa visão de estar nos espaços virtuais, que foi um desafio, mas que foi necessário e importante e que abriu grandes oportunidades.

- Como tem sido atuar em uma rede de assistentes sociais (a Ikesocial)?

A Ikesocial é um espaço mais para dar visibilidade às assistentes sociais, inclusive a gente vem passando por formações, discussões tanto em grupo de Instagram quanto de WhatsApp. A gente troca experiências e isso tem sido muito importante, como também é uma das bases para eu poder entrar no processo de melhor fazer minha avaliação profissional, de estabelecer preços. É uma revisão de, enquanto assistente social, eu posso fazer os trabalhos de forma autônoma sem ter que estar com vínculo trabalhista diretamente. A pessoa que faz a gestão, que é quem fundou, é também uma assistente social negra, que passou por esses desafios que a gente passa. Eu vejo como um espaço interessante que também serve para eu poder divulgar, apresentar meus trabalhos. E essa visibilidade é acompanhada de muitas formações. Para mim tem sido um grande desafio, eu me formei em 2013, porém vim ter alguns conhecimentos mais específicos desse grande leque de oportunidades já a partir desse envolvimento com a Ikesocial. Até melhorei meu Instagram, mas ainda tem coisas que eu preciso pôr em prática.

- Essa presença no Instagram foi algo novo dentro dessa sua experiência com a Ikesocial e com o Programa Marielle Franco?

A orientação deles é que a gente crie um Instagram específico enquanto assistente social para dar essa visibilidade profissional, porém o meu Instagram que eu já tinha a muito tempo vivia parado. Eu não movimentava. Aí quando eu comecei a movimentar foi quando eu entrei no Programa Marielle Franco. Então, eu comecei a postar coisas no Instagram já a partir da entrada dentro do Programa, só que ainda não tinha essa grande visibilidade, eu não tinha muitos seguidores. Depois eu entro com a Ikesocial e eles vem incentivando essa melhoria do Instagram e também para melhorar a visibilidade profissional, o que eu fiz foi: não vou criar um outro Instagram como eles orientam, porque o meu também não tem muita coisa, eu só vou adequar mais para esses temas específicos e é isso que eu venho fazendo. Então assim, eu tinha um número tão baixo, acho que era menos de 300 pessoas. Esses dias eu não olhei ainda, mas suponho que está em 900 e poucas pessoas. Como também a visibilidade nos temas, nas matérias que consegui desenvolver, textos junto ao [Portal] Geledés. Então, assim essa parte de dar visibilidade a profissional Brígida, enquanto assistente social, enquanto liderança feminina negra, enquanto mulher que trabalha dentro dessa temática do trabalho escravo, pra mim é um grande resultado. Foi um grande desafio e eu vejo como resultado isso: eu consegui pensar mais em mim, me ver mais e passar isso para os outros.

• De que maneira a pandemia impactou nas metas que você traçou como liderança do Programa Marielle?

Eu sempre fui muito comunicativa, mas teve um período que eu me bloqueei. Eu não sei exatamente o ocorrido, mas teve um período que eu corria de lives. Alguém convidava, eu inventava desculpa, eu não queria participar desses espaços virtuais, por alguma insegurança da qual eu não sei exatamente o porquê, já que eu não tinha medo de falar. Esse foi um dos impactos que, pra mim, foi muito estranho quando eu me percebi naquele processo de não querer me comunicar. Até porque, antes eu participava bastante, mas não nos meios digitais, era sempre eventos presenciais. Creio que talvez esse tenha sido um dos motivos. Essa área virtual, de estar aparecendo nas lives, eu fiquei preocupada com várias coisas, questões de julgamento. Me perdi aí num período, mas eu reanimei depois e voltei a ativa.

A pandemia me prejudicou de concreto dentro do que eu havia planejado, na proximidade com as mulheres. Meu projeto visa dar visibilidade às mulheres vítimas de trabalho escravo, pra isso eu precisaria estar também próxima, estar em contato direto com essas mulheres. Mulheres que já haviam sido resgatadas, em períodos anteriores, mulheres que conseguiram sobreviver, sair do trabalho escravo. A pandemia me impediu no sentido de não encontrá-las, elas são do estado, mas não ficam em localidades tão fáceis, algumas eu busquei fazer agendamentos, mas não foi possível. A situação de não encontrar essas mulheres e a partir dali identificar como elas conseguiram sobreviver, quais estratégias elas utilizaram para poder resistir, sair do que elas vivenciaram, é um impacto que vejo como o mais difícil dentro do meu projeto. As outras coisas eu avalio que eu consegui ter um bom êxito, nessa coisa da partilha de saberes, porque eu participei de muitas atividades. Também de integração com outras líderes do Programa, trocamos ideias, construímos coisas juntas, fizemos artigos, participamos de lives.

Eu aprendi muito com as formações que a Baobá promoveu com os parceiros, com a Coach, com o pessoal da Criola, entre outros. De todos eu aprendi bastante. Uma coisa assim que eu vejo também que foi um grande desafio foi colocar as despesas dentro do projeto, nessa coisa pró-labore, porque é algo que, no início, eu não tinha pensado quando eu fiz o meu projeto. Ele era focado em produções, em organizar

o meu registro profissional, que estava pendente.

Eu consegui me atualizar com taxas, eu consegui comprar materiais que eu não tinha, como notebook, impressora, itens de escritório, para eu poder trabalhar com tranquilidade, estudar também, poder atender as pessoas. Consegui quitar as mensalidades da internet. Pra mim essa coisa do salário de pró-labore era algo que eu não tinha pensado, nas formações e nos encontros com a Baobá fui percebendo essa possibilidade e foi o que me ajudou muito. As minhas despesas fixas, de alimentação e coisas diversas, saíram desse projeto. Antes eu nem tinha pensado, porque eu estava numa condição melhor, mas tudo mudou devido ao encerramento do projeto na organização que eu estava. Eu trabalhava com o projeto chamado Raice (Rede de Ação Integrada para Combater a Escravidão) e as vivências é direto nos quilombos, nas comunidades, aí como não podia ir mais devido aos protocolos de saúde, foram rompidas.

A ativista pernambucana Jessica dos Santos aponta os desafios da construção de políticas públicas para as juventudes

Apoiada pelo Programa de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras: Marielle Franco, do Fundo Baobá, Jéssica Vanessa dos Santos desenvolve projetos de fomento à formação política de jovens

Por Jamile Novaes

Jéssica Vanessa dos Santos é natural da cidade de Buíque, em Pernambuco. Aos 26 anos, atua em prol da construção de políticas para a juventude na região metropolitana de Recife. É ativista pelos direitos humanos e tem trajetória como mobilizadora e educadora popular. Durante quatro anos fez parte do Conselho Municipal de Políticas

Públicas de Juventude do Recife (CMPPJ). Tem participado e ajudado a construir diversas iniciativas que impulsionam a atuação política de jovens e mulheres negras, como o projeto Juventude Negra e Participação Política, o Movimento Mulheres Negras Decidem e o projeto Emergências Políticas Jovens, do Instituto Update.

Jessica é uma das contempladas da 1ª turma do Programa de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras: Marielle Franco, uma ação do Fundo Baobá para Equidade Racial em parceria com a Fundação Kellogg, o Instituto Ibirapitanga, a Fundação Ford e a Open Society Foundations. A militante de políticas para as juventudes conta como foi o processo de ser bolsista do Baobá, e como os desafios impostos pela pandemia afetaram o percurso de seu projeto.

- Qual foi o start da sua trajetória política? Como você despertou para essa necessidade?

Eu participei de um curso que era do CCJ Recife, o Centro de Comunicação e Juventude. Eles ofereciam curso de fotografia, audiovisual, design gráfico, cinema... Abriu um leque, porque o CCJ além de oferecer o curso de fotografia, a gente tinha uma formação sobre direitos humanos e educação popular. Também através da Ong Diaconia, que apoiava esse projeto do CCJ e tem uma trajetória de formação e diálogo com jovens, tanto da igreja quanto de fora. Então fui convidada para participar de seminários. Tinha temas ligados à juventude, direitos humanos, e eu fui me apropriando um pouco mais desse espaço. Até porque, pelo que eu conseguia ter de informações da televisão, "direitos humanos eram para bandido", então eu fiquei um pouco curiosa para entender. Eu pensava "o que eu vou fazer lá?". Então teve uma inquietação minha e pra mim era tudo muito novo, eu era muito nova. Foi diante desse espaço que eu consegui me entender e me observar.

Depois de acabar o curso a gente teve algumas viagens para participar de seminários e foi onde eu consegui compreender as temáticas e participar. Foi aí que eu entrei no Movimento Negro Unificado, o MNU, onde eu tive uma educação racial participativa que me ensinou muita coisa, sabe? Eu fui conhecendo outras redes, outras ações e eu não parei mais.

- Quem são as suas principais referências políticas?

Antonieta de Barros, Benedita da Silva, Vilma Reis, Taliria Petrone, Marielle Franco, Renata Souza, Mônica Francisco, Dani Monteiro, Erica Malunguinho, Erika Hilton, Robeyoncé Lima. Eu acho que pesa mais Marielle, pelo fato de eu ter conhecido ela, ter tido a

oportunidade de participar de uma atividade, estar junto.

- Assim como todas essas mulheres, eu imagino que a sua trajetória enquanto ativista política também já vem causando impactos sobre outras jovens e mulheres negras. Você consegue perceber isso?

Eu dei uma oficina dentro da Funase (Fundação de Atendimento Socioeducativo / Pernambuco) e teve um jovem que ficou muito agarrado comigo durante a oficina inteira. Ele era curioso e queria saber sobre o tema que a gente tava falando, sobre direitos da juventude, direitos humanos. Ele também entendia que direitos humanos era só para bandido e coisa e tal. Depois que saiu, ele me achou nas redes sociais e mandou uma mensagem falando: "Obrigado por ter ido fazer aquela palestra. Hoje eu estou trabalhando e tudo mudou totalmente depois que vocês foram lá. Hoje eu saí da Funase e tenho outra perspectiva de vida. Voltei para a escola e quero fazer enfermagem. Quero ir para a universidade". Marcou muito o fato de eu ter ido falar da minha trajetória e vivência, levar um pouco do conhecimento que eu tenho, um pouco da bagagem, e poder transformar. Para mim é muito importante essa construção, essa troca.

Semana passada eu recebi uma mensagem de uma jovem parlamentar me dando os parabéns pela minha trajetória. Isso porque eu estou enquanto pesquisadora do Update (Instituição da sociedade civil que atua na pesquisa e fomento de iniciativas de inovação política da América Latina), fazendo muito conteúdo de texto, card, live. Eu escrevi um texto falando sobre a radical imaginação política da juventude brasileira e ela me mandou um feedback muito massa sobre como é difícil a gente, enquanto jovem, colocar para fora o que a gente pensa, o que a gente entende, o que a gente quer. Ela falou que vai começar a fazer esse exercício de colocar também a narrativa que ela entende, que ela quer.

- Quais são as principais demandas de juventudes no Brasil atualmente?

Eu acho que é a questão do trabalho. Não dá pra pensar em outra coisa que não seja a relação trabalhista. A gente tem 92% de jovens que estão trabalhando informalmente, seja entregando alimentos, trabalhando em comércio de feiras ou em plataformas de metrô e ônibus. Quando você pega o metrô você vê claramente o jovem vendendo água, pipoca... Então no momento a questão é o trabalho que está faltando. Quando se coloca uma oportunidade pedem tanta formação que o jovem que acabou de sair da universidade não consegue nem o estágio, porque estão pedindo muita coisa. As pessoas

precisam se sustentar, pagar contas e o desemprego está enorme.

Foto: Reprodução Instagram

• Quais os principais desafios para se pensar em políticas públicas de juventude e para a juventude?

A construção da política em si já é um pouco distante da nossa realidade. Quando se coloca jovem, participação política e ativa, a gente tá falando de impossibilidade de um jovem dentro da periferia ter esse entendimento. Foi o que aconteceu comigo: durante quatro anos eu fui conselheira municipal de juventude aqui no Recife e eu consegui perceber o distanciamento do poder público com a sociedade civil. A gente tinha que sempre tá cobrando a prefeitura, o município, o secretário: "cadê o tal orçamento?". Precisava ter um plano para que a gente pudesse ter pelo menos um recurso mínimo para construir e debater a política do município junto com a juventude, e a grande discussão era o orçamento público. Para você ter ideia, a secretaria tem só R$5 mil para fazer as atividades anuais. Como a gente faz para que outros jovens possam participar do conselho? Porque é através do conselho que você faz a construção com a secretaria, é através do conselho que os jovens podem levar as demandas da sua comunidade, sabe? Há um distanciamento muito grande. Não dá pra gente tá falando de juventude sem ter jovem no meio.

• Como foi o seu processo de inscrição no Programa de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras: Marielle Franco?

O Programa Marielle Franco veio pra minha vida de forma relâmpago. Eu tinha acabado de participar do Ocupa Política aqui em Recife, mais ou menos em agosto de 2019, e eu pude conhecer várias iniciativas, várias parlamentares. E depois disso eu pensei "poxa, tem tanta gente massa fazendo tanta coisa bacana. Por que as pessoas dizem que política não presta? Quando a Talíria (Petrone) tá no Congresso fazendo um mandato muito bom, a Áurea Carolina também tá . O Ivan está fazendo um mandato participativo aqui em Recife, fazendo prestação de contas do próprio mandato". Daí eu conheci Daiane Dultra, que é uma pessoa maravilhosa, e foi ela quem me mandou o edital. Só estava faltando 5 dias para fechar

o edital. A escrita do projeto não foi solo, foi coletiva. Teve outras pessoas envolvidas: o Bruno (Vieira), a Débora (Brito), a Mayara (Santana), [ativistas e amigos pessoais de Jéssica, que colaboraram com a elaboração e execução do projeto]. Essas pessoas ajudaram tanto na escrita, quanto na produção do vídeo, no envio do projeto. Eu fiquei muito receosa pensando que eu não tinha essa capacidade toda. Eu não sou acadêmica ainda, mas tenho um grande currículo de experiência e trajetória e Daiane me disse que não é isso que vale, que o importante era eu escrever a minha história e a minha proposta. Durante os cinco dias a gente se falava de madrugada e foi daí que a gente foi pensando coletivamente em fazer uma caravana dentro das comunidades aqui em Recife, dialogar com as juventudes sobre as problemáticas em relação ao território, à participação social ativa. Essa seria a primeira parte e depois eu faria um tour para conhecer os mandatos, ir para Brasília conversar com a Áurea e a Talíria. Ir para São Paulo dialogar com a Érica Malunguinho (que é a primeira mulher negra trans a ocupar a assembleia legislativa de SP), ir no Rio de Janeiro conversar com a Dani Monteiro (a primeira jovem negra eleita deputada estadual pelo PSOL), ir para Salvador conversar com outras mulheres, ir para Minas Gerais... Então, a gente ia fazer uma pesquisa e depois lançar uma plataforma com todas as narrativas que a gente obteve durante o processo de viagem.

- Você disse que a ideia inicial do seu projeto era fazer uma caravana. De que forma isso foi adaptado para a realidade da pandemia?

Eu não consegui produzir durante a pandemia toda. Eu não tive condições psicológicas. Eu não tinha algo que pudesse me levar para a frente. Eu acho que as únicas coisas positivas foram as formações do Baobá que a gente tinha e eu fui fazendo tudo muito aos poucos. Então as caravanas a gente colocou para o final, porque a gente entendia que não ia conseguir realizar online, já que tava todo mundo com muita coisa. A gente entendeu também que cada deputado ou deputada teria uma rotina muito grande, então as agendas não estavam batendo para pelo menos fazer um bate-papo online. [Dada a impossibilidade de realização das caravanas, foi realizado um ciclo de formações online sobre juventude e participação política]. Foi quando decidi que isso ficaria para o final do projeto, na expectativa de poder sair para fazer isso, mas me bateu uma tristeza muito grande de pensar que sempre que conseguimos algo tem que ter alguma coisa que faça voltar dois passos atrás. Também tive muitas perdas, mortes, o que pesou muito. Eu fiquei mal psicologicamente, então não foi uma produção da forma que eu queria que fosse. Eu fui fazendo aos poucos o meu projeto. O processo

de a gente sair para os territórios também não aconteceu. A gente colocou para o final do ano, mas não aconteceu. Então pra mim foi muito ruim.

O meu projeto que seria uma plataforma incrível que estávamos imaginando e sonhando, não obteve o que a gente queria. Então eu fui fazendo leituras políticas,

A proposta inicial era uma “caravana” política nas mandatas de mulheres negras, mas a ideia precisou ser adaptada ao fortalecimento da atuação política de base

fui estudando aos poucos. Teve o Mulheres Negras Decidem que ajudou bastante. A gente fez várias formações e eu estava sempre participando. Ver tantas mulheres negras unidas no mesmo propósito era essencial e importante.

- E as atividades que aconteceram no formato online atingiram o público esperado? Ou foi necessário também alterar sua expectativa de público? Como ficou essa configuração?

Já que a gente não ia conseguir sair para os territórios, eu resolvi fazer uma formação online. Quando estava na construção dessa formação eu pensei em fazer algo fechado só para jovens aqui em Recife, mas depois eu pensando bem resolvi abrir para quem quisesse participar. Eu queria que fosse presencial porque tem outra energia, outra perspectiva e você acaba obtendo até mais que esperava, mas tudo bem. Quando fechei as inscrições, tínhamos pessoas de São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Rio de Janeiro e Paraíba. Aqui em Pernambuco tinha gente de todos os municípios: Recife, Jaboatão, Camaragibe, Paulista, Igarassu, Itamaracá, todos. Querendo ou não, a gente ultrapassou a expectativa do que imaginávamos. Fiquei surpresa, mas foi muito importante ter uma galera de fora participando.

- Qual foi a principal contribuição do Programa Marielle Franco

na sua formação política?
Quais são as suas perspectivas
e projetos para o futuro?

Para mim foi o aprendizado com mulheres negras, todas as histórias que escutamos, as contribuições e as formações que o Fundo Baobá deu - principalmente com a (ONG) Criola. O Programa trouxe muitas mulheres acadêmicas e eu quero muito entrar na universidade e fazer gestão pública. Também pretendo lançar um projeto que possa formar jovens dentro dos seus territórios e comunidades. Tem outro projeto que é um sonho meu: um grande festival aqui na minha periferia. Ele já está guardado há 3 anos e eu estou mexendo novamente porque quero muito que isso aconteça. Eu penso também em criar um espaço no qual eu possa fomentar e estudar a imaginação política com as juventudes. Trazer essa ajuda para que o jovem que está dentro da periferia sem perspectiva de vida, possa mudar através do conhecimento e das oportunidades. Da mesma forma que eu tive a oportunidade de fazer um curso de graça, eu quero que outros jovens possam ter esse caminho. O sistema é cruel, o racismo, a sociedade em si. Construir, caminhar e ser um ativista requer muito tempo da gente, requer um espaço. Eu consegui obter isso, mas não foi sozinha. Eu consegui me tornar essa pessoa que eu sou hoje através da minha tia, porque quando eu tava na rua (brincando), ela tava trabalhando.

O sistema é cruel, o racismo, a sociedade em si. Construir, caminhar e ser um ativista requer muito tempo da gente, requer um espaço. Eu consegui obter isso, mas não foi sozinha.

- Se você pudesse mandar um recado para toda a juventude brasileira, o que diria?

Eu diria que a gente não pode deixar de sonhar. Sonhar é extremamente importante pra gente se manter vivo e manter as nossas ideias. É isso que eu faço.

“Saúde mental é uma questão política”, defende a psicóloga e ativista Joice dos Santos

Joice Silva dos Santos, liderança apoiada pelo Programa Marielle Franco, fala sobre sua trajetória e seus processos durante a pandemia

Por Giovane Alcântara

Nascida em Jacobina (BA), Joice dos Santos reside há oito anos no estado do Piauí. Migrou para o estado com o objetivo de cursar Psicologia e hoje é mestranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Conversamos com Joice Silva sobre seu caminho dentro do ativismo; pandemia e os impactos para a saúde mental da população negra. Joice é uma das liderança apoiadas na 1ª turma do Programa de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras: Marielle Franco, uma ação do Fundo Baobá para Equidade Racial em parceria com a Fundação Kellogg, o Instituto Ibirapitanga, a Fundação Ford e a Open Society Foundations.

Na vida de Joice dos Santos, a pauta da psicologia chega muito tempo depois do ativismo. “Enquanto pessoa negra, enquanto mulher negra, não-heterossexual, a pauta do ativismo é uma pauta que se encontra aliada à pauta da sobrevivência”, comenta. “Eu escolhi fazer psicologia porque eu entendia, e entendo, que o racismo produz um modo de adoecimento muito característico em pessoas negras. Meu interesse era entender como isso acontece, para desenvolver técnicas de cuidado para pessoas negras em meio a um mundo racista que os adoece frequentemente.” completa.

“Eu escolhi fazer psicologia porque eu entendia, e entendo, que o racismo produz um modo de adoecimento muito característico em pessoas negras. Meu interesse era entender como isso acontece, para desenvolver técnicas de cuidado para pessoas negras em meio a um mundo racista que os adoece frequentemente.”

Além de ser psicóloga, Joice também é especialista em cabelos naturais e atua como cabeleireira afro. Ela nos contou como o processo pandêmico a atingiu e como o Baobá contribuiu positivamente para passar por esse processo.

- Como o processo pandêmico te atingiu enquanto mulher negra e liderança? E como o Fundo Baobá contribuiu para o seu processo?

A pandemia me atingiu em termos financeiros, que é o impacto de modo inicial que qualquer pessoa sente, se não tiver renda. Então, por exemplo no meu mestrado, devido aos cortes do desgoverno, não tem bolsa para nenhum estudante de nenhuma categoria. Se naquele momento eu não tivesse o apoio do Baobá, o mínimo teria faltado porque eu não poderia trabalhar, o salão estaria fechado devido a pandemia. Foi muito importante ser uma das escolhidas para ser financiada porque garantiu que, minimamente, eu tivesse onde morar, o que comer, pra que eu me mantivesse no mestrado. Porque se eu tivesse que escolher entre sobreviver e mestrado, óbvio que eu iria escolher sobreviver. Fora isso, estrutura. Eu pude investir numa mesa de trabalho; numa cadeira confortável para produzir; investir em curso de inglês, que estava previsto no meu projeto; pude investir e adaptar coisas que parecem pequenas, mas que são importantes. E o mais importante: pude investir em acompanhamento psiquiátrico e psicológico.

- Quais os efeitos da pandemia para pessoas negras, e o que fazer para que a saúde mental desse grupo seja preservada?

A pandemia não é o problema que causa o racismo, a gente precisa entender que ela é um catalisador que age sobre um problema que já existia. E, como esse problema já existia de forma crônica e grave, ele só piora. Não é na pandemia que surge o racismo, nós sempre estivemos em pandemia. A população negra sempre esteve em toque de recolher, sempre esteve em pânico, sempre esteve sem saber se vai sair pro trabalho e vai voltar ou não. A primeira parte é entender isso, a gente não resolve a pandemia, a gente cria práticas de emergências.

Pensando nessa perspectiva não é nem solucionar, mas criar outra forma de existência. É a gente voltar pra questão que gera o cenário pandêmico atravessado completamente pelo racismo. Não somos nós, pessoas negras, que racializamos o mundo, são as pessoas brancas que racializam o mundo. As coisas sempre estiveram acontecendo, a diferença é que a pandemia catalisou e aumentou a divulgação.

- Existe algum caminho de fortalecimento para que esse momento seja menos denso e tenso para a população negra? E você pode se incluir nesse processo… O que você fez para que esse momento fosse um pouco menos tenso para você? Se é que ele foi um pouco menos tenso para você, pensando a pandemia como catalisador de emoções e de outras problemáticas sociais que atingem o mundo.

Alguns momentos e algumas coisas são impossíveis de torná-las menos horríveis. A gente vive num momento social de muita positividade tóxica, as invenções das fórmulas perfeitas para felicidade, para você passar no concurso, para ficar magra, para ter um desempenho sexual incrível. E isso, lógico, acontece também no campo da saúde mental. Algumas coisas são horríveis e a gente não pode fazer nada sobre isso. A gente faz o que então? Acolhe a demanda de sofrimento. A gente não consegue mais acolher as demandas de sofrimento, então quando alguém está sofrendo, nós nos resolvemos em soluções temporárias, que é pra tapar o sofrimento dela. Para ela parar de sofrer, porque não suportamos mais escutar aquele sofrimento. Nas últimas décadas temos perdido a habilidade de sustentar o sofrimento dos outros, ouvir... então a primeira pauta é que a gente consiga sustentar.

Saúde mental é uma questão política, assim só é possível garantir saúde mental para as pessoas se elas tiverem o mínimo. E o mínimo não foi dado, esse mínimo não está sendo dado.

Resolveria grande parte do meu estresse em meio ao meu surto psicológico (psicólogos também surtam porque são pessoas) se eu soubesse que meu aluguel seria pago. Que o auxílio emergencial fosse calculado com base minimamente no que seria necessário para uma pessoa comer, morar, beber água e viver num cenário pandêmico. Saúde mental é uma questão política, assim só é possível garantir saúde mental para as pessoas se elas tiverem o mínimo. E o mínimo não foi dado, esse mínimo não está sendo dado.

Nós somos fortes e aguentamos muitas coisas, dentro dessa lógica, nós acreditamos que precisamos aguentar. Então, praticamente no meu caso, e de outras mulheres negras, a gente não percebe e adoece. Estamos falando de um estado mental de sobrecarga. De que essas mulheres negras têm várias funções: são mães, são trabalhadoras, são esposas, são ativistas. E o ativismo demanda muito, porque a gente tá lutando por uma questão que nos afeta diretamente, e a outras pessoas como nós. Eu fiz um artigo na

A gente tem que parar de ter uma militância messiânica. A gente precisa entender que a militância precisa ser uma coisa co-construída, com poder, destaque, democraticamente distribuído, ou sempre vão haver pessoas sobrecarregadas.

- Na sua trajetória enquanto mulher negra e enquanto pessoa articulada politicamente, ativista da raça, do gênero e da sexualidade, quando você percebeu que era necessário você se cuidar? Se autopreservar?

Essa é a parte mais difícil, mulheres são criadas para ser cuidadoras, e mulheres negras são criadas para ser cuidadoras e servas dos outros.

pós-graduação onde questiono a maneira como a militância se organiza né?! A gente tem que parar de ter uma militância messiânica. A gente precisa entender que a militância precisa ser uma coisa co-construída, com poder, destaque, democraticamente distribuído, ou sempre vão haver pessoas sobrecarregadas.

- Nesse processo, a articulação

com outras pessoas, instituições, organizações é muito importante. Durante esse período de financiamento do Baobá você conseguiu se articular com outras mulheres que estavam participando do Programa Marielle Franco, ou fora do programa?

Sim, uma das minhas propostas era fazer um mapeamento das lideranças do meu território e transmitir para elas o conhecimento que eu estava adquirindo. A primeira fase era o mapeamento e depois o compartilhamento dos conhecimentos. A ideia era que fosse presencial, mas como a pandemia chegou, isso foi feito de maneira online. Foram várias lives, grupos, várias rodas de conversa online em que lideranças de diversas áreas eram convidadas a participar e contribuir. Eu sempre digo isso, o ativismo me manteve saudável, apesar da sobrecarga. Porque esses encontros serviam como momento catártico. É muito difícil você ficar em casa se organizando sozinha, quando você vai pros encontros, aquele encontro ressignifica sua caminhada. Ele faz com que você entenda que você não está caminhando sozinha para aquele lugar, que existe motivo real para você continuar caminhando, e que existe outras pessoas caminhando com você, mesmo que em outros lugares. Essa é a principal potência dos encontros.

- Você conseguiu cumprir todos os seus objetivos estabelecidos no projeto?

Acho que acabei alterando os objetivos. Um dos meus objetivos era um intercâmbio. Eu queria ir pra África do Sul, fazer uma capacitação de inglês lá, mas foi alterado devido a pandemia. Então foi adequado para o curso de inglês. Em relação ao que era meu principal foco, o mestrado, está em processo de conclusão. Vamos ver se eu consigo concluir porque meu quadro psicológico se agravou bastante e eu não conseguia produzir. Graças ao Baobá eu pude pagar psiquiatra e psicólogo pra me acompanhar nesse processo. Agora que eu tô colhendo os frutos de conseguir voltar a produzir, porque a escrita não é uma coisa automática, você se implica naquilo ali. Para "me ajudar" - porque já não bastava os problemas que eu tinha como ativista - minha dissertação pauta diretamente o racismo na pandemia, isso gerou um estado muito pesado, eu não conseguia abrir meu documento word porque eu não aguentava mais tanto sofrimento. Isso dificultou meu processo de produção, então, atualmente eu estou recorrendo a ter mais tempo para concluir esse mestrado, no caso, apresentar a última fase e defender, se tudo der certo nesse semestre.

- Qual a importância de iniciativas como esta do Programa de Aceleração?

Sobre a importância é muito louco, né?! Nas primeiras reuniões das mulheres escolhidas existia uma

grande dificuldade, teve umas lives explicativas e eu entendi. Mas no começo era difícil entender o que o projeto era pra nós. Então, todas as mulheres apresentaram dificuldade para entender que esse dinheiro não era pra fazer uma feira, fazer mil cursos para outras pessoas. Esse dinheiro era pro auto investimento único e exclusivo em si mesma, enquanto liderança. Esse foi meu primeiro choque. Eu não consegui compreender. É difícil para uma mulher negra entender que esse dinheiro é todo pra ela, pro investimento na nossa capacitação, isso foi muito marcante.

O dinheiro que é investido nas lideranças, não impacta unicamente na vida dessas mulheres. Como elas são lideranças, esse dinheiro vai reverberar nas ações que elas vão produzir dali pra frente para com outras mulheres negras, pra crianças negras, pra sociedade de maneira geral. Então, o pacto para equidade racial que o Baobá se propõe e a gente compreende, é uma estratégia. Eu preciso de pessoas negras ocupando cargos de liderança, para que nesses cargos, elas consigam fazer mudanças necessárias para que o mundo exploda e a gente crie outro mundo. Para mudar o mundo, para que o mundo tenha equidade racial e que a gente consiga viver de forma justa, digna, enquanto pessoas negras. Essa é a importância do Programa Marielle Franco.

O legado da **sua doação** *é para sempre.*

O **Fundo Baobá** é o primeiro fundo exclusivo para a **promoção da equidade racial** para a população negra no Brasil.

FAÇA UMA DOAÇÃO. baoba.org.br

Quem legitima a liderança de uma mulher negra evangélica?

Conheça a trajetória de Vanessa Maria, liderança da Rede de Mulheres Negras Evangélicas

Por Brenda Gomes

Vanessa Maria Barboza, 32, desde muito nova teve contato com a religiosidade praticada pela sua família. Foi dentro da igreja evangélica que aprendeu valores cristãos que a acompanham até hoje. Foi lá também que começou a sentir a necessidade de questionar as estruturas que ajudaram a formar as suas experiências, não somente com a espiritualidade, mas também como mulher negra.

“A igreja me ajudou a pensar sobre minha existência neste plano. A religiosidade sempre fez parte da minha vida. Mas, tem uma hora que você para e pensa: ‘será que está tudo certo, mesmo?’ Foi quando eu comecei a perceber que tinham coisas ótimas, dentro do contexto religioso, mas que a minha formação

neste espaço, foi construída a partir da lógica da branquitude."

Assim como Vanessa, a história de muitas mulheres negras brasileiras é marcada por vivências em igrejas evangélicas. Segundo pesquisa divulgada pelo Datafolha, no final de 2019, cerca de 31% dos brasileiros são evangélicos, dentre estes 58% são mulheres, entre as quais 43% se identificam como pardas e 16% como pretas, totalizando 59% de mulheres negras. Levando em conta dados como esses e as vivências de mulheres negras dentro das igrejas, que em 2018, Vanessa fundou a Rede de Mulheres Negras Evangélicas - RMNE, um movimento que começou em Recife (PE), mas que se estendeu por todo o país. O grupo, formado por 110 participantes e 35 lideranças ativas, se propõe a fazer releituras das experiências espirituais a partir de uma perspectiva que leve em conta as perspectivas de raça e gênero, além de discutir políticas públicas e de bem viver para mulheres negras.

Reunião da Rede de Mulheres Negras Evangélicas fundada por Vanessa Maria

Apesar de ocupar um espaço de liderança no grupo, o lugar de "líder" sempre foi questionado por Vanessa. Questionamentos que foram aprofundados durante a jornada de autoconhecimento proporcionada através do incentivo ao participar da 1ª turma do Programa de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras: Marielle Franco. Uma ação do Fundo Baobá para Equidade Racial em parceria com a Fundação Kellogg, o Instituto Ibirapitanga, a Fundação Ford e a Open Society Foundations.

"Eu me perguntava sempre que tipo de liderança eu era, e quem legitimava a minha liderança. Porque o racismo está em todas as áreas; na vida da gente, nos meios sociais, nas discussões e também no meio evangélico", conta Vanessa, que é também assistente social. Ela diz que o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) foi muito importante para saber que o trabalho que desenvolve com o movimento progressista evangélico não está desfocado da luta antirracista, "e nem da luta coletiva das mulheres negras, essas percepções eu fui amadurecendo ao longo do Programa", completa.

O edital foi visto por Vanessa como uma possibilidade de dar alguns passos em sua trajetória profissional. Por isso, utilizou o recurso para subsidiar realização de cursos de aprimoramento e aquisição de equipamentos para auxiliar sua pesquisa acadêmica, que tinha como foco os grupos de

mulheres evangélicas, em especial a RMNE. Para a assistente social foi também a possibilidade de pensar em sua trajetória individual.

"Eu sempre pensei em coletivo nos espaços que eu estava inserida, mas com o apoio do Baobá eu consegui pensar em mim enquanto sujeito que tem suas individualidades e histórias. Esse recurso foi uma virada de chave para Vanessa", relata.

> "Eu me perguntava sempre que tipo de liderança eu era, e quem legitimava a minha liderança. Porque o racismo está em todas as áreas; na vida da gente, nos meios sociais, nas discussões e também no meio evangélico"

Dentre as atividades que foram desenvolvidas para as mulheres apoiadas pelo Fundo Baobá, estava o encontro das lideranças. Momento que inicialmente foi utilizado para trocar experiências sobre os trabalhos desenvolvidos, mas que por conta do cenário pandêmico, se transformou em uma rede de apoio e acolhimento.

"Quando eu me aprofundo e vou trocando experiências com outras mulheres, eu consigo ter uma visão mais amadurecida da minha trajetória. Percebo que, como talvez a única liderança que traga esse recorte religioso evangélico, dentro do grupo, eu preciso ser mais estratégica e generosa comigo e com minhas ancestrais. Ouvir outras companheiras me fez perceber que meu trajeto não deixou de ser marcado pelo racismo e machismo apenas porque sou de uma religião que é aceita pela sociedade, meu corpo ainda é de uma mulher e negra".

Cidadania, fé e política

Entre os resultados apresentados por ela está o Relatório Cidadã de Fé, que teve como objetivo conhecer as noções de cidadania e acesso a direitos de mulheres evangélicas. "Eu já havia iniciado uma pequena pesquisa exploratória sobre cidadania, com algumas mulheres evangélicas. E com o apoio do Fundo

Um dos resultados oriundos do Programa foi o Relatório Cidadã de Fé

Baobá eu consegui fazer o relatório final dessa análise, que ainda que pequena, demonstra um pouco desse universo", conta.

A pesquisa foi realizada através de entrevistas com mulheres dos estados de Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraíba, Alagoas e uma participante brasileira nos Estados Unidos. Todas com idades entre 18 e 63 anos. Apesar de demonstrar que a maior parte das entrevistadas possuem nível superior, 64% destas nunca fizeram uma formação específica sobre cidadania, 43% de todas respondentes consideram saber pouco sobre o assunto.

Em um cenário de eleições municipais (2020), a pesquisa ainda provoca reflexões em torno da influência que a organização religiosa tem sob o eleitorado, o chamado "voto de cajado", que configura o uso do poder clerical para impor o voto da comunidade religiosa. "As representações evangélicas têm crescido nos espaços políticos, mas quem são essas pessoas? Elas de fato representam os evangélicos? Os representantes políticos evangélicos não representam esse grupo [negras evangélicas] nem nos seus corpos e nem do princípio do ponto de vista democrático. Se questionar sobre esses pontos também é pensar sobre cidadania", explica Vanessa.

Os primeiros relatos do movimento evangélico na política brasileira foram na década de 60, mas só tiveram uma presença mais efetiva no sistema político do país a partir da década de 80, quando as igrejas tiveram a inclusão de mais parlamentares cristãos. Nos últimos anos, a atuação da Bancada Evangélica, na Câmara dos Deputados, tem se mostrado com bastante força, o avanço na aprovação de pautas mais conservadoras que barram direitos conquistados pela comunidade LGBTQIA+ e das mulheres é um exemplo disso.

Como mestra em educação e culturas, Vanessa atribui que o poder desses grupos é estruturado em ações que, apesar de se demonstrarem como uma forma de incentivo à educação, apresentam uma "perspectiva colonizadora da mente".

"Existem muitas pessoas que foram alfabetizadas a partir de projetos de igrejas cristãs, imagine o que essas pessoas aprenderam além da língua portuguesa? Algumas aprenderam uma interpretação fundamentalista da bíblia. Esse é um fenômeno social que vem acontecendo há anos, que muitas vezes encontram solos férteis em determinadas denominações que têm um projeto de poder político, que cooperam com a estrutura racista da sociedade."

Sankofa e saúde mental

Quando resolveu submeter um projeto de mestrado na Universidade Federal Rural de Pernambuco, em 2017, Vanessa não imaginava que durante o processo de pesquisa ela passaria por um cenário de crise pandêmica. No final da especialização, os desgastes físicos e emocionais atravessaram a jornada acadêmica. Com esse contexto, os recursos do Fundo foram redirecionados também para cuidados com a saúde mental e próprio sustento.

"Quando começou o lockdown eu tive uma crise de pânico, justamente pelas incertezas e instabilidade daquele momento. Eu estava desempregada, estava bem mal financeiramente. O recurso ajudou a cuidar da minha saúde mental e da minha subsistência naquele momento", conta.

Distanciamento social, perda de parentes e amigos, incertezas sobre o futuro e a rotina reconfigurada pela crise sanitária mundial afetou o estado emocional dos brasileiros. Segundo uma pesquisa divulgada pelo Fórum Econômico Mundial, em abril de 2021, os brasileiros ocupam a quinta posição entre os que mais sentiram uma piora na saúde mental durante o último ano, 53% das pessoas entrevistadas apontaram que a saúde mental piorou desde março de 2020.

Para Vanessa a psicoterapia mostrou que, além dos efeitos do contexto de pandemia, os traumas adquiridos durante a vida, por conta do racismo, também influenciaram no adoecimento mental. "Na terapia eu pude entender mais como os impactos racistas, que eu sofri durante toda a minha vida, impactam a minha existência. Como o contexto, tantas vezes, fundamentalista e conservador, serviu para o apagamento da minha negritude".

Nessa trajetória de aceitação do seu lugar de liderança, a pernambucana também sentiu necessidade de

refazer e de construir alguns caminhos para entender melhor a sua identidade. O PDI possibilitou que Vanessa realizasse um curso na área de gestão de projetos na cidade de São Paulo, onde reside a sua família paterna. Ela não tinha proximidade e essa mudança possibilitou-a se conectar com a sua ancestralidade.

"Com essa reconexão com eles, percebi o quando o racismo afeta nossas vidas em uma perspectiva intergeracional. Eu leio isso em artigos e textos, mas quando vejo

que isso trouxe para mim traumas e danos emocionais que afetam na minha construção de ser menina e mulher negra, eu venho tentando reconstruir esse processo", conta.

Para as pessoas negras a recuperação dessa ancestralidade é o ponto de partida para a luta antirracista. Para as mulheres negras evangélicas, que sofrem a intersecção das opressões racial e de gênero, esse caminho de reconexão permite que o racismo e o machismo não sejam naturalizados dentro da sua espiritualidade.

Ganhadeiras Podcast

Ep 6. Wemmia Anita

Jaciara Ribeiro dos Santos, Iyalorixá do Axé Abassá de Ogum em Salvador (BA)

Mulheres negras se reinventam a partir de apoio no enfrentamento ao racismo religioso

Ana Bartira e Mãe Jaciara encontraram no apoio do Fundo Baobá um respiro para seguir na luta contra o racismo religioso e se fortalecerem como lideranças

Por Jamile Araújo

É no contexto de enfrentamento ao racismo religioso e intolerância religiosa que as histórias de Jaciara Ribeiro dos Santos, Iyalorixá do Axé Abassá de Ogum em Salvador (BA), e Ana Bartira da Penha Silva, assistente social, membro da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde (Renafro) e do Centro de Estudos Afro-Brasileiro Ironides Ribeiro (CEABIR), de Niterói (RJ), se interseccionam. As lideranças negras que atuam no segmento de enfrentamento ao racismo religioso foram contempladas pela 1ª turma do Programa de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras: Marielle Franco, uma ação do Fundo Baobá para Equidade Racial em parceria com

a Fundação Kellogg, o Instituto Ibirapitanga, a Fundação Ford e a Open Society Foundations.

Apesar da laicidade do Estado brasileiro, e da garantia na Constituição de 1988 da liberdade religiosa, na prática essa liberdade está longe de ser plena. Nos últimos anos no Brasil houve aumento das denúncias de intolerância religiosa no Disque 100, canal de denúncias de violação de direitos humanos. Até outubro de 2021 foram realizadas 462 denúncias, um aumento de 90,9% em relação ao ano de 2020, onde 243 denúncias foram realizadas. Os números são da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH), ligada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH).

Manifestado de diversas maneiras, desde depredações, incêndio de terreiros e violência física, ou assédio e perseguição em ambiente de trabalho e escolar, o racismo religioso está presente na vida dos povos e comunidades de axé. “O racismo religioso condena a origem, a existência, a relação entre uma crença e uma origem preta”, afirma Sidnei Nogueira, professor e Babalorixá, em seu livro “Intolerância Religiosa”, da coleção Feminismos Plurais. Ele defende que não se trata apenas do eixo religioso, que o racismo não incide apenas entre as pessoas pretas que praticam as religiões de matriz africana, mas sobre as origens, práticas e crenças da religião. “É provável que o termo ‘intolerância religiosa’ seja mais aceito por conta dos mitos da democracia racial e da democracia religiosa (laicidade)”, acrescenta. Em seu livro, Sidnei também analisa os dados do disque 100 dos últimos anos, e confirma que as denúncias de intolerância contra pessoas das religiões de matriz africana correspondem à maioria das realizadas.

“Nossos passos vêm de longe”

Mãe Jaciara explica que desde os três anos de idade está dentro do candomblé, mas que se tornou ativista da luta contra a intolerância religiosa a partir da morte de sua mãe, a Iyalorixá Gilda de Ogum. Fundadora do Axé Abassá de Ogum, Mãe Gilda sofreu um infarto fulminante e faleceu, em decorrência do racismo religioso, em 21 de janeiro de 2000. “A Igreja Universal do Reino de Deus pegou uma imagem dela, que saiu na revista ‘Isto é’, e colocou na Folha

Mãe Jaciara ao lado de monumento em homenagem à sua mãe, Iyalorixá Gilda de Ogum. Fundadora do Axé Abassá de Ogum

Universal com a tarja preta no rosto escrito 'macumbeiros, charlatões lesam o bolso e a vida de clientes'", relata.

Ela também cita um ataque ao terreiro de candomblé e a sua mãe. "A Igreja Assembleia de Deus aqui na comunidade, invadiu o terreiro e tentou bater com a Bíblia na cabeça de minha mãe. Então são 21 anos da morte dela, e 21 anos que eu assumi esse papel de filha biológica, e que entendi que precisava denunciar esse racismo religioso". Mãe Jaciara ressalta que foi um processo muito difícil, porque teve que assumir o terreiro enquanto religiosa da comunidade e também se tornar uma mulher política ativista, sem nenhuma formação acadêmica ou preparação. "Mãe Jaciara é esta mulher que se reinventou a partir da dor da morte da mãe biológica", diz.

"Você não pode falar da sua dor só para o povo de candomblé, a gente deve levar isso para os espaços onde acomete essa dor para nós. Faço parceria com espíritas, com evangélicos, com pastores e padres.

Em sua trajetória no enfrentamento ao racismo religioso, Mãe Jaciara destaca a importância do diálogo inter-religioso bem como a necessidade de fortalecer a auto estima dos membros do candomblé. "Você não pode falar da sua dor só para o povo de candomblé, a gente deve levar isso para os espaços onde acomete essa dor para nós. Faço parceria com espíritas, com evangélicos, com pastores e padres. Tenho um trabalho de fazer roda de diálogo dentro do terreiro de candomblé, para orientar os nossos jovens a saber denunciar", declara.

Ana Bartira Silva, conta que cresceu e se tornou adulta acompanhando a atuação de sua mãe, que foi militante do movimento negro na década de 80. "Ela participou do Centro de Estudos Brasil África (CEBA) e do Agbara Dudu, considerado o primeiro bloco afro do Rio de Janeiro. Além disso, fundou o CEABIR, organização que tem o combate ao racismo, machismo, sexismo, homofobia, violências e todas as formas de intolerâncias, como missão". Ela explica que o CEABIR (Centro de Estudos Afro Brasileiro Ironides Rodrigues) é uma organização não governamental coordenada por mulheres negras, criada a partir da indignação e revolta após a chacina que vitimou sete moradores na favela da Coreia, no bairro da Engenhoca, em Niterói (RJ), no ano de 1989. "Fui me inserindo e influenciada desde a infância por minha mãe. E, atualmente, ainda continuo com ela à frente do CEABIR", afirma.

De acordo com Ana Bartira, sua participação na militância com os jovens de terreiros se iniciou

por meio do Ogã José Marmo (in memoriam), que fundou a Renafro, motivado pela necessidade de criar um espaço público, político e democrático para jovens. O objetivo era proporcionar que estes jovens ocupassem o seu lugar de fala no que diz respeito à promoção da saúde, no seu sentido ampliado, no espaço de terreiro. “Em agosto de 2006 realizamos o primeiro Encontro Estadual da Juventude de Terreiros – RJ. Participei deste encontro como convidada, por ser uma jovem de terreiro. A partir desta data comecei desenvolver atividades e ações com esse público”.

“Ajuda mágica para seguir”

Mãe Jaciara compartilha a sua felicidade em ter tido um projeto apoiado pelo Fundo Baobá e afirma que esse apoio é algo mágico, que vai muito além do apoio financeiro. “Ele vem como uma ajuda mágica que me deixou contaminada positivamente para seguir. Dá uma sustentabilidade, uma ferradura e arma na mão para eu seguir”, ressalta.

Ela relata que, após 21 anos de luta, percebeu que precisava sair do espaço do terreiro e ir para o mundo. “O projeto me deu essa possibilidade ao ser acolhida e escolhida em uma seleção que teve muitas mulheres inscritas. Já dá uma grande emoção ter sido escolhida para poder contar minha história e empoderar outras mulheres”. A Iyalorixá acredita que o apoio possibilitou como consequência, enquanto uma mulher de candomblé negra, o fortalecimento de outras mulheres em outros espaços.

Entre as ações realizadas durante a execução do projeto “Iyá Omi: O legado ancestral da Iyalorixá Jaciara Ribeiro na luta contra o racismo e a intolerância religiosa”, escrito por Mãe Jaciara, estão: o lançamento do coletivo nacional Iya Akobiodé - mulheres que transformam; lives do programa Candomblé e seus Caminhos; Campanha Mãe Gilda de Ogum 21 anos de Memória Ancestral, realizada todo dia 21 de cada mês; construção, diagramação e impressão da cartilha “Akoberê Aiyê – Racismo Ambiental e religião

Mãe Jaciara é filha da fundadora do Axé Abassá de Ogum, Mãe Gilda, que sofreu um infarto fulminante e faleceu, em decorrência do racismo religioso

de matriz africana"; realização do II Festival de Oxum; reuniões de articulação política; articulação com Quilombo Caipora; entre outras atividades.

Ana Bartira conta que, para ela, uma das etapas mais desafiadoras foi fazer o Plano de Desenvolvimento Individual, pois sua experiência sempre foi coletiva quando se trata de editais e apoios. "Então pensar um plano a partir da minha necessidade como mulher negra militante, ter a leitura do que o Programa tem para me oferecer, a partir da liderança, foi muito importante, desafiador e necessário", diz.

Ana escreveu o plano no contexto das suas necessidade profissionais, e antes da pandemia seu objetivo era centrado na qualificação para ampliar a sua atuação política junto ao seu coletivo. A assistente social conta que uma das lições aprendidas é que "dentro de um todo é preciso nos colocar como prioridade também, pois ajuda muito na nossa saúde física e mental".

Ao longo do Programa, Ana Bartira participou de diversas atividades: formações, oficinas, lives, rodas de conversa, cursos, podcast, atos e manifestações. "Nesses encontros tivemos a oportunidade de dialogar com expressivas intelectuais negras, dentre algumas delas: Sueli Carneiro, Érika Malunguinho, Lúcia Xavier, Magali da Silva Almeida, a jornalista Flávia Oliveira, Márcia Lima, Jurema Werneck". A partir de sua participação no programa, um importante fruto foi conseguir transformar o CEABIR num Ponto de Cultura. Hoje o coletivo tem realizado palestras sobre cidadania, ancestralidade, identidade cultural, racismo e história afro-brasileira, oficinas de percussão, dança afro-brasileira para jovens, adultos, crianças e idosos.

> "Sou como a haste fina que qualquer brisa verga, mas nenhuma espada corta"

A pandemia de Covid-19 gerou consequências no desenvolvimento das ações previstas nos planos das lideranças. Ana Bartira diz que mesmo com as mudanças na programação, o suporte dado pelo apoio do Baobá foi importante para que ela enfrentasse o período. "A bolsa foi fundamental

Ana Bartira da Penha Silva é assistente social, membro da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde (Renafro) e do Centro de Estudos Afro-Brasileiro Ironides Ribeiro (CEABIR), de Niterói (RJ)

para atravessar este período de desemprego, fome, morte e adoecimento de pessoas por sequelas da covid-19. Pois apesar disso tudo, consegui manter minha saúde mental, física, emocional", reforça.

Entre as dificuldades encontradas por Ana estavam o acesso a internet e a falta de domínio da informática. "Me reinventei em meio a pandemia, a fim de manter as atividades dos coletivos nos quais estou à frente. Apesar dos desafios encontrados, consegui boas articulações com outras lideranças negras, com jovens de terreiros e alcancei outros públicos nas redes sociais", relata.

"Foi frustrante para mim a pandemia ter chegado, porque eu tive que reestruturar totalmente o projeto", destaca Mãe Jaciara. Ela diz que, como a proposta era ir presencialmente em locais de vulnerabilidade, em comunidades quilombolas, comunidades de terreiro, o isolamento social impossibilitou essa interação. "Foi muito ruim porque tivemos que estar silenciadas, foi através desta plataforma, do notebook, do celular, dessas redes sociais que a gente conseguiu fazer alguma coisa. E também ter de lidar com essa nova ferramenta, acho que não atingi muitas mulheres que eu queria, porque muitas comunidades não tinham acesso à internet", comenta.

A Iyalorixá diz ainda que mesmo assim foi interessante, porque não se deixou abalar psicologicamente com a frustração e a interação virtual com outras mulheres contempladas no edital a fortaleceu. "Achei que o Baobá foi muito feliz nos temas que foram trazidos para gente dialogar. O racismo, a intolerância religiosa, a violência contra mulher, e outros assuntos que deixou as pessoas mais conectadas umas com a outras".

"Me reinventei em meio a pandemia, a fim de manter as atividades dos coletivos nos quais estou à frente. Apesar dos desafios encontrados, consegui boas articulações com outras lideranças negras, com jovens de terreiros e alcancei outros públicos nas redes sociais"

Ambas destacam que a pandemia despertou o olhar para algumas necessidades como o resgate do autocuidado, construção e fortalecimento de espaços coletivos, acolhimento, escuta, fortalecimento de laços. Sobretudo, a percepção de que quando cuidam de si, estão cuidando também de outras.

“Aprender a ler pra ensinar
meus camaradas”

“O Baobá ficou tatuado em minha mente como algo projetor, como uma flecha para eu voar longe”, diz Mãe Jaciara sobre a sua participação no Programa. Ela conta que esta foi a primeira vez que teve apoio de um edital desse tamanho.

Mãe Jaciara está dando continuidade aos projetos. Em setembro foi inaugurado o primeiro terreiro de candomblé dentro do Quilombo Caipora, onde também serão construídas 16 casas para 16 mulheres que transformam a vida de outras mulheres. “A minha vontade é que essas 16 mulheres que transformam o mundo, possam realmente ser essa força de união para uma estar cuidando da outra”.

Ana compartilha que se sente orgulhosa e emocionada por ter participado do Programa, considera que agregou muito conhecimento, oportunidade, experiência e troca. “A participação no Programa potencializou meu processo de desenvolvimento de habilidades de liderança. Fortaleceu minha capacidade de produzir ideias, conhecimentos, leitura política e inovações, que dão sentido ao verdadeiro ‘aquilombar-se’”.

Outro ponto levantado por ela é o de reconhecer que o trabalho que realiza enquanto militante deve ser valorizado. “Entender que é um trabalho profissional e que toma, de forma expressiva, grande parte dos meus dias, fortalece em mim a necessidade de reconhecer quem eu sou, o que eu desenvolvo, minha responsabilidade e capacidade no processo de formação da juventude negra”, pontua.

Ana escreveu seu trabalho de conclusão de curso da Especialização de Direitos Humanos, Saúde e Racismo: Questão Negra, do Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural da Escola Nacional de Saúde Pública (DIHS/ENSP) sobre o programa do Fundo Baobá. “No trabalho intitulado ‘O Programa de Aceleração de lideranças Femininas Negras Marielle Franco: potencialização do processo de empoderamento das mulheres negras’ analisei como este Programa contribuiu no processo de empoderamento das ativistas negras contempladas no período de 2020 a 2021”. Ela mapeou as atividades das ativistas negras inscritas, buscando compreender como elas contribuíram para o os processos de continuidade de militância e liderança negra.

Mãe Jaciara e Ana afirmam terem saído fortalecidas do Programa, qualificadas e impulsionadas a ir além e construir novos projetos. “Até hoje esqueço e acho que ainda estou sendo apoiada pelo Baobá e pelo edital Marielle Franco, mas não no financeiro, e sim nessa contaminação, dessa vitamina, que ficou em mim. Parece que eu tomei

uma injeção e está no meu DNA, que é acreditar que nós mulheres pretas, especialmente de candomblé, somos mágicas, somos capazes de transformar as nossas vidas e de outras mulheres", finaliza Mãe Jaciara.

Enedina do Amparo é doutora e mestra em Ciências Sociais na área de Antropologia e atua na defesa dos Direitos Humanos

Lideranças negras se fortalecem e criam redes nacionais e internacionais para debater encarceramento de mulheres negras e luta antiproibicionista

Projetos chamam atenção para o impacto da “guerras às drogas” e o encarceramento em massa de mulheres negras e pobres no país

Por Andressa Franco

Quando se discute encarceramento e abolicionismo penal a partir dos atravessamentos que há em relação às mulheres negras, alguns dados chamam atenção. O relatório “Mulheres em Prisão: enfrentando a (in)visibilidade das mulheres submetidas à justiça criminal”, do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC), aponta que 68% das mulheres encarceradas são negras e 50% têm apenas o ensino fundamental. O estudo lançado em 2019 também mostra que a maioria é mãe, não

possui antecedentes criminais, estava envolvida com atividades relacionadas ao tráfico de drogas e possui dificuldade de acesso a empregos formais.

Duas pesquisadoras que fazem esse debate, Ingrid Farias e Enedina do Amparo, foram contempladas na 1ª turma do Programa de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras: Marielle Franco. Uma ação do Fundo Baobá para Equidade Racial em parceria com a Fundação Kellogg, o Instituto Ibirapitanga, a Fundação Ford e a Open Society Foundations.

Trajetórias potentes e a luta por uma legislação menos desigual

Com atuações que se intercalam entre trabalho, militância e vida pessoal, a pernambucana Ingrid Farias integra a Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (RENFA) e a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco. Articuladora política de pessoas e recursos para defesa de Direitos Humanos, voltada em especial para mulheres e população negra, Ingrid viu no programa uma oportunidade de qualificar sua atuação enquanto ativista negra no advocacy. O objetivo foi realizar incidência política e influenciar na construção de alternativas ao atual modelo de política de drogas e segurança pública no âmbito do legislativo federal e estadual.

"Esse projeto mistura o tempo inteiro a minha ação política dentro dos coletivos e organizações que eu faço parte, assim como no espaço político profissional de acompanhamento da construção da legislação brasileira e da formulação das políticas públicas no país", afirma a ativista.

Ingrid Farias integra a Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (RENFA) e a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco

Também atuando na área dos Direitos Humanos, Enedina do Amparo tem uma trajetória pessoal e acadêmica extensa. Doutoranda em Ciências Sociais na área de Antropologia Social pela Universidade Católica de São Paulo, ela é mestra em Ciências Sociais na área de Antropologia, com ênfase em gênero, raça, agência criminal negra e geografias carcerárias, pela mesma universidade. Em 2015 defendeu a dissertação "Rés negras, Judiciário branco: análise da interseccionalidade de raça, classe e gênero na distribuição da

justiça em São Paulo". Advogada desde 2009, atua junto aos movimentos sociais urbanos e com organizações populares dos movimentos negro e feminista. Ela também é co-fundadora do Coletivo Autônomo de Mulheres Pretas ADELINAS.

Enedina nasceu em Ituberá (BA), chegou em São Paulo em 1990, onde trabalhou no emprego doméstico, foi balconista, babá e enfrentou o racismo e a xenofobia por ser nordestina. Hoje, aos 47 anos, ela conta que se orgulha muito de suas origens: um pai trabalhador rural, que perdeu para a Covid-19 em janeiro de 2021; e uma mãe que criou nove filhos lavando roupa para as elites - sua primeira referência de ativismo.

Na faculdade, que começou em 2004 com apoio da ONG Educafro, Enedina já fazia debates que denomina "antiprisionais" e "antipoliciais". Mas, foi a partir do primeiro estágio, no Ministério Público (MP - SP), que passou a observar a realidade do sistema de justiça mais de perto. O trabalho era na Vara da Infância e Juventude. "Ali eu vi a criminalização da maternidade negra... a produção de subjetividades submissas. Todas as frases utilizadas pelos promotores revelavam o olhar do poder judiciário e a visão patológica da mulher negra como mães de bandidinhos", relata Enedina. Na época, a própria advogada sofria um tratamento racista e machista por parte dos promotores e até mesmo de outros estagiários.

A liderança permaneceu por um ano como estagiária no MP, e usou esse espaço para hackear o sistema como podia. Dava informações para essas mães, acompanhava até a Fundação Casa, orientava sobre como poderiam se comportar nas audiências.

Todas as frases utilizadas pelos promotores revelavam o olhar do poder judiciário e a visão patológica da mulher negra como mães de bandidinhos"

Os percalços e mudanças de rotas geradas pela pandemia

Dentre as atividades com apoio do Fundo Baobá, Ingrid participou do processo da constituição da Frente Parlamentar Feminista Antirracista no Congresso Nacional. A liderança afirma que a iniciativa tem acompanhado hoje de forma mais organizada, projetos de lei ligados ao ataque às vidas e direitos das mulheres.

No entanto, com a chegada da pandemia, foi necessária uma adequação para repensar os planos. Entre esses planos, estavam algumas idas à Brasília: "é onde acontece o processo de institucionalização da

nossa política, do acesso a direitos", pontua Ingrid Farias. Mas novas estratégias foram aplicadas por meio de acompanhamento remoto. Assim, ela estreitou diálogos com deputadas feministas e participou de audiências públicas e reuniões de comissões da Câmara, sempre de forma virtual.

Com uma carreira construída em torno da agenda antiproibicionista, Ingrid destaca que o momento atual é extremamente desfavorável para perspectivas de construção de alternativas dentro do campo da segurança pública e da política de drogas. Para a ativista, a atual conjuntura nacional e institucional não dá oportunidade de avançar com esses debates. Ainda assim, destaca que há um avanço mínimo no que diz respeito ao uso terapêutico da cannabis, por exemplo.

"Tem muitas mulheres que são de periferias e não têm condições de fazer compra de óleos caros que são importados de outros países. E esse trabalho de advocacy tem ajudado a avançar, especialmente com o direito das mães de crianças que precisam fazer o uso terapêutico da maconha para ter uma sobrevida", explica.

Ingrid ainda chama atenção para as propostas que atingem diretamente a população negra brasileira e que tem avançado institucionalmente. Como por exemplo os softwares de reconhecimento facial, propostas de aumento de penas e do encarceramento.

"Tem muitas mulheres que são de periferias e não têm condições de fazer compra de óleos caros que são importados de outros países. E esse trabalho de advocacy tem ajudado a avançar, especialmente com o direito das mães de crianças que precisam fazer o uso terapêutico da maconha para ter uma sobrevida"

Assim como para Ingrid, a pandemia também afetou o projeto inicialmente proposto por Enedina. A advogada investiu em terapia em decorrência do período. Além disso, estava previsto um intercâmbio para desenvolver o repertório linguístico, o que precisou ser modificado. Começou então um intercâmbio virtual com estudantes da Universidade da Califórnia em Santa Bárbara. "Falando a língua do colonizador a gente entende as formas sutis e explícitas do racismo; analisa arquivos e dados estatísticos sobre assassinatos de mulheres negras no Brasil e fora do Brasil; acessa artigos em inglês e estabelece novas parcerias, sobretudo com as mulheres norte americanas feministas negras", defende.

Enedina havia planejado um intercâmbio, que teve de ser adaptado para o formato virtual devido a pandemia.

Criação de redes internacionais

Com o objetivo de criar redes e pensar quais são as produções de resistência que existem no campo da segurança pública e da política de drogas em outros países, Ingrid Farias também fez cursos de línguas. Com foco especialmente na América Latina, a liderança pretende expandir sua luta para além do Brasil.

Enedina do Amparo, por sua vez, se inscreveu no Programa de Aceleração justamente pensando na perspectiva de internacionalização da sua atuação. Refletindo sobre a própria trajetória, ela sentiu a necessidade de resolver algo que classifica como um trauma pessoal: o conhecimento da língua inglesa. E foi a fim de desenvolver o segundo idioma que se inscreveu no edital.

Para a ativista, hoje os padrões de exclusão são diferentes, e podem ser medidos no acesso ao treinamento da língua estrangeira. “Bell Hooks nos convida a pensar que, ao mesmo tempo em que a língua oprime, ela é o lugar onde nos fazemos sujeitos da nossa própria história. Apenas 5% da população brasileira sabe se comunicar em inglês. E, embora eu não tenha dados, as mulheres negras devem ser as últimas da fila”, comenta. Enedina está agora no terceiro módulo do curso de inglês, já em nível pré-intermediário. O objetivo é pensar a luta antiprisional e antipolicial fora do país.

Fortalecimento das lideranças

Atualmente, Enedina é assistente de acusação no Ministério Público no processo criminal sobre o assassinato de Luana Barbosa - mulher negra, lésbica, mãe e periférica, que foi espancada e morta por três policiais militares em Ribeirão Preto (SP). Com a participação no programa, a advogada conta que conseguiu fortalecer e construir novas redes, junto a este caso, em que ela é a única advogada negra atuando.

A contratação de uma assessoria em segurança digital também foi um destino para os recursos de apoio à advogada, que em 2019 sofreu um ataque nas redes sociais. Assim, ela investiu no conhecimento para se proteger nesse ambiente; Contratou uma assessoria de marketing para a produção de conteúdo nas redes sociais, com objetivo de ampliar o

debate sobre abolicionismo penal e encarceramento em massa; e também se dedicou a organizar um livro que pretende lançar em 2022, fruto da sua dissertação de mestrado.

Para o futuro, a advogada vislumbra um PhD fora do país. Outra pretensão é a publicação de um livro em inglês, e tradução de seus textos para o idioma, como uma forma de fazer o debate ultrapassar as fronteiras.

Ingrid também relata que nestes 18 meses do projeto Baobá ela pôde acessar muitas oportunidades de qualificação, que influenciaram diretamente na sua atuação técnica e profissional. “Eu participei de formações dentro de grandes instituições do Estado como o Senado e a Câmara Federal. Então acho que a maior possibilidade que o edital nos deu foi tempo. Tempo para que a gente pudesse se dedicar a outras coisas e não estivesse só naquela luta eterna que nós mulheres pretas estamos pela sobrevivência”, finaliza.

Desafios da Luta Quilombola no Brasil: Como as comunidades se articulam pela garantia dos seus direitos

Projetos de mulheres quilombolas trazem importância da coletividade e influência da ancestralidade no processo de lutas por mudanças sociais

Por Andressa Franco

Lugar secreto para onde iam as pessoas escravizadas que fugiam das fazendas, minas e casas das famílias brancas coloniais, onde eram exploradas e sofriam maus tratos. Normalmente encoberto ou escondido em meio ao mato, como o mais famoso deles, o Quilombo dos Palmares. Essa é uma das definições encontradas no dicionário para a palavra “quilombo”. Com o desafio de alcançar visibilidade e trazer as questões que pautam a luta quilombola no Brasil para o debate, é que os remanescentes dessas comunidades travam uma luta conjunta.

Visando o aprimoramento das habilidades de liderança para darem contribuições ainda mais qualificadas na luta pelo direito à terra, Lucimar Sousa, Emília Costa e Tânia de Moraes, mulheres quilombolas, se inscreveram na 1ª turma do Programa de Aceleração

do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras: Marielle Franco. Uma ação do Fundo Baobá para Equidade Racial em parceria com a Fundação Kellogg, o Instituto Ibirapitanga, a Fundação Ford e a Open Society Foundations.

Coletividade e Ancestralidade

A importância da coletividade e influência da ancestralidade na formação das atuais lideranças quilombolas e no processo de lutas por mudanças sociais, é um ponto em comum a ser ressaltado nos projetos de Lucimar, Emília e Tânia.

Maranhense de Pirapemas, mãe de oito filhos e quebradeira de coco, Lucimar Sousa decidiu apresentar o projeto "Mulher negra plantando sementes, cultivando redes de cuidado e colhendo justiça social". Pensar formas de enfrentamento à violência contra a mulher, resgatar as práticas de medicina natural e da alimentação alternativa eram os principais objetivos da senhora de 64 anos. A ideia foi realizar oficinas com as mulheres do Quilombo Aldeia Velha voltadas para promoção da saúde fitoterápica, agroecologia e soberania alimentar.

"Esse é meu trabalho, faço com orgulho e vou em qualquer lugar do país, basta me chamar que vou fazer as oficinas, não tenho preguiça. Tenho vários cursos em reflorestamento, fitoterapia, a minha bagagem é bem grande", afirma a maranhense. O projeto de Lucimar conseguiu implementar quintais produtivos que beneficiam nove famílias da comunidade, e que representam caminhos para garantir renda com a venda de hortaliças. Além de soberania alimentar e saúde popular aos desassistidos de políticas públicas.

Lucimar Sousa é quebradeira de coco e propôs o projeto "Mulher negra plantando sementes, cultivando redes de cuidado e colhendo justiça social" para fortalecer a comunidade.

Com o recurso do Baobá, também foi possível instalar aviários e a implementação de estratégias de apoio emergencial a três comunidades quilombolas na região, ofertando roupas e outros itens básicos. Aparelhos eletrônicos também foram adquiridos a partir do Programa. "Foi um grande salto na minha vida ter ganhado este edital. Só tenho a agradecer, porque nesse tempo de pandemia eu não teria aguentado ver as famílias sofrendo sem poder alcançar algo, sem poder sair de casa", relata Lucimar. Ela conta que no início não gostava da

palavra liderança, devido ao medo das perseguições contra líderes comunitários.

A quilombola ainda se dedica a oficinas de artesanato, especialmente das confecções de bonecas, cestos, tapetes. Também desenvolve oficinas voltadas para mulheres que colhem e vivem do coco babaçu. No Maranhão, muitas quebradeiras garantem o sustento da família através dessa prática.

Lucimar não está sozinha. No projeto "Recontando nossas Histórias como instrumento de luta pelo Chão Sagrado", Emília Costa se dedicou a viabilizar seu fortalecimento como líder, para representar melhor seu território. Além de fortalecer outras mulheres negras quilombolas que estivessem se descobrindo lideranças nos quilombos. Ela vive na comunidade quilombola de Santo Antônio do Costa, localizado no município de São Luiz Gonzaga, também no Maranhão.

Articuladora do Movimento Quilombola do Maranhão (MOQUIBOM) e da Articulação de Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão, Emília também atua no movimento Guerreiras da Resistência, voltado para o empoderamento feminino. Além disso, trabalha como auxiliar administrativa na Secretaria de Igualdade Racial do município.

"O Programa me ajudou bastante, comprei muitos livros que me ajudaram. As formações que foram realizadas, foi tudo bem interessante pro meu desenvolvimento pessoal", pontua. Ela diz que hoje se vê como uma liderança mais madura. Para isso, conta que se concentrou em leituras sobre o feminismo negro, lives, formações e entrevistas com anciãos para rememorar a ancestralidade da comunidade "a partir do chão em que pisam".

Alguns dos resultados observados a partir do seu projeto, foram: a maior incidência de mulheres e jovens no fortalecimento da organização do território; promoção de reuniões no quilombo, no MOQUIBOM; na Articulação das Mulheres do Cerrado; participação em oficinas e formações; e da compra de um notebook como equipamento para se aprofundar nos estudos. "Esse era meu intuito, criar uma relação maior nos outros e também em mim, de pertencimento ao território", explica Emília.

Já Tânia de Moraes propôs o projeto "Mulher Quilombola na Defesa dos Direitos e pela Vida!" focada

no fortalecimento de mulheres quilombolas nas comunidades, com conversas, diálogos e vivências, resgatando os históricos de luta. Tânia pertence ao Quilombo das Ostras, localizado próximo ao município de Eldorado, em São Paulo. Mas, desde novembro de 2020, vive no Quilombo Sapatu, localizado a aproximadamente 35 km do centro da cidade de Eldorado.

> “Esse era meu intuito, criar uma relação maior nos outros e também em mim, de pertencimento ao território”

A base da economia da comunidade é a agricultura, o turismo e a venda de artesanato. As famílias locais se sustentam a partir da colheita de banana, arroz, feijão, milho e inhame.

Aos 30 anos, seu principal espaço de atuação hoje é a Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras (EAACONE), onde trabalha há sete anos. Uma entidade juridicamente constituída, sem fins lucrativos, que trabalha para que o artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição Federal, cumpra os requisitos que dizem respeito ao direito à terra dos Remanescentes de Quilombo. Para isso, assessora as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira com o intuito de que se auto-identifiquem como quilombo, recuperem sua história e seus valores culturais e encaminhem a documentação aos órgãos públicos demandando o reconhecimento e a titulação coletiva de suas terras.

Tânia de Moraes pertence ao Quilombo das Ostras, localizado próximo ao município de Eldorado, em São Paulo

Com toda a experiência acumulada na entidade, Tânia viu no Programa uma oportunidade para investir em sua própria formação e capacidade como liderança e contribuir de forma mais ativa nos territórios. O que inclui a defesa das ameaças que cercam esses territórios, como barragens, Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), mineração, entre outros. “O meu projeto era voltado para me fortalecer enquanto mulher negra, sair um pouco da assessoria da EAACONE, e ter mais voz ativa fora, trazendo mais mulheres para fortalecer”, explica Tânia, que também integra o Movimento dos Ameaçados por Barragens (MOAB).

Impactos da Pandemia nos Quilombos

A chegada da pandemia de covid-19 no Brasil trouxe à tona uma série de desigualdades que impactaram diretamente nas comunidades quilombolas. Esse cenário não poderia deixar de impactar no segmento dos projetos elaborados pelas mulheres quilombolas. Para Lucimar, foi essencial ficar ao lado das famílias do seu quilombo, apoiando durante os momentos difíceis da pandemia.

Durante esse período ela quebrou a perna, e precisou ficar seis meses de cama. Foi um momento de adaptação para seguir com todas as suas atividades por meio da tecnologia, algo que não estava habituada. “O aprendizado foi um sucesso na minha vida, mexer com celular, computador, internet, conversar com pessoas que nunca vi do outro lado da tela”, comemora Lucimar. Uma das adaptações do projeto foi utilizar o recurso para as cirurgias e remédios. “Mesmo quando me quebro não fico parada, já me quebrei várias vezes e estou aqui, sinto orgulho da minha luta e de ser mulher negra”, completa.

Já Emília precisou remodelar a ideia das visitas a locais sagrados com os membros da sua comunidade. Devido à pandemia, o grupo foi bem menor. O mesmo aconteceu com as visitas planejadas para outros quilombos da região. “Fui adaptando, fazendo entrevista individual com os mais velhos; visitas com duas ou três pessoas nos quilombos vizinhos. Pra gente poder entender um pouco mais da nossa ancestralidade, criar uma relação maior de pertencimento”, explica. Um de seus objetivos era realização de leituras sobre feminismo negro, no que ela obteve sucesso.

“Mesmo quando me quebro não fico parada, já me quebrei várias vezes e estou aqui, sinto orgulho da minha luta e de ser mulher negra”

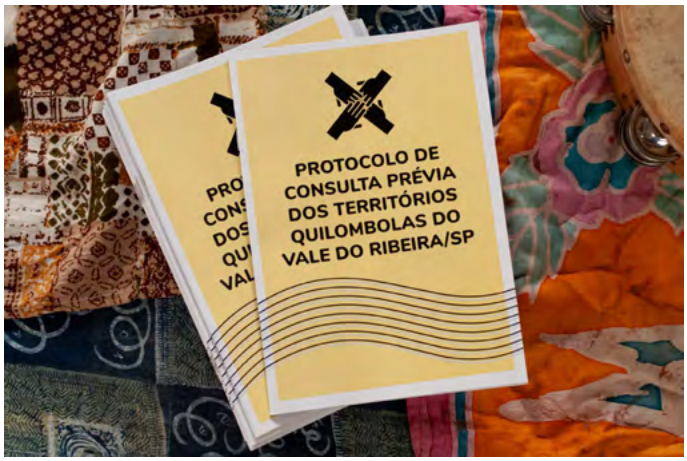
Apesar de não ter sido possível participar de diversos encontros de mulheres negras devido à pandemia, a liderança conseguiu levar seis jovens do seu território para um Encontro de Juventude do MOQUIBOM. O período de isolamento também deu a Emília a oportunidade de adotar a prática do autocuidado, o que também aprendeu entre as trocas com as mulheres que conheceu através do Fundo Baobá. “Eu percebi que se eu não cuidar de mim, eu não vou estar bem para cuidar do próximo”, pontua.

As comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, onde Tânia vive, adotaram medidas sanitárias, promovendo o controle de acesso de visitantes e turistas. Elas continuam na luta pelo andamento da regularização fundiária de suas terras. Tânia conta que a EAACONE em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA)

apoiou as comunidades através das licenças das roças tradicionais solicitando que elas fossem autorizadas em caráter de urgência. “A gente tem esse problema do racismo ambiental, porque você tem que pedir uma licença pra roça, um tempo para plantio. E quando não tem essa licença muitas lideranças acabam fazendo assim mesmo, e mesmo em terra coletiva, acaba tendo uma multa super alta”, explica.

Mas, apesar da pandemia, Tânia não deixou de seguir com os planejamentos do seu projeto. Ela realizou pesquisas, através de aplicativos de mensagens, com mulheres das diferentes comunidades, e produziu um diagnóstico dos principais problemas enfrentados por essas mulheres. Considerando as dificuldades de acesso à internet nesses espaços, não alcançou o número de mulheres desejado. A própria Tânia hoje tem melhor acesso devido ao recurso do Baobá, contudo percebe através da pesquisa o interesse dessas mulheres de ocupar os espaços de coordenação e articulação dos seus quilombos.

Já as rodas de conversa presenciais nas 13 comunidades em que atua, não ocorreram. Ela então focou nas pesquisas, leituras e no resgate histórico. “Mesmo eu tentando fazer um projeto individual, o projeto não é de hoje, é um trabalho de luta e resistência que já vem sendo construído desde 1991, e eu consegui trazer essas lembranças”, diz. Entre outros resultados, está a participação no Fórum Povos de Comunidades Tradicionais; atuação organizada no combate ao coronavírus, com distribuição de cestas básicas, produtos de limpeza, máscaras e reivindicação pela prioridade na vacina.



Outro feito de que se orgulha no período da pandemia, foi a construção do Protocolo de Consulta Prévia dos Territórios Quilombolas do Vale do Ribeira – SP, lançado no dia 20 de novembro de 2020, Dia da Consciência Negra. Os Protocolos de Consulta e Consentimento são documentos elaborados por cada povo indígena ou comunidade tradicional sobre a forma e processo em que querem ser consultados, de modo que respeite suas culturas, tradições e organização social. “Neste 20 de novembro (2021) a gente fez um encontro por município para entregar o protocolo em mãos. Foi uma demanda que aconteceu mesmo na pandemia, com dificuldade, mas que hoje a gente pode se orgulhar”, acrescenta.

Desafios da Luta
Quilombola no País

É consenso entre as representantes quilombolas contempladas pelo Programa, que o direito à terra é o principal desafio a ser alcançado . Hoje, o Brasil soma mais de 6 mil quilombos, e aproximadamente 16 milhões de remanescentes. Apesar dos obstáculos, os quilombos sempre mantiveram sua identidade étnica e cultural voltada à preservação do meio ambiente e à manutenção das práticas tradicionais herdadas de seus ancestrais.

A experiência com o Fundo Baobá inspirou Lucimar, por saber que existem mais companheiros de luta espalhados pelo país. “A gente não pode parar nos territórios, nos quilombos, com a demarcação da terra. Precisamos de políticas pública, os negros, os pobres estão sofrendo muito por causa do latifúndio”, destaca.

O mesmo vale para Emília, que enxerga a militância como intrínseca à sua vida pessoal. “A gente não tem vida pessoal, nossa vida pessoal é lutar pelo território livre, pela libertação dos povos, não tem separação. O nosso principal desafio é a titulação do território. Esse é um entrave crucial”.

A perspectiva de Tânia é de esperança, principalmente a partir da juventude presente na luta pelo território. “O fortalecimento da base é fundamental. Nada impede que a juventude saia, estude e volte para ajudar e assessorar as comunidades dentro do território. É um avanço grande”, afirma. Enquanto isso, se dedica a levar para as comunidades onde atua o conhecimento sobre seus direitos.

“O fortalecimento da base é fundamental. Nada impede que a juventude saia, estude e volte para ajudar e assessorar as comunidades dentro do território. É um avanço grande”

Mas Tânia não tira a atenção das ameaças que rondam as comunidades do Vale do Ribeira, por ser uma região rica em biodiversidade. “Nós, lideranças, nos encorajamos para ter nosso direito de terra, plantio, roça, tradição. Não é para ter aquele olhar que todo quilombola tem a mesma casinha de barro, a mesma vivência, que não pode melhorar seu desenvolvimento de vida. O que fica é a valorização, a cultura, a vivência dos mais velhos, a medicina, e isso é um fortalecimento rico”, finaliza.

Magna Barboza Damasceno é psicóloga, mestre em psicologia social e gestora pública

Mulheres negras traçam estratégias para incidir na saúde e no bem-estar das populações negras

Lideranças apoiadas pelo Fundo Baobá se especializam para criar estratégias de cuidados específicas para este segmento da população

Por Morgana Damásio

“Esse é o produto do meu luto”. Magna Barbosa havia acabado de perder um filho quando decidiu se inscrever para a 1ª turma do Programa de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras: Marielle Franco. Uma ação do Fundo Baobá para Equidade Racial em parceria com a Fundação Kellogg, o Instituto Ibirapitanga, a Fundação Ford e a Open Society Foundations. “Eu precisava me recolocar no mundo novamente, não dava pra ser mais a mesma mulher que antes. Precisava deixar um outro tipo de legado e eu acho que a partida do meu filho foi isso”, partilha Magna, que é psicóloga, mestre em psicologia social e gestora pública. “Então eu precisava sobretudo me amar, eu era sim essa pessoa preta merecedora. Pensei no meu trabalho, nas coisas que eu faço e falei: é isso aqui que

eu vou fazer, é nisso que vou investir", complementa.

Desde 2009 ela é Coordenadora da Rede de Atenção às Pessoas em Situação de Violência Doméstica e Sexual de Suzano (SP), onde realiza um monitoramento das pessoas que chegam até o SUS por uma necessidade de saúde decorrente da violência. A ação é feita a partir da ficha de notificação nos Pronto Socorro e nas Unidades Básicas de Saúde (UBS). Magna explica que os/as pacientes iam embora e, posteriormente, não se sabia se o ciclo da violência havia se rompido. "Com o passar do tempo eu entendi que isso tinha um recorte racial forte, na sua maioria as mulheres pretas e pardas eram as mulheres que estavam ali vivenciando as questões de violência em todas as gerações, desde muito pequenas, adolescentes e mulheres adultas e idosas. Era uma violência estrutural".

"Eu precisava me recolocar no mundo novamente, não dava pra ser mais a mesma mulher que antes. Precisava deixar um outro tipo de legado e eu acho que a partida do meu filho foi isso"

A partir dessa percepção, Magna construiu o projeto Racismo e a interface com a violência doméstica na Saúde, que objetiva desenvolver ações de formação que possam impactar nas condições de saúde da população negra por meio da oferta de formações para profissionais do sistema público de saúde. "Se você olhar para a maioria dos profissionais de saúde com nível superior, são pessoas brancas. O quanto isso não fica também impactando nas questões do atendimento das pessoas que sofrem violência?", questiona.

Magna destaca que, a partir do apoio do Fundo, foi possível construir um instrumento que possibilitasse entender a interface entre violência e racismo estrutural, apontando quantas mulheres vítimas de violência estão em atendimento, em acompanhamento ou que tiveram alta (ou não). Também foi elaborada uma classificação de risco a partir das vulnerabilidades sociais e marcadores sociais que ajudam a organizar a prioridade no atendimento "para que haja manutenção da vida e da subjetividade dessas mulheres", explica. Ela destaca que mulheres negras e transexuais estão mais vulneráveis, como apontam os indicadores sociais.

O projeto é desenvolvido em 44 unidades de saúde e tem três etapas: o monitoramento do cuidado, a capacitação e a implementação dos núcleos de prevenção à violência. Para a capacitação de qualificação e gestão foram desenvolvidos 5 encontros sobre temáticas da violência. "Ao invés de eu ficar só conceituando o que é a violência,

como ela acontece, eu vou trazendo as discussões do dia a dia, que foram dores que doeram em mim enquanto profissional de saúde no atendimento na UBS. Eu procuro trazer no cotidiano exemplos que as pessoas vão se identificando, cada encontro é uma temática diferente", sinaliza.

Em reconhecimento ao impacto que o projeto tem proporcionado, Magna recebeu neste ano o Prêmio Viva, iniciativa do Instituto Avon em parceria com a Revista Marie Claire, que busca reconhecer as práticas de pessoas que se destacam no cuidado, acolhimento e proteção das mulheres no Brasil. Ela também foi convidada a lecionar em uma faculdade. Sobre seu fortalecimento enquanto liderança, a partir da experiência do Programa, ela destaca: "Você reconhece o seu lugar e o tamanho da sua potência, isso ninguém mais te tira".

"Precisamos quebrar um pacto de que a gente tem que dar conta de tudo"

"Eu estava emocionalmente debilitada, então uma companheira me falou assim: a militância não vai deixar de acontecer se você parar um pouco, ela vai continuar acontecendo e é saudável que dentro da militância algumas parem, outras retomem e a gente avança. É preciso que a gente se dê essa autorização", compartilhou Mayne Silva, de Serra Grande (BA). Mãe solo, que em meio a pandemia experimentou ainda mais a sobrecarga dos 17 anos de militância, os 4 últimos como gestora comunitária de uma ONG. Sentiu que era o momento de fazer a transição de carreira e se dedicar às atividades como terapeuta. Mayne também é uma das contempladas no Programa de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras: Marielle Franco.

"Eu uso as ferramentas para apoiar mulheres a tratarem suas dores, emoções e assumirem sua expressão, sua voz, sua potência, seu lugar no mundo"

Para tornar esse sonho concreto, ela escreveu o projeto Novos espaços de poder, re-existir e seguir tecendo a rede. A iniciativa apoiou processos formativos e de aprofundamento nas habilidades terapêuticas, facilitação de processos comunitários e fortalecimento da atuação como profissional e liderança. Hoje se dedica ao estímulo

do cuidado e autocuidado entre mulheres e ativistas, sobretudo outras mulheres negras. “Eu uso as ferramentas para apoiar mulheres a tratarem suas dores, emoções e assumirem sua expressão, sua voz, sua potência, seu lugar no mundo”, diz.

Mayne Silva é terapeuta floral e matridimensional

Mayne explica que o fortalecimento da ampliação das ferramentas como terapeuta a fortaleceu para que assumisse a sua voz e partilhasse seus escritos com o mundo. Já são três participações em publicações, um livro solo lançado e mais dois em planejamento, além de convites para festivais nacionais e fora do país. “É esse lugar que o Baobá me trouxe no encontro com outras mulheres e também nas formações terapêuticas: de assumir a minha imagem, a minha voz, a ancestralidade, mas também a arte como uma permissão de expressão”.

Ela acredita que é preciso desmistificar essa ideia de mulher preta que precisa ser sempre forte. “É preciso quebrar uma corrente de que a mulher das comunidades, a mulher preta, pobre, dá conta de tudo sem se cuidar, porque ela tá ali pra se sacrificar. Para as lideranças isso ainda é ainda mais forte, eu vivenciei isso”, conclui a terapeuta.

“ A descoberta do quanto podemos ser potentes quando somos acreditadas é a mais significativa”

“O que me impulsionou a me inscrever no Programa [de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras: Marielle Franco] foi o ineditismo de investir financeiramente em mulheres negras para que pudessem realizar projetos de alcance comunitário e/ou investir no desenvolvimento de suas carreiras”, explica Evania Maria, especialista em Medicina Comportamental e instrutora de mindfulness (atenção plena).

Evania também atua como educadora em saúde, e concretizou com o apoio do Programa, a pós-graduação em dor pelo Hospital Albert Einstein. Outro resultado do projeto foi a realização do seu desejo de difundir, por meio de um site, o potencial da atenção plena para a promoção da justiça social. Reativou também as atividades do Grupo de Estudos Reverter Conceitos, iniciado em 2017 com

outros profissionais parceiros com o intuito de oferecer conhecimentos e técnicas para reduzir o preconceito implícito presente na cultura.

Evania Maria é especialista em Medicina Comportamental e instrutora de mindfulness (atenção plena)

A especialista aponta que o alto custo da formação em dor, que no Brasil ainda é bastante elitizada, é uma das causas que contribuem para a falta de acesso ao tratamento. “A informação e a educação sobre dor tanto para profissionais de saúde como para a população em geral, são os pilares para ampliar o acesso. Pois, as pessoas estarão mais informadas sobre seus direitos e poderão pressionar o poder público para criação e/ou ampliação de políticas públicas que possibilitem o acesso ao tratamento da dor”, explica. Ela destaca ações estratégicas que vêm sendo desenvolvidas como o Programa de Reabilitação da Pós-Graduação em Dor do Hospital Albert Einstein, oferecido de forma gratuita; e o curso de Educação Continuada em Dor, no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, que possui um custo mais acessível para formação dos profissionais da saúde.

“Outras duas ações estratégicas que tenho trabalhado é, primeiro, a realização de programas de educação em dor para pacientes com dor crônica. Em segundo, em 2019, eu e o tradutor Nélio Schneider, traduzimos e adaptamos uma cartilha sobre dor, visando disponibilizar informações mais precisas e aumentar esse conhecimento entre a população”, comenta. De acordo com Evania, a cartilha é um material que oferece, em linguagem acessível, informações básicas sobre dor e formas de aliviá-la.

A especialista ressalta que devido às desigualdades sociais, a dor traz uma carga de incapacidade e sofrimento adicional para as pessoas de baixa renda que são as mais vulneráveis em termos de assistência à saúde e qualidade de vida. “A população negra em todas as faixas etárias é cotidianamente mais exposta a circunstâncias de estresse e violência, devido aos efeitos sociais, políticos e econômicos decorrentes do racismo estrutural”.

Para a socióloga e instrutora de mindfulness já não se pode mais

pôr em dúvida que, quando o estresse é constante e a pessoa não tem chances de reagir de forma adaptativa, ele se torna crônico. Isso leva a população negra a ficar mais suscetível a doenças e/ou agravamento de quadros clínicos decorrentes do estresse, como hipertensão arterial, dor crônica, diabetes, ansiedade e depressão. “Avanços de estudos no campo da medicina e psicologia relacionados aos efeitos do estresse na saúde explicam que o alto grau de ameaça que um indivíduo experimenta provoca nele respostas de estresse que se acumulam ao longo do tempo, levando eventualmente a uma má saúde mental e física”.

“A população negra em todas as faixas etárias é cotidianamente mais exposta a circunstâncias de estresse e violência, devido aos efeitos sociais, políticos e econômicos decorrentes do racismo estrutural”

A atenção à saúde mental foi também uma experiência vivenciada por Evania dentro do programa. “O edital surpreendeu, ele também proporcionou ações de autocuidado (as apoiadas poderiam investir seus recursos em serviços de saúde mental) e ofereceu formações com foco na cultura do autocuidado e da saúde mental”.

Evânia, Magna e Mayne e outras mulheres que se conheceram no Programa de Aceleração de Lideranças Femininas Negras: Marielle Franco constroem a iniciativa Mulheres que movem, feita com o intuito de divulgar nas redes sociais o quanto as mulheres negras movem a economia, artes, saúde e comunicação a partir de suas trajetórias.

Siga - Facebook | Instagram @negrasquemovem@marchadasmulheresnegrassp

Acompanhe @maynesilva123 @magna_damasceno/ e

@educadoraevania / www.evaniamvieira.com.br/reverterconceitos

Mulheres negras lutam pelo direito à cidade como uma garantia para as populações negras e periféricas

Ana Caminha e Sarah Marques são ativistas pelo direito à cidade e debatem sobre o espaço urbano, moradia e racismo em suas comunidades

Por Júlia de Miranda

Num passeio pela sua cidade, você consegue perceber a forma como a ocupa e quais são os sentimentos que emergem sobre pertencer a esse espaço? Qual a relação da arquitetura e urbanismo com os habitantes ali? Exclui, limita ou convida e agrega? Depende da região? Percebe como os problemas que acompanham a formação histórica do nosso país (questões de raça, gênero e classe, que hierarquizam as vivências) são materializados nos espaços da cidade?

Tudo isso passa despercebido para muitos moradores, mas, de acordo com a escritora Joice Berth, arquitetura e urbanismo não são neutros. O geógrafo Milton Santos traz o pensamento da cidadania mutilada: se a gente não vivencia as cidades de uma maneira igualitária, justa, equilibrada e integral, nós não podemos dizer que somos cidadãos ou cidadãs. O sociólogo Boaventura de Sousa Santos fala em “racismo do apartheid”, para ele a segregação social dos excluídos se dá através de

uma cartografia urbana que divide as cidades em “zonas selvagens” e “zonas civilizadas”.

O conceito “direito à cidade” foi originalmente cunhado pelo sociólogo francês Henri Lefebvre, em 1968, e significa o direito dos cidadãos figurar sobre todas as redes, circuitos de comunicação, de informação e de trocas. Será que quando falamos da população negra esses tais direitos valem?

A agenda política “População Negra e Direito à Cidade” foi contemplado na 1ª turma do Programa de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras: Marielle Franco. Uma ação do Fundo Baobá para Equidade Racial, em parceria com a Fundação Kellogg, o Instituto Ibirapitanga, a Fundação Ford e a Open Society Foundations. Os projetos da comerciante Ana Cristina da Silva Caminha, de Salvador (BA), e Sarah Marques do Nascimento, educadora popular do Recife (PE), debatem sobre o espaço urbano e o direito à cidade e moradia, combatendo o racismo e fortalecendo a resistência comunitária.

A luta para transformar as comunidades

Ana e Sarah são duas mulheres negras que assumiram a liderança em seus territórios. No caso da pernambucana, a comunidade Caranguejo Tabaiares, localizada na zona Oeste do Recife, instalada numa Zona Especial de Interesse Social (Zeis) de tradição pesqueira. Seu processo de despertar para a consciência de que era necessário resistir com os seus se deu em 2018, quando a prefeitura municipal ameaçou remover os moradores do local (76 casas na época) devido a uma obra. Prometendo levá-los para outro espaço, tirando seus vínculos e profissão, a comunidade não aceitou a decisão e Sarah mergulhou de vez em sua militância. “O Fundo Baobá me proporcionou condições para me aprofundar na minha luta. Nós somos os donos dessa terra, o projeto foi pensado para evidenciar as nossas raízes e escutar as mulheres idosas para a produção de uma revista que circularia por toda a cidade divulgando a nossa história e resistência”, conta a educadora popular.

Com a pandemia da Covid-19 os planos precisaram mudar, pois o acesso à terceira idade ficou restrito diante do distanciamento social. A proposta foi adaptada para um projeto de sustentabilidade, alimentação e autocuidado com todos os moradores da região. Foram arrecadadas cestas básicas e álcool para serem distribuídos nas casas, além de um dedicado trabalho de comunicação social informando a todos sobre noções de higiene pessoal e os cuidados necessários para não pegar o coronavírus. Tudo foi adaptado e produzido numa linguagem

acessível para as ribeirinhas. Com o apoio financeiro do Fundo, Sarah conseguiu ficar mais tempo em casa protegida, pôde pagar as contas, comprar equipamentos de trabalho e alimentos para doação na comunidade.

Com a pandemia o projeto foi adaptado e foram arrecadadas cestas básicas e álcool para serem distribuídos nas casas

Hoje ela se considera uma mulher de forte liderança e isso foi impulsionado pelo Programa, que ofereceu formação direta e a apresentou para outras lideranças negras de todo o país. “Conheci mulheres negras que estão na academia e isso me fortaleceu mostrando que estou no caminho certo sendo uma líder comunitária. A nossa discussão, que é o direito à cidade, é ampla e isso fala do acesso que todos deveríamos ter por direito. Quando são para poucos, isso se chama privilégio”, defende Sarah.

Sarah Marques do Nascimento é uma das lideranças da comunidade Caranguejo Tabaiares, localizada na zona Oeste do Recife (PE)

Para o futuro a intenção é que as mulheres da comunidade, maioria chefes de família, encontrem uma maneira de se auto sustentarem. Elas normalmente assumem subempregos, sem ter os seus direitos garantidos. A ideia, que já está em curso, é manter a horta e cozinha comunitária para que todos usufruam e ainda abrir para projetos de artesanatos.

Uma assessoria jurídica garantiu a regularização fundiária para a comunidade Caranguejo Tabaiares, e a prefeitura revogou o decreto. Sarah e suas companheiras e companheiros seguem firmes na luta por direito à terra.

Já Ana Caminha foi contemplada com o Fundo Baobá quando sua atuação política estava bastante intensa em defesa dos direitos da comunidade negra, periférica e pesqueira da Gamboa de Baixo, em Salvador (BA). Ela também atua em outras localizações do Centro Antigo da capital baiana. Naquele momento ela tinha notado como

A nossa discussão, que é o direito à cidade, é ampla e isso fala do acesso que todos deveríamos ter por direito. Quando são para poucos, isso se chama privilégio

era importante se aprofundar no antirracismo e nos movimentos das mulheres negras, mas precisava de tempo e apoio para amplificar sua voz. “Sou uma liderança antiga, mas com dificuldades financeiras para me dispor e estar atuando no movimento”, enfatiza. Para a comerciante, a iniciativa do Baobá caiu como uma luva, já que precisava ter tempo livre para entender mais sobre o processo político. “Pelo fato de eu representar a articulação Centro Antigo de Salvador, vi na situação a possibilidade de voltar a estudar e me apropriar de informações que possibilitam uma atuação ainda mais ativa e firme”, explica Ana.

“Para mim foi uma vitória e uma conquista aprender a lidar com tecnologia e fazer luta neste espaço. Nós, da periferia, não temos tanto acesso às tecnologias e adaptar o projeto durante a pandemia me obrigou a imergir no virtual”

O período pandêmico foi turbulento e exigiu que a proximidade com as tecnologias chegasse à comunidade. Ana precisou adaptar sua atuação para o formato de lives, cortejos virtuais e a comunicação com outras organizações, cursos e universidades. Ela avançou seus

Ana Caminha se destaca na defesa dos direitos da comunidade negra, periférica e pesqueira da Gamboa de Baixo, em Salvador (BA)

conhecimentos na língua inglesa, porém a imersão no idioma prevista para acontecer nos EUA ainda não aconteceu. Ana pretende agora investir na carreira acadêmica. “Para mim foi uma vitória e uma conquista aprender a lidar com tecnologia e fazer luta neste espaço. Nós, da periferia, não temos tanto acesso às tecnologias e adaptar o projeto durante a pandemia me obrigou a imergir no virtual”, avalia.

O investimento do Fundo Baobá promoveu o contato de Ana com outras lideranças negras e possibilitou, maior disponibilidade para ela se debruçar no

conhecimento político acadêmico. Ela também formou um grupo de mulheres negras na Gamboa para somar no ativismo.

Continuar os estudos, representar as comunidades do centro na luta por moradia e fazer frente às ações políticas antirracistas completam a lista de Ana. O objetivo é se tornar uma referência e exemplo para as mulheres negras da sua comunidade, do centro e diversos espaços soteropolitanos onde mulheres e homens negros são segregados. Seu desejo é transformar a atual precariedade e garantir direito à cidade à população negra e periférica do Centro de Salvador.

Lideranças negras lutam por representatividade e igualdade de gênero na gestão pública

Apoiadas pelo Fundo Baobá, Monalyza Alves e Clara Marinho lutam para ocupar espaços antes negados às mulheres negras

Por Danielle Souza

Assim como em outros setores da sociedade, as mulheres são sub-representadas na gestão pública. Apesar de serem 52,2% da população brasileira (IBGE) e 52,6% do eleitorado do país, segundo pesquisa realizada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2020, as mulheres ocuparam apenas 11,5% das vagas no Senado; 15% na Câmara de Deputados Federais; e 15,5% nas Assembleias Legislativas Estaduais. Se analisado por uma perspectiva interseccional, as mulheres negras têm ainda mais dificuldades em alcançar posições de liderança e poder: embora representem 28% da população do Brasil; elas são apenas

2,36% do Congresso Nacional, ocupando 14 das 594 vagas somadas entre Câmara e Senado.

Na contramão a esses dados, lideranças negras como a historiadora e chefe de gabinete da Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Mulher - SPM da Prefeitura do Rio de Janeiro, Monalyza Alves (RJ), e a administradora e servidora pública atuante na Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR, Clara Marinho (DF), se destacam na luta pela paridade de gênero e pela representatividade negra na gestão pública. Ambas buscam quebrar barreiras e ocupar espaços historicamente negados às mulheres negras.

Clara Marinho e Monalyza Alves são algumas das lideranças negras contempladas pela 1ª turma do Programa de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras: Marielle Franco. Uma ação do Fundo Baobá para Equidade Racial em parceria com a Fundação Kellogg, o Instituto Ibirapitanga, a Fundação Ford e a Open Society Foundations.

Liderança e luta por direitos

Desde que ingressou na carreira pública, a servidora Clara Marinho atuou no desenvolvimento de políticas sociais, tendo acesso a uma formação sobre as questões raciais no espaço burocrático. Também trabalhou na implementação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que buscava fazer articulação entre a União, estados e municípios e depois passou a atuar como Analista de Planejamento e Orçamento. “Sempre tive interesse em políticas públicas e sociais, em particular, por terem um efeito direto na vida e no usufruto de direitos da população. Hoje, com a minha entrada no Programa Marielle Franco, entendo que tratar de orçamento público e tratar da questão racial são dimensões que se entrecruzaram e se fortaleceram de forma significativa na minha trajetória”, enfatiza.

Clara afirma ter se inscrito no edital em busca de aprimoramento e conhecimento, propondo um projeto individual para o fortalecimento da sua capacidade de intervenção como servidora pública. “À época eu estava me sentindo muito isolada. A SEPPIR tinha perdido seu status de ministério e eu estava na Secretaria de Orçamento, distante da pauta racial e de gênero. Mas, sentia a necessidade de estudar, aprender, e como a proposta do edital trazia atividades formativas, eu prontamente me interessei”, diz. Além disso, entrar em contato com outras mulheres negras, trocar experiências, ampliar conexões e romper a bolha do isolamento burocrático para desenvolver uma articulação antirracista e antissexista no poder público também foram possibilidades

traziadas pelo Fundo através do Programa.

Clara Marinho é servidora pública e atua no desenvolvimento de políticas sociais

Para a historiadora Monalyza Alves, sua trajetória como liderança começou ainda na infância, dentro da sala de aula. Com o passar do tempo, suas habilidades foram desenvolvidas e ganharam destaque através da sua atuação no serviço público nas áreas de Direitos Humanos, Igualdade Racial e de Gênero. Destaque para sua participação na implementação de políticas públicas, a exemplo da Casa de Direitos, iniciativa que oferece serviços de acesso à justiça e cidadania para a população em situação de vulnerabilidade socioeconômica do Rio de Janeiro.

O projeto proposto por Monalyza e contemplado pelo edital do Fundo Baobá foi o "De uma para muitas - Transformação, comunicação e formação em Gestão de Políticas Públicas", a fim de compartilhar informações básicas sobre gestão pública para iniciantes. "A ideia surgiu da prática profissional, onde lidei com diversas pessoas que não tinham informações sobre a máquina pública, apesar de exercerem cargos nesta", ressalta.

Monalyza Alves é historiadora e atua no serviço público nas áreas de Direitos Humanos, Igualdade Racial e de Gênero

Atuação na pandemia

Dentre as dificuldades enfrentadas no percurso, as consequências trazidas pela pandemia foram as que demandaram maior esforço. Mãe de duas crianças pequenas, Clara teve que articular as atividades do Programa, o trabalho e a rotina no lar. Ela afirma que ter uma rede de apoio fortalecida em casa foi essencial para que tudo fluísse bem. Alguns cursos planejados também não passaram para a modalidade virtual, necessitando de realocação ao longo do trajeto. Além disso, as atividades do AMMA Psique e Negritude, organização não governamental que atua no enfrentamento dos efeitos psicossociais do racismo e sexismo, também foram de suma importância para o seu desenvolvimento. "A

despeito de todas as necessidades, toda a dor que muitas de nós tivemos e ainda temos com a pandemia, as atividades do AMMA propiciaram o encontro, o fortalecimento e a escuta necessária. Sou muito grata por esse tipo de espaço!", afirma a liderança.

"Vi no Fundo Baobá e no Programa Marielle Franco a oportunidade de crescimento individual, alinhada ao compartilhamento de saberes adquiridos na gestão pública"

Por outro lado, para além do período pandêmico, Monalyza destaca como dificuldade a mudança no cenário político provocada pelas eleições de 2020. "A minha meta de público inicial era trabalhar com lideranças que atuavam no âmbito municipal, mas com as eleições, esse público migrou para outras frentes e assim eu tive que readaptar a dinâmica pensada para o desenvolvimento do projeto", lembra a historiadora. Ela afirma ainda que hoje compreende a possibilidade de ampliar o raio de pessoas atingidas e impactadas por sua iniciativa.

Objetivos alcançados e planos para o futuro

Com o apoio do Fundo Baobá, Monalyza conseguiu alcançar objetivos ainda maiores. Além de concluir a faculdade de História, ela realizou aulas de inglês e adquiriu equipamentos essenciais para aprimorar a sua atuação, como o notebook. "Vi no Fundo Baobá e no Programa Marielle Franco a oportunidade de crescimento individual, alinhada ao compartilhamento de saberes adquiridos na gestão pública", afirma.

Dentre os feitos durante o Programa, Monalyza participou de lives e workshops com instituições como: a Ordem dos Advogados do Brasil, o Instituto de Relações Internacionais da PUC-RJ e a Anistia Internacional seccional Natal (RN). Também desenvolveu pesquisa para a elaboração do material didático a ser disponibilizado no projeto; escreveu sobre a temática em seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da graduação; além de observar os desdobramentos das eleições municipais e as dinâmicas subsequentes. "Foi possível constatar a ascensão da perspectiva antirracista ao passo

do arrefecimento dos setores da promoção da igualdade racial", diz.

Os planos para o futuro são ainda mais ambiciosos. Monalyza está disposta a continuar atuando no fortalecimento da política pública através do compartilhamento de informações sobre gestão pública com foco na questão racial e de gênero, a partir de marcos históricos e legais. "Quero continuar sendo reconhecida pelo o que faço e alcançar novos espaços na tomada de decisão, sendo referência na área", ressalta.

Para a historiadora, o sentimento que se sobressai ao longo do processo é a gratidão. "Eu quero agradecer a empatia do Fundo Baobá e parceiros, cuja sensibilidade me manteve viva e com propósito em 2020. Um pouco antes do lockdown pela pandemia de Covid-19, eu fui demitida, e o que me manteve viva, sã e com propósito, foi a garantia de sobrevivência dada pela bolsa do Fundo Baobá. Serei eternamente grata!", finaliza Monalyza Alves.

Com Clara Marinho não foi diferente. Um dos seus objetivos principais, e que foi alcançado com sucesso através do Programa, foi consolidar sua posição de liderança no poder público federal, estabelecendo-se como uma ponte para o tratamento de demandas das questões raciais e de gênero que estão no contexto da burocracia. Além disso, o apoio do Fundo Baobá também permitiu que ela fizesse atualizações na sua área de atuação com cursos de gerenciamento de projetos, facilitações, desenvolvimento de habilidades interpessoais e de liderança. Além de, melhorar as suas capacidades de comunicação oral e escrita, tornando a linguagem das suas produções mais acessível ao grande público.

Outras metas alcançadas foram a criação de um canal de diálogo e articulação com outras lideranças, organizações e profissionais do setor público. "O Plano de Desenvolvimento Individual me permitiu amadurecer intelectualmente, ora por meio das atividades formativas oferecidas e contratadas, ora por meio do ambiente de reflexão coletivo criado", afirma.

Dentre os feitos realizados estão: o curso de escrita criativa; gestão profissional das redes sociais; produção de 3 lives; participações em podcasts; publicação de 3 artigos na coluna "Negras que Movem" no Portal Geledés e de um artigo de opinião no Correio Braziliense; e a apresentação de painel sobre Orçamento e Mulheres Negras no Festival Latinidades. Além disso, também houve a participação em debates, a exemplo dos promovidos pela Comissão de Juristas no Combate ao Racismo Estrutural da Câmara de Deputados; e a realização do estudo dirigido para o TOEFL, teste de

proficiência em inglês, que foi uma ferramenta facilitadora de acesso ao Fellowship das Nações Unidas para a Década Afrodescendente, ampliando conexões com uma rede internacional de ativistas. Recentemente, Clara também tem conseguido tocar projetos dentro do setor público com temáticas relacionadas à questão racial e de gênero, sendo alocada numa pesquisa relevante para a população negra que avalia a assistência estudantil no ensino superior e profissional.

Os planos para o futuro também voam alto. Clara recebeu convites para realizar apresentações orais junto ao Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO); aulas agendadas na Unicamp e na Universidade Federal de Alagoas (UFAL); além de textos no portal UOL. Clara também planeja reforçar a sua presença em cursos e seminários voltados para a articulação entre orçamento público e questões de gênero e raça.

Ao encerrar esse ciclo, Clara Marinho diz sentir-se bastante esperançosa e disposta a fazer muito mais pela sociedade brasileira, por entender que a questão racial é uma questão nacional e que a democracia brasileira depende da cidadania das pessoas negras. "De uma profissional desmotivada e sem saber o que fazer, consegui me afirmar como uma referência no debate sobre orçamento e políticas públicas orientadas para o combate às desigualdades raciais. E isso só foi possível porque houve uma avenida aberta por organizações como o Fundo Baobá e a SEPPIR, que permitiram que o talento pudesse florescer", conclui a liderança.

"De uma profissional desmotivada e sem saber o que fazer, consegui me afirmar como uma referência no debate sobre orçamento e políticas públicas orientadas para o combate às desigualdades raciais.

FAÇA UMA DOAÇÃO.
baoba.
org.br

Pandemia acentua desigualdades e coloca em risco direitos das crianças e adolescentes conquistados ao longo de muitos anos

Mayara Silva, Ana Lídia Rodrigues e Marcia Monte lutam pela seguridade dos direitos das crianças e adolescentes e foram algumas das lideranças apoiadas pelo Fundo Baobá

Por Giovane Alcântara

A pandemia acentuou algumas desigualdades e colocou em cheque anos de trabalho voltados para as crianças e os adolescentes. Um relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em setembro, indicou que o despreparo do Brasil para o enfrentamento da covid-19 agravou as desigualdades sociais. O estudo foi desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud); Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef); Organização das

Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas). Segundo os indicadores, os maiores atingidos são as populações socialmente mais vulneráveis, sobretudo nas áreas da saúde, da educação, emprego, renda, moradia e proteção social.

Criado há 31 anos, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) surge como forma de aprimoramento das políticas voltadas para esse público. O Estatuto garante acessos e direitos, como por exemplo: o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, entre outros. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2020), no ano de 2019 o Brasil possuía 4,6% das crianças e adolescentes na condição do trabalho e exploração infantil. Isso se dá por uma série de fatores, como por exemplo, a evasão escolar, a falta de renda e de empregos formais. Nesse último caso, vale ressaltar que o Brasil tem cerca de 14 milhões de pessoas desempregadas. O número vem do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA - 2021), e representa um percentual de 13,7% da população economicamente ativa no país. Este contexto de desigualdades acirradas pela pandemia limitam ainda mais a viabilidade do ECA.

Mayara Silva, Ana Lídia Rodrigues e Marcia Monte são lideranças negras que atuam na luta pela seguridade de direitos das crianças e dos adolescentes, e foram contempladas na 1ª turma do Programa de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras: Marielle Franco, uma ação do Fundo Baobá para Equidade Racial, em parceria com a Fundação Kellogg, o Instituto Ibirapitanga, a Fundação Ford e a Open Society Foundations.

A advogada e ativista dos direitos das crianças e adolescentes, Mayara Souza, acredita que há duas maneiras do ECA ser implementado e viabilizado. Para ela, o primeiro passo é a racialização do Estatuto. A advogada aponta que anteriormente ao ECA, existia o Código de Menores. Posteriormente a Constituição Federal de 1988 estabeleceu, no artigo 227, que todas as crianças são sujeitos de direitos. “Parece que todas as crianças partem de um mesmo lugar de oportunidade e igualdade. Obviamente que [no ECA] há uma tentativa muito tímida de reconhecer que algumas crianças estão em situação de vulnerabilidade, mas não alcança todas as crianças de maneira igual”, reflete.

Mayara Silva de Souza é advogada e ativista dos direitos das crianças e adolescentes

De acordo com Mayara, o segundo passo importante para efetivação do ECA seria a inserção das crianças e dos adolescentes no processo de viabilização e discussão de políticas públicas. “A gente sai de uma doutrina indiferente, onde as crianças eram tratadas de maneira indiferente dos adultos, avança um pouco em relação a isso e chega na doutrina da proteção integral, que a gente está desde 1988. Precisamos avançar para uma nova fase de proteção de crianças e adolescentes, e este avanço tem que incluir as questões das crianças com deficiência, das crianças indígenas, das crianças negras”, aponta. Para ela, precisamos avançar para uma fase de proteção, que só será possível quando as vozes destas crianças forem trazidas para essa discussão. “Então, outro ponto que eu acho importante é ouvir as crianças em primeira pessoa, não importa o tamanho dessa criança”, pontua.

Precisamos avançar para uma nova fase de proteção de crianças e adolescentes, e este avanço tem que incluir as questões das crianças com deficiência, das crianças indígenas, das crianças negras”

A evasão escolar também foi uma das consequências da pandemia. No primeiro ano de crise sanitária, o número de evasão escolar no Brasil foi de 12%: cerca de 172 mil estudantes entre 6 e 17 anos abandonaram os estudos. Os dados são do relatório intitulado “Os custos educativos da crise sanitária na América Latina e no Caribe”, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), concluído em novembro de 2020. O fato das escolas terem sido paralisadas como parte das medidas de segurança para o enfrentamento da covid-19 mostrou ainda mais as desigualdades impostas.

A falta de aparelhos tecnológicos para aulas virtuais, a falta de acompanhamento e preparo para o ensino remoto, e o aumento dos casos de abusos e explorações sexuais, são fenômenos que se interligam com o aumento da evasão escolar durante a pandemia. “Os dados já mostram que dos abusos sexuais contra crianças, mais de 70% acontecem no ambiente doméstico. As principais portas de entrada de denúncia são a escola. Porque ali a criança estabelece um vínculo de confiança ou então o próprio profissional da educação consegue identificar a situação” reflete Ana Lidia Rodrigues, liderança que trabalha com enfrentamento à violência sexual. “E aí, a escola estava fechada, a saúde atolada e a perspectiva de segurança coletiva era o ‘fica em casa’, mas para essas crianças, a casa nem sempre é um espaço de segurança”, complementa.

Ana Lídia ainda reitera que o processo de não educação em sexualidade integral faz com que as vítimas não identifiquem as violências. “No caso do abuso doméstico, muitas vezes, ele acontece a partir de relações ditas afetivas. Do carinho, da brincadeira, da ludicidade e a criança, por falta de conhecimento, não consegue identificar que aquilo ali se trata de uma situação abusiva”, pontua. A liderança questiona o fato de não ter havido nenhuma campanha em massa voltada para crianças e adolescentes dizendo que elas poderiam procurar alguém e pedir ajuda. “Paralelo a isso, tem a dimensão da exploração sexual, onde um dos principais fatores da exploração sexual são as condições de miséria. E aí você teve um empobrecimento da população muito grande e a gente sabe que, em situações extremas de empobrecimento, quem mais paga a conta são as crianças e as mulheres, né?”, complementa.

“E aí, a escola estava fechada, a saúde atolada e a perspectiva de segurança coletiva era o ‘fica em casa’, mas para essas crianças, a casa nem sempre é um espaço de segurança”

A professora Márcia Monte considera que esse cenário todo afetou diretamente a educação das crianças mais pobres,

Ana Lídia Rodrigues trabalha no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes

majoritariamente negras. “A gente vive num país muito desigual. Enquanto algumas [crianças] tinham todos os equipamentos, outras sequer tinham condições de assistir às aulas e de pegar o material com os professores. Isso aí a gente vai sentir nos próximos anos, né? ”

Márcia Monte é professora e desenvolveu trabalhos ligados às práticas educacionais para o enfrentamento do racismo

A gente vive num país muito desigual. Enquanto algumas [crianças] tinham todos os equipamentos, outras sequer tinham condições de assistir às aulas e de pegar o material com os professores.

Impulsionamento

Mayara Silva, Ana Lídia Rodrigues e Marcia Monte encontraram, no apoio do Fundo Baobá, suporte para seguir com suas trajetórias de atuação. As três lideranças estudam temas voltados para a infância, adolescência, sistema socioeducativo e educacional. Para elas, a relação entre o gênero, a classe e a raça, são fatores primordiais de discussão e ampliação do debate com a sociedade civil.

Apesar das trajetórias de luta, o autorreconhecimento enquanto lideranças só veio após o investimento do Fundo. Segundo Ana Lídia, o Programa foi muito importante para ela se reconhecer enquanto liderança social. “Sempre me reconheci como parte, compondo, mas consegui entender que o meu papel também é um papel de movimentar processos, de chamar e estimular pessoas. Isso foi muito importante”.

No mesmo sentido de Ana Lídia, Márcia Monte considera que o apoio do Fundo foi fundamental para ela conseguir enxergar os efeitos do racismo em si e na sua construção enquanto liderança. “O Fundo teve uma coisa muito legal que foram as formações, a gente ainda teve coaching. Foi fantástico! Você consegue identificar através da análise do racismo (que até então eu não tinha feito) o que ele faz com você. Então eu percebi o potencial que eu tinha”. Márcia conta que esse processo foi fundamental para sua carreira.

Apesar de desenvolver ações constantes e de estar inserida desde 2016 no movimento de mulheres e no movimento negro, Mayara também só conseguiu se ver enquanto liderança depois do Programa. “O Fundo Baobá impactou a minha vida para falar: ‘Você é uma liderança sim, acredita nisso! O que você faz é muito importante, inspira muitas pessoas e as pessoas se importam com isso’. Durante o processo eu tive muitas dúvidas, inclusive, hoje eu ainda tenho muitas dúvidas se eu sou uma liderança, mas acho que essa contribuição foi muito significativa”.

Dificuldades em desenvolver ações durante a pandemia

A pandemia modificou muitos os planos dessas três mulheres. A princípio, Ana Lídia modificou o projeto porque a pandemia mexeu com muito com sua subjetividade e saúde mental, já que ela lida

diretamente com vítimas de violências. Diante da possibilidade da inserção de autocuidado no Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) do Programa Marielle Franco, ela modificou estruturalmente o seu projeto. Durante esse processo, ela também identificou, através de uma consulta de diagnóstico, ser portadora do Transtorno de Espectro Autista (TEA). Isso proporcionou a inserção da abordagem sobre crianças e adolescentes com deficiências e situações de violação de direitos. A pesquisa que abordaria práticas educacionais para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes e que seria desenvolvida durante esse processo, teve que ser modificada para uma escrevivência. "Eu percebi que eu não sou uma vítima, eu não sou sobrevivente, eu sou supravivente [termo alcunhado ao pesquisador Luiz Rufino]. Eu passei por um processo, eu saí melhorada dele. Eu tenho uma história pra contar, tenho criticas a fazer, e é desse lugar que esse corpo ocupa o mundo e quer falar".

Depois da alteração central nos seus objetivos, Ana Lídia vem conseguindo cumprir suas metas, mas reitera que ainda há processos acontecendo. "Após a alteração do plano individual, as metas foram cumpridas, ficaram mais realistas, mais enxutas e eu consegui cumprir. Os processos estão rolando, eu continuo estudando. Meu texto está em processo de editoração. Depois vai pro processo gráfico, vou procurar uma editora pra ver se consigo publicar. O resto é desdobramento da ação", comenta sobre o livro de escrevivências que está em processo final de produção.

Para Márcia Monte, que desenvolveu trabalhos ligados às práticas educacionais para o enfrentamento do racismo em instituições de educação básica no estado do Ceará, a pandemia teve um impacto inicial: a impossibilidade de realização de suas oficinas em parceria com a Secretaria de Educação do estado.

Outros impactos estiveram relacionados ao cuidado e ao investimento em especialização. Márcia fez inglês, MBA (Master in Business Administration, pós graduação na área de gestão de administração), tentou mestrado e escreveu uma série de artigos sobre a temática. "Isso tem impacto social muito relevante. Tive algumas metas superadas, que é essa história da publicação, da escrita, do meu fortalecimento pessoal, do inglês" comenta a professora. A liderança ainda está escrevendo um livro infantil: "Eu quero ver como é que as crianças enfrentam esse racismo e como eu posso fazer isso de maneira lúdica. Eu tô escrevendo, no meu tempo, sem pressão, mas isso foi uma superação para além e foi uma inspiração do Fundo Baobá", relata.

Já Mayara afirma que, no primeiro ano, mudou muito as metas do seu

projeto, pois havia a expectativa de fazer o intercâmbio; só no último trimestre que desistiu e decidiu traçar novas metas. “As que foram sendo ajustadas, conseguimos atingir, mas eu fiquei mais feliz com as metas de comunicação. Eu tinha preocupação de alcance, de rede, mas deu tudo certo”, comenta.

Mayara ainda avaliou que o apoio e o investimento do Fundo Baobá tem relação com a realização de sonhos e do fazer acontecer. “Eu acho que os fundos, os investimentos, possibilitam a concretização de sonhos, de realização, de alcançar. Além de possibilitar ocupar espaços, desejados e inimagináveis, possibilita a não desistência e, principalmente, a criação de redes”, afirma.

Ganhadeiras Podcast

Ep 7. Luciane Reis

Éthel Ramos ao lado da intelectual e ativista estadunidense Angela Davis

Líderes Negras: O sul audiovisual da cineasta e intelectual Éthel Ramos

Por Juliana Dias

O interesse por uma memória positiva e profunda da população negra brasileira é o Sul de Éthel Ramos. Sim, o Sul. A cineasta e intelectual carioca de 44 anos diz que cansou de ser norteada. "É o Sul que está para o mundo. A América Latina, o continente africano". Ela foi uma das líderes negras contempladas na 1ª turma do Programa de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras: Marielle Franco, uma ação do Fundo Baobá para Equidade Racial em parceria com a Fundação Kellogg, o Instituto Ibirapitanga, a Fundação Ford e a Open Society Foundations.

Com mais de vinte anos atuando no campo audiovisual brasileiro, especificamente no gênero documental, Éthel Ramos nos conta como a bolsa oferecida pelo Baobá foi fundamental para a construção da própria autonomia na produção cinematográfica. Éthel assina a co-direção do filme "Sementes – Mulheres Pretas no Poder" (2020).

Por meio dos recursos

disponibilizados pelo Programa, ela adquiriu uma série de equipamentos, aperfeiçoou o aprendizado de idioma estrangeiro e rompeu barreiras dentro da área audiovisual. Isso fez com que ela enxergasse na linguagem da ficção um dos novos caminhos para a inclusão de sua narrativa em prol da valorização da imagem criativa do povo preto. Além disso, a líder negra relata como foram os dois anos como bolsista frente à pandemia do coronavírus, que impossibilitou os encontros presenciais, mas que possibilitou a formação de uma rede de mulheres negras que contribuíram para a sustentação do próprio autocuidado e da autoestima.

- Quais as diferenças entre a Éthel Ramos antes e depois do Programa?

Ser bolsista do Fundo Baobá foi uma das experiências mais bonitas que eu pude participar da minha vida. Tenho 44 anos, então eu já vivi bastante experiências legais, bons encontros. Foi uma grande infelicidade nós não podermos ter tido a oportunidade de um encontro presencial, você imagina todas essas mulheres incríveis juntas. Já era bastante emocionante os encontros online de formação, isso absolutamente foi fundamental, esse processo de ajuntamento das bolsistas. Eu percebo de diferença essa certeza, de que quando as mulheres negras se reúnem, não há nada mais potente do que isso. Isso me atualiza na minha fé, na minha esperança, no meu compromisso com meu trabalho e no meu compromisso em viver bem. Encontrei com Ialorixás, que é um rolê que eu faço muito - sou uma mulher de axé – mas também, encontrei com mulheres muito jovens. E essa intergeracionalidade me fortalece muito. Foram momentos muito especiais. Tanto que, esse encontro entre nós, teve impacto no filme que eu estava realizando nesse momento.

- Nos conte sobre esse impacto...

Eu estou co-diretora do "Sementes – Mulheres Pretas no Poder", que é um filme independente, com pouquíssimos recursos. Começamos a fazer com recursos próprios, depois fizemos vaquinha. Apenas na reta final que conseguimos financiamento para fazer a finalização do filme. É um filme de grande êxito na sua trajetória cinematográfica. Sementes estreou no dia 7 de setembro de 2020 e teve quase mil pessoas na live de estreia.

Nesse momento (do apoio) eu estava montando Sementes , que é uma etapa fílmica onde o filme realmente nasce. Um dos encontros foi conduzido por Jurema Werneck e ela fez uma fala muito linda sobre a Marcha das Mulheres Negras de 2018. Nós havíamos filmado essa marcha, mas não sabia bem como encaixar. Porque o Sementes também foi um filme que foi feito no

sentido de ser uma escola. Primeiro porque não tínhamos dinheiro, então não podíamos pagar as profissionais. Por isso, convocamos as mulheres pretas do audiovisual pra colar com a gente. Sementes teve momentos de grande produção para filmes sem dinheiro. Um desses momentos foi a Marcha das Mulheres Negras. A gente fazia seis equipes de fotografia, som direto e produção. Minimamente 18 pessoas na rua pra poder acompanhar cada uma das personagens. Então, na Marcha das Mulheres Negras, no #EleNão e no dia da eleição [de 2018] foi essa superprodução.

Éthel foi co-diretora do filme "Sementes – Mulheres Pretas no Poder" (2020)

A gente não tinha condições de pagar 18 pessoas, convocamos as mulheres negras do audiovisual pra colar nesses momentos. Quem colou primeiro foram as meninas mais jovens, com pouca experiência no rolê do audiovisual. Eu fiquei um pouco ali na função de formação pra elas, então é um material irregular um pouco. Tem coisas que estão legais, outras que não estão tão legais. A gente não sabia bem como encaixar, era uma montagem difícil. Depois dessa fala de Jurema, eu falei pra Julia [Mariano, também co-diretora do filme] que tínhamos que incluir essa Marcha, porque foi um calendário fundamental na direção da reorganização política das mulheres negras.

Esse é um caso especial, a partir da importante relevância que Jurema trouxe em um dos encontros do Programa. Mas, especificamente o que mudou para mim foi isso, uma atualização muito profunda da centralidade das mulheres negras na condução de novos horizontes.

- Como o Programa contribuiu para sua trajetória e fortalecimento enquanto mulher negra dentro do audiovisual?

Contribuiu de forma material pra mim. Isso foi fundamental. Eu estou nesse rolê do audiovisual tem quase vinte anos e nunca conseguia ter uma câmera. É muito oneroso equipamentos audiovisuais, e pagando aluguel, fazendo filmes com o próprio dinheiro, nunca priorizei ter meu próprio equipamento. Sempre contei com o apoio dos meus colegas para poder realizar os filmes que realizei. São coisas muito concretas, os equipamentos e acessórios. Porque era sempre um corre, pega uma câmera emprestada, um microfone e agora tenho o kit completo.

Eu estudei também, estudei na Escola de Cinema Darcy Ribeiro, fui bolsista nessa escola e só

assim como bolsista pude fazer as formações que fiz. Agora eu pude escolher os cursos que eu poderia investir, curso de roteiro, curso de câmera, me atualizar na montagem. Então, eu pude pagar e isso colabora materialmente, colabora na minha formação enquanto intelectual também, de poder desenvolver uma segunda língua, porque o meu projeto é também de aperfeiçoamento da língua inglesa. Eu tive aulas duas vezes na semana de inglês e só não fui fazer o intercâmbio na África do Sul – seria a primeira vez que eu faria uma viagem internacional. Minha viagem estava marcada para junho e se instaurou a pandemia e eu não pude ir, mas essa viagem está marcada. Eu nunca pensei em fazer um intercâmbio, nem quando eu escrevi o projeto, porque era algo tão fora da minha realidade. Mas, trocando com o grupo de WhatsApp do Programa, as meninas começaram a falar do intercâmbio na África do Sul, que era possível. Então vou me jogar nessa coisa do intercâmbio. Estou um pouco melhor do que antes do programa e eu aguardo esse aperfeiçoamento rebuscado a partir do intercâmbio.

- O que te motivou a se interessar pela linguagem de ficção?

Documentário é uma linguagem que eu domino, estou fazendo isso há vinte anos. Eu dou aulas sobre isso, tenho dado muitas aulas, sempre me dediquei à formação audiovisual, de compartilhar minha formação com pessoas de periferia, do terreiro, do sertão. O documentário é realmente minha zona de conforto, mas sei que a ficção vai poder me levar a maiores elaborações estéticas acerca da nossa cultura preta. A gente tem inúmeras histórias ainda não contadas a partir do nosso ponto de vista. Por exemplo, a Jurema tem um artigo chamado “Macacas de Auditório” – isso está na redação do meu projeto – falando dessas mulheres pretas que foram conhecidas como as macacas de auditórios dessa época da era do rádio. O que era essa época? Um momento de profunda internacionalização da cultura brasileira a partir da musicalidade. A bossa nova, por exemplo, que é um grande marco, no mundo inteiro conhecida. E a cara da bossa nova é Vinicius de Moraes, bastante Baden Powell. Só que qual é o disco fundamental da bossa nova? “Canção do amor demais”. E quem é a cara e a voz de “Canção do amor demais”? Elizete Cardoso. E onde está a minissérie sobre Elizete Cardoso, os

grandes filmes de ficção sobre ela? Obstante tenhamos muitos filmes sobre Elis Regina, Maysa, essas grandes cantoras maravilhosas, fundamentais, esplêndidas cantoras brancas. Não tem nenhum filme sobre a Elizete, sobre a Dona Ivone Lara. Outro dia estava vendo uma história super interessante sobre a vinda da Josephine Baker ao Rio de Janeiro e ela indo a Madureira. É um roteiro pronto.

- Você pode adiantar que tipo de filme de ficção você pretende realizar?

Eu tenho muito desejo de fazer sobre Elizete Cardoso, sobre a musicalidade preta a partir de Elizete Cardoso. Na linguagem da ficção isso dá muito pano pra manga para entender o que é que é o Brasil de hoje. Se tivéssemos tido um letramento audiovisual a partir das imagens pretas, das experiências pretas, o Brasil não era o que é hoje. Quantos filmes nós temos sobre a maior experiência - não sei se cabe esse termo de experiência democrática horizontal de política de auto-organização no Brasil - que foi o Quilombo dos Palmares, e que durou 96 anos? São essas histórias que quero contar, e o documentário tem um grande poder, mas sei que a ficção é um universo de elaboração que talvez comunique melhor, porque nós temos um letramento audiovisual que vem das novelas. Eu acho que nós temos que nos apropriar dessa linguagem televisiva, novelesca para gente fazer a nossa história. Acho que nossa educação cultural, política, filosófica, vai avançar muito quando a gente tiver essas obras audiovisuais da ficção pela perspectiva preta, pela perspectiva travesti, lésbica... Eu sempre digo isso, que se as novelas investissem naquilo que a gente chama dentro do universo das mulheres lésbicas de rebuceteio - namora amiga, que namora a inimiga - as novelas seriam muito mais divertidas. A lesbofobia seria bastante menos alastrada, porque a gente tem um universo de narrativas e de humor dentro da comunidade lésbica muito grande, um universo de trama muito sofisticada, romances que só acontecem no universo lésbico. São essas histórias que quero contar, pra colaborar pra ampliação dos horizontes, não somente das pessoas negras, mas ampliação dos horizontes de todo telespectador brasileiro.

- De que maneira a pandemia impactou nas metas que você traçou como líder do Programa Marielle Franco?

É um momento muito duro esse que a gente está vivendo. Você imagine o que seria a gente fazer formação presencial com Vilma Reis, Erica Malunguinho, Jurema Werneck. Nos encontrarmos, nos aliançarmos de maneira quase íntima, isso teria sido algo... O Programa já é de vanguarda, eu acho que se tivesse tido essa oportunidade presencial seria

revolucionário, seria uma centelha revolucionária.

O Fundo Baobá nos oportunizou fazer momentos de encontros que cuidávamos da nossa parte emocional também. Isso é um negócio inédito, isso só podia vir a partir da cabeça de uma mulher preta. Esse cuidado com a parte emocional, com a parte psíquica, momentos de relaxamento. Isso foi fundamental para passarmos por esse momento, esse carinho, essa atenção, esse ajuste das nossas frustações durante a pandemia, em face do nosso projeto.

O ano passado eu estava toda envolvida com Sementes. Fazendo montagem, depois estreando, depois foi a carreira de fazer lives. Tinha dias que eu fazia três lives por dia. A gente fez um projeto de distribuição de impacto com a Taturana, que tem uma rede muito grande de pontos de distribuição. A gente teve essa estratégia de impacto, que eu coordenei, então eram muitas demandas. Fiquei todo o ano muito envolvida com isso.

Quando chegou janeiro e fevereiro eu caí numa depressão que eu só consegui levantar em julho. Esses encontros do cuidado foram fundamentais para a minha sobrevivência. E digo mais, nesse período, refletindo sobre pandemia, cheguei a conclusão que esse não é um período inédito para as pessoas pretas, nós já passamos por isso quando nossos ancestrais vieram sequestrados de África. Na privação do encontro, do encontro familiar, do distanciamento social. Nós viemos nessa situação e nós sobrevivemos a isso. Então, está guardado, como diz a música de Virginia Rodrigues, “Está esculpido na mente muito além da minha consciência”. E isso me ajudou muito a entender que isso não era um momento inédito para nós pessoas pretas, que nós já havíamos passado por isso e nós sobrevivemos. E eu sou prova disso no sentido de que se eu sobrevivi a isso, meus ancestrais também sobreviveram e hoje sou uma mulher liberta, cineasta, intelectual, bolsista do Fundo Baobá. Então, toda essa energia preta que estava circulando na minha vida de uma maneira muito íntima todos os dias, era a palavra das mulheres pretas. Eu não estava falando por mim, eu estava falando pelo coletivo. Essa força que tem me salvado a vida toda.

- Quais são seus planos para o futuro dentro desse campo do audiovisual após todas essas metas atingidas?

O mais importante de todos os meus planos é o desenvolvimento de roteiros de ficção e produção desses roteiros. Isso é mais importante. Já estou desenvolvendo, só não posso contar pra você, porque é um negócio tão bom (risos)... Deixa eu estar mais adiantada que você vai ouvir falar desses filmes e vai dizer: a Ethel vai fazer um bom caminho.

Por exemplo, eu estou no estado de Pernambuco, tenho grande paixão pelo Maestro Moacir Santos. Um homem que foi fundamental na musicalidade brasileira. Grande exemplo disso é que é ele quem ensina os acordes dos afrosambas para o Baden e para o Vinicius. Fez grandes trilhas em Los Angeles, um homem fundamental. Quantos filmes existem sobre esse homem que vai fazer 100 anos em 2026? Quantos? Isso é gravíssimo. Quando eu mostro as músicas do Maestro Moacir, as pessoas se ressentem de não conhecê-lo. Maestro Moacir está na lista desses filmes de ficção que eu quero fazer, e os filmes das mulheres lésbicas também.

Eu tenho dito isso que não quero mais ser norteada, mas sim suleada. É o Sul que está para o mundo. A América Latina, o continente africano. Então, o Programa me dá esse farol ao sul. Foi meu farol ao Sul.

- Quais as suas referências de cinema negro?

Everlane Moraes, Milena Manfredini, Clementina de Ouro e Ava DuVernay. São as mais importantes para mim.

- Quais foram os principais desafios e aprendizados que você teve durante essa jornada enquanto líder do Programa Marielle Franco?

O aprendizado foi principalmente esse de ter a certeza do respeito das mulheres negras. É algo muito radical, me informa, me forma, me ensina e me dá sul. Eu tenho dito isso que não quero mais ser norteada, mas sim suleada. É o Sul que está para o mundo. A América Latina, o continente africano. Então, o Programa me dá esse farol ao sul. Foi meu farol ao Sul.

Foto: Lorena Coelho

Dança ancestral: ferramenta de cura e conexão para o corpo negro

Leandra Silva e Juliana Jardel apostam na dança como ferramenta de ascensão da potência negra e comentam sobre seus projetos apoiados pelo Fundo Baobá

Por Júlia de Miranda

Pensar a dança como ferramenta de cura não é algo novo. Movimentar e ocupar o próprio corpo conscientemente, compreendendo que é da natureza humana dançar, faz parte do paradigma civilizatório que o continente africano reverbera ainda hoje: os africanos estão sempre dançando em seus rituais e cerimônias. A escritora estadunidense Alice Walker foi cirúrgica quando afirmou que “tempos difíceis exigem uma dança furiosa”, e que ela é crucial na manutenção do equilíbrio. Acordar o corpo adormecido e reaprender os passos no ritmo frenético dos novos tempos requer um olhar

interior atento para perceber que a força de uma coreografia solo (o processo do autoconhecimento) tem poder, e que quando esses dançarinos fortalecidos se juntam (a potência do coletivo), as mudanças acontecem.

A dança ancestral foi contemplada na 1ª turma do Programa de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras: Marielle Franco, uma ação do Fundo Baobá para Equidade Racial em parceria com a Fundação Kellogg, o Instituto Ibirapitanga, a Fundação Ford e a Open Society Foundations. Através dos projetos Movimentos Atlânticos, da bailarina, professora de dança e doutoranda em Antropologia Social na Universidade Federal de Goiás (UFG), Juliana Jardel; e VERVE- DÉJÀ VU AFROTURISTA 1º ATO- ANCESTRALIDADE HIGH TECH, proposta da também bailarina, professora e jornalista Leandra Silva, ambas mulheres de Axé.

Leandra relata que fazer parte do Programa foi uma das melhores coisas que poderia ter acontecido, e foi a primeira vez que ela vivenciou esse nível de investimento profissional. Ela acredita que a iniciativa do Baobá, em querer formar lideranças negras, vai na contramão do que o Brasil está acostumado. “Essa bolsa me deu um chão e essa é uma das coisas mais revolucionárias que eu vejo na proposta do Baobá, que é o investimento financeiro direto e real em mulheres negras; aí eu tive a dimensão do quanto eu posso chegar simplesmente tendo um investimento mínimo”, relata a coreógrafa.

Leandra Silva é bailarina, professora e jornalista - Foto: Felipe Romão

A paulistana dança e atua como professora há 20 anos e reconhece ali um lugar de cura onde a partir de tecnologias ancestrais consegue ancorar processos criativos que possibilitam o crescimento de sua autoestima. Leandra já passou por algumas importantes escolas de dança, por isso sabe que essa arte não é tão acessível e os lugares de aprendizado podem ser torturantes para pessoas negras. Passar por esses lugares e manter autoestima, criatividade, brilho e não desistir, é um grande desafio. “O mundo branco da dança é bastante complicado para a autoconfiança e saúde mental; e foi justamente dessas experiências de alegria, cura e também de discriminação dentro dos espaços brancos de aprendizado que eu fui forjando a minha experiência como dançarina”.

O projeto foi pensado para que

Leandra pudesse ter as devidas condições financeiras, e conseguisse pesquisar e se fortalecer como coreógrafa e líder da companhia Verve de Arte Negra. O 'Déjà vú Afrofuturista Ancestralidade High-Tech' é o primeiro espetáculo coreografado por ela e discorre sobre a guerra do Orí, o conflito para ser dona da própria cabeça. Ele se chama Déjà vú porque carrega a ideia de que nós não estamos inventando a roda, e que na cultura negra a gente passa pelo processo de recriação, cocriação e inovação devido ao tempo de civilização e história.

"No primeiro espetáculo, todas as pessoas [negras] que estavam no palco relataram alguma experiência de ouvirem que elas não poderiam dançar seja pelo corpo inadequado, a cor, o lugar, a idade e todas essas coisas que no Brasil são colocadas na hora de você ter preparo para se tornar um artista. Nenhum corpo é impedido do palco e da experiência com a dança negra contemporânea, e nem por isso ela deixa de ser criteriosa", reitera Leandra.

A pandemia da Covid-19 surgiu no auge do lançamento do espetáculo, e com o projeto do Fundo Baobá aprovado o foco se voltou para buscar os recursos financeiros que possibilitassem a permanência da equipe virtualmente. Foram grandes os desafios e as mudanças na rota possibilitaram novas narrativas: por envolver muitas pessoas, 'Déjà vú' saiu de cena e surgiu a ideia de produzir o Festival FERVE – projeto idealizado por Edvan Mota, com a sua companhia. O festival aconteceu virtualmente em agosto de 2021, com apoio da Lei Aldir Blanc, e durou 6 dias, trazendo o tambor como centro em variadas temáticas, contando com uma gama de artistas de distintas gerações. Dentro do festival, Leandra criou a dança solo 'Firmamento' que é o trânsito entre o tradicional e o contemporâneo. Mesmo tendo somente a artista nos holofotes, a produção envolveu uma equipe técnica de 20 pessoas.

Leandra no espetáculo de dança solo 'Firmamento' - Foto: Felipe Romão

O Fundo Baobá possibilitou para a dançarina uma estrutura pessoal que permitiu a dedicação dela em outros projetos que somaram na melhoria da Cia de Dança. A realização do festival é fruto deste investimento.

"O desenvolvimento do projeto se deu com muitas transformações e altos e baixos. Tive assessoria de um coach do Baobá, oficinas, reflexões e muitas trocas com outras mulheres

negras agraciadas pelo Fundo. Foi bastante inspirador estar com essas mulheres de tanta criatividade e coragem. Mulheres gigantes de distintas trajetórias", recorda Leandra. A dançarina conquistou, além de formação e conhecimento, a aprovação em outros editais. O dinheiro captado não foi para o próprio benefício, todavia trouxe paz, alegria e trabalho com todos da sua comunidade de dança.

Eu coreografo porque escolhi trilhar um futuro onde eu tenha voz, poder, autonojmia e autoridade para escolher sobre em que corpo e em que pele está à luz

Sobre o que está por vir, Leandra costuma dizer que o hoje é um futuro que foi sonhado pelos seus ancestrais. Celebra com orgulho a conquista de ser a primeira mulher da família que ocupou a cadeira numa universidade (fez parte da primeira turma com cotas raciais na Universidade Federal da Bahia – UFBA). "Eu entendi que se eu esperasse do mundo o devido papel e o devido lugar, eu nunca estaria no palco da forma como a minha potência exige e merece. Eu coreografo porque escolhi trilhar um futuro onde eu tenha voz, poder, autonojmia e autoridade para escolher sobre em que corpo e em que pele está à luz".

Dançando com as águas da diáspora africana

Ser um corpo negro no mundo, como sugere a cantora Luedji Luna, significa ter cor e corte. É carregar as dores da diáspora africana no Brasil que ainda não reconhece mulheres e homens negras e negros como valiosos protagonistas no desenvolvimento social, econômico, cultural e intelectual da nossa história.

O projeto Movimentos Atlânticos de Juliana Jardel, já existia e é a metodologia em dança que ela desenvolve há alguns anos. O nome é inspirado no documentário Orí, da cineasta e socióloga Raquel Gerber, que tem a intelectual Beatriz Nascimento como protagonista. Após perceber que as alunos negros chegavam à sala de aula rígidos e envergonhados do próprio corpo, mesmo os que já tinham consciência racial e trabalhavam a valorização da cultura negra. Quando iam para a prática desse corpo coletivo e individual essas pessoas eram muito travadas. Juliana decidiu trabalhar

Juliana de Oliveira é bailarina, professora de dança e doutoranda em Antropologia Social na Universidade Federal de Goiás (UFG) - Foto: Leandro Rodrigues

com esses corpos no movimento da dança, algo semelhante à fluidez de um rio na pulsação da vida.

A ancestralidade é fator marcante em alguns pontos específicos do método que relembram a infância da dançarina na fazenda observando o ato de pilar realizado pela avó, e também a sua proximidade com o candomblé. Quando saiu o edital do Fundo Baobá, Juliana vislumbrou a possibilidade de utilizar o recurso financeiro e ainda estabelecer conexões com outras pessoas negras, potencializando o seu projeto em Goiânia, cidade onde vive.

“O racismo se dá diretamente no corpo, e após observar os meus alunos eu percebi que aqueles corpos ainda tinham questões para serem resolvidas. Do entendimento que esse corpo é diariamente atacado, e ele funciona como um receptáculo que guarda informações, eu procurei no projeto cuidar dele evidenciando que ali é o primeiro alvo a ser violentado nessa estrutura racista. O corpo coletivo e individual é um lugar de morada, Beatriz Nascimento dizia que o negro precisa entender no corpo que ele não é mais um cativo”, reflete a dançarina.

Foto: Lorena Coelho

Pensar a libertação do próprio corpo, entendendo-o como potência, fez com que Juliana encarasse uma dança turbulenta. Ela foi desligada do mestrado em dança durante o processo de desenvolvimento do projeto e pôde contar com a assessoria jurídica e rede de apoio do Baobá para reverter a situação. Concluiu o mestrado em Performance Culturais e engatou na sequência o doutorado.

O corpo coletivo e individual é um lugar de morada, Beatriz Nascimento dizia que o negro precisa entender no corpo que ele não é mais um cativo

O Fundo ainda possibilitou o investimento em livros, cursos e materiais para as aulas no grupo Corpo Suspeito, montado pela professora. Ela pôde ainda se resguardar no período pandêmico (sem dar aula de forma presencial) e projetar sua carreira. “Pude ampliar a minha rede de conexão com essas mulheres que conheci. Hoje eu me vejo mais conectada, rápida, atenta às mudanças do mercado e com segurança de me lançar. O projeto

me ajudou profissionalmente como artista e acadêmica, estou perdendo o medo da escrita", afirma Juliana.

Para o futuro, ela pretende seguir no doutorado e continuar ampliando as redes sem perder o contato com a que foi construída através do Baobá.

Ser uma colaboradora nos próximos editais do Fundo faz parte de seus planos, além de seguir dançando. E nas palavras de Luedji: sendo a sua própria embarcação e sorte.

E você, já dançou hoje!?

Conexão e cura através da arte: um impulso para transformar criativamente as condições opressivas que nos cercam

Três iniciativas contempladas pelo Fundo Baobá têm em comum o objetivo de impulsionar mulheres negras a ocupar espaços culturais a fim de protagonizarem suas próprias histórias

Por Júlia de Miranda

A filósofa norte-americana Angela Davis defende que a arte é uma forma peculiar de consciência social que tem o poder de despertar nas pessoas tocadas por ela um impulso para transformar criativamente as condições opressivas que as cercam. Aqui no Brasil, muito da nossa cultura é oriunda do continente africano: comida, música, a nossa

própria língua (o 'pretuguês' como chama Lélia Gonzalez), danças e muitas tradições. Conectar arte e ancestralidade negra de maneira responsável possibilita a abertura de processos de cura, pessoais e coletivos.

Projetos voltados para a arte e cultura ancestral foram contemplados na 1ª turma do Programa de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras: Marielle Franco. Uma ação do Fundo Baobá para Equidade Racial, em parceria com a Fundação Kellogg, o Instituto Ibirapitanga, a Fundação Ford e a Open Society Foundations.

Os projetos: "Negras e Tecnologia – Produção Musical Enegrecida", da produtora musical, cantautora e multi-instrumentista Andressa Ferreira, de Porto Alegre (RS); "Meduza a Vez e a Voz Dela", da pedagoga Renata da Silva, de São Paulo (SP); e "Enegrecendo o artvismo: multilinguagem na luta antirracista", da produtora cultural de Campina Grande (PB), Carolina Brito; foram três iniciativas que têm em comum o objetivo de impulsionar mulheres negras a ocupar espaços culturais e protagonizar suas próprias histórias.

Contornando os desafios

Renata da Silva articulou atividades culturais de capoeira e graffiti, mas com a pandemia os encontros e oficinas aconteceram em sua maioria de forma virtual. Algumas poucas presenciais, com número menor de pessoas e os cuidados necessários de distanciamento social. Já o projeto de Andressa Ferreira surgiu da necessidade de ter mais autonomia nos trabalhos em que participa, e também pela urgência de tornar o ambiente da produção musical menos hostil para mulheres, principalmente as negras e indígenas, cis e trans. "Isso se deve ao fato de que a área do áudio e da tecnologia ainda é dominado por homens brancos cis", pontua.

O 'Enegrecendo o Artvismo', projeto de Carolina Brito, nasceu diante da falta de diálogo sobre a questão racial em sua cidade, no interior da Paraíba. A iniciativa foi baseada num caminho que a produtora já vinha percorrendo há 4 anos desde o seu trabalho de conclusão de curso, o "Enegrecida". Ele evoluiu e virou atividade formativa e palestra, passou a ser iniciativa social, loja e página de produção de conteúdo.

Com o apoio do Fundo Baobá, Carolina vivenciou algo inédito, a possibilidade de olhar para si com mais carinho e dedicação: começou uma pós-graduação em História e Cultura Afro-Brasileira e também a psicoterapia. "O desenvolvimento pessoal acabou sendo a principal parte do meu projeto, estamos sempre olhando para fora ao invés de olhar para dentro primeiro e esse foi um ensinamento muito grande que

o projeto me deu", conta a artivista que chegou a ter início de depressão durante o processo e obteve ajuda no Programa. "Fizemos uma série de atividades on-line com mulheres negras sobre saúde mental e turmas de trabalho sobre o pensamento de Angela Davis", relembra Carolina.

Carolina Brito propôs o projeto 'Enegrecendo o Artvismo' - Foto: Ana Júlia Morais

Adequando o projeto para uma nova roupagem remota e virtual, Andressa conseguiu acessar os conhecimentos em relação a áudio e tecnologia, área onde existem ainda vários desafios por se tratar de um espaço que é majoritariamente branco, masculino e elitizado. Ela comenta que trabalhar com isso requer alto investimento em equipamentos tecnológicos que não são acessíveis para a maioria da população negra, indígena e periférica. "Consegui montar um home estúdio itinerante; ampliei redes; conheci outros produtores (as); fiz cursos de formação; aulas de inglês e dei início a um novo empreendimento voltado para produção musical e inclusão de mulheres negras e indígenas cis e trans na área do áudio e tecnologia: o MAAT, Mulheres Afro-indígenas Áudio e Tecnologia", elenca Andressa.

Andressa Ferreira precisou adequar seu projeto para o mundo virtual devido à pandemia.

Carolina também financiou cursos de edição de vídeo, investiu em livros, e comprou alguns equipamentos para colocar em prática o conhecimento no audiovisual. A execução do seu trabalho envolveu encontros virtuais para debates sobre raça e também o Slam das Pretas, que contou com a participação de mulheres do Nordeste e poetisas da Colômbia, Moçambique e Angola.

Expectativas e autoestima

Renata descreve a sua participação no Programa como "um momento mágico" na sua vida. Ela conseguiu ter tranquilidade financeira para se organizar, e estar próxima, mesmo que virtualmente, de outras lideranças. "No decorrer do projeto aproveitei o momento de isolamento social para estudar editais e escrever projetos, um deles veio ao encontro com o triste momento vivenciado em março de 2020. O 'CapoELAndo na Luta por Direitos Fundamentais',

nos possibilitou auxiliar centenas de famílias com produtos de higiene, cestas básicas e conscientização na região de Sapopemba, no município de São Paulo", explica Renata.

O principal objetivo do seu projeto foi alcançado enquanto liderança feminina negra e também no desenvolvimento de atividades culturais, realizadas de forma remota, ligadas ao graffiti e capoeira. Com o apoio do Fundo Baobá, Renata

Renata da Silva articulou em seu projeto atividades culturais de capoeira e graffiti

conseguiu remunerar mensalmente 15 pessoas, e indiretamente dezenas de artistas, agentes culturais, músicos, grupos de capoeira e outros coletivos.

Para Andressa o período também foi de "grande benção" e muito crescimento e colheita que a ajudou bastante a passar pela pandemia conseguindo visualizar novos horizontes e possibilidades. "Me sinto apta e autorizada a me apresentar e atuar cada vez mais como produtora musical, pois além de ter uma formação, tive várias oportunidades para colocar em prática os conhecimentos adquiridos ao longo da execução do projeto", comenta a produtora. Ela conta que graças às aquisições dos equipamentos, realizou a produção musical de diversos trabalhos, além de mentorias para pessoas da comunidade LGBTQIAP+. "Compartilhei e sigo compartilhando saberes com mulheres negras, e também com algumas comunidades indígenas Mbya Guarani a convite da Tela Indígena, em parceria com a Comunicação Kuery", comemora a produtora.

Carolina Brito, através da experiência oferecida pelo Fundo Baobá, também enxerga hoje todo o seu potencial enquanto líder. A única parte do seu projeto que não foi concluída foram as oficinas nas escolas (escrita criativa afrocentrada, identidade racial e vídeos-poemas). Como tudo estava

fechado durante a pandemia e agora as aulas presenciais retornaram, essas atividades serão realizadas com os estudantes do infanto-juvenil. “Ser uma mulher negra que trabalha com audiovisual e que está no mercado com autonomia das suas produções, isso é revolucionário para a minha história. Tenho agora uma equipe formada para fortalecer essas atividades culturais comigo”, afirma.

Ser uma mulher negra que trabalha com audiovisual e que está no mercado com autonomia das suas produções, isso é revolucionário para a minha história.

Andressa pretende continuar atuando na área para adquirir mais experiência e, se for possível, realizar mais algumas formações técnicas para aprimorar os trabalhos que vem desenvolvendo e assim poder abrir mais portas. Além disso, quer organizar novas oficinas e vivências estimulando outras mulheres negras e indígenas a ocuparem a área de produção musical. “A oficina que eu ofereci para mulheres negras e indígenas cis e trans foi um sucesso e me fez confirmar a demanda e vontade de outras mulheres de acessarem esses conhecimentos”, afirma.

Para ela o Fundo Baobá realiza mudanças efetivas na nossa sociedade, conseguindo fomentar projetos que contribuem de fato na construção de uma sociedade mais equânime. “Tive a oportunidade de participar das formações políticas junto com as outras lideranças apoiadas, e esses encontros foram de extrema importância para que eu alcançasse meu objetivo. Hoje eu, assim como todas as mulheres contempladas por esse edital, podemos estar aqui planejando nosso futuro e potencializando não só a nossa trajetória como as das próximas gerações”, prevê a produtora musical.

Jaqueline Fraga é jornalista da Folha de Pernambuco, escritora,
e também é formada em administração

Mídias Negras e Jornalismo Antirracista: a comunicação como ferramenta de luta e emancipação das mulheres negras

Mulheres negras enxergam na comunicação uma forma de enfrentar as desigualdades geradas pelo racismo

Por Andressa Franco

O racismo está presente nos diversos veículos de comunicação tradicional, e implica não somente na baixa porcentagem de pessoas negras ocupando essas redações, mas também na forma como essas pessoas são representadas na mídia. Trata-se de um fenômeno que exige

a presença de mais profissionais negros comprometidos com a luta antirracista atuando neste mercado. E, além disso, que atuem e fortaleçam as mídias negras, segmento que ao longo da história utiliza a comunicação como ferramenta de luta contra o racismo.

Foi com esse objetivo em comum, que Marina Ribeiro Lopes, Jaqueline Ferreira Fraga e Brunna Kalynne se inscreverem no Programa de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras: Marielle Franco, uma ação do Fundo Baobá para Equidade Racial, em parceria com a Fundação Kellogg, o Instituto Ibirapitanga, a Fundação Ford e a Open Society Foundations

Os projetos destas comunicadoras tiveram como meta trazer para o foco o papel das mídias negras e a importância da prática de comuicação antirracista. A pandemia mudou os planos, mas estas lideranças encontraram no apoio do Fundo Baobá maneiras de se reinventar e alcançar seus objetivos.

“Comunica Preta”

Desde antes do nascimento oficial da Imprensa no Brasil (1808), negros e negras já utilizavam a comunicação como forma de articulação das lutas pela liberdade. A Revolta dos Búzios (1798) é uma data simbólica para as mídias negras, já que, mesmo em um período onde a imprensa era proibida pela Metrópole portuguesa, a comunicação foi a estratégia utilizada. Boletins manuscritos foram espalhados pela cidade de Salvador, permitindo que a mensagem fosse propagada, dos poucos que eram alfabetizados, para a maior parte da população.

Foi pensando nas mídias negras como um legado histórico, que Brunna Moraes, de 24 anos, decidiu se inscrever no Programa. O objetivo foi desenvolver suas habilidades como profissional da comunicação e a construção coletiva de um veículo de mídia antirracista no estado de Alagoas.

“Eu sentia necessidade de escrever no meu TCC [Trabalho de Conclusão de Curso] sobre o quanto o curso de jornalismo não aborda a comunicação antirracista, e deveria, porque não é a partir de hoje que existem mídias negras. Desde os

Brunna Moraes é estudante de jornalismo e desenvolveu o Mocambo Online

tempos da escravização no Brasil existem pessoas negras organizadas dentro da comunicação", conta a jovem, que é estudante de jornalismo na Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Brunna também faz parte da Associação de Negras e Negros da instituição, e integra o Instituto do Negro de Alagoas (INEG).

O período como bolsista do Baobá foi turbulento para Brunna, tanto por conta da pandemia, que resultou na reconfiguração do seu planejamento, como também pela descoberta de uma gravidez. Mesmo nesse processo, conseguiu fazer um curso de design, área em que tinha mais dificuldade, além de ter se dedicado ao estudo sobre comunicação negra.

Também foi a partir do financiamento que a estudante pôde comprar seu celular e seu computador, acessando assim oportunidades de trabalho. A jornalista colaborou durante um ano com o portal Notícia Preta, seu primeiro contato profissional com uma mídia negra. Isso a estimulou ainda mais na construção de um veículo nos mesmos moldes no seu próprio estado.

"Durante o projeto fiz diversos vínculos, consegui formar uma equipe que hoje trabalha comigo no Mocambo Online. Mas, todo mundo tem diversas demandas e é algo que não dá lucro instantâneo. Então, o desafio principal é esse, mas tá rolando", comenta sobre o projeto de mídia negra que toca em Alagoas.

Inicialmente, a pretensão de Brunna era promover reuniões, encontros, palestras, viagens para colher histórias, que viriam a fazer parte da produção jornalística e realizar um evento de lançamento do jornal Mocambo Online. Mas, todos esses planos foram barrados por conta da pandemia.

"O principal desafio foi conseguir reunir o grupo que ia fazer parte do Mocambo Online. Eram pessoas que eu não conhecia e convidei através das redes sociais. Até hoje a gente nunca se reuniu presencialmente, tudo que a gente faz é online, mas é algo que a gente foi aprendendo a lidar com o tempo. Hoje eu sou a maior defensora de: se existe a possibilidade de ser remoto, por que tanto fetiche no presencial?", brinca.

O cuidado que recebeu das responsáveis pela iniciativa também chamou sua atenção. "As meninas sempre deixavam claro que o financiamento não era apenas de resultados demonstrados em nota fiscal. Mas, que a gente pudesse, de repente, cuidar da nossa pele, da nossa saúde mental, o que achasse necessário para crescer profissional e pessoalmente nesse período. Foi um cuidado muito importante se tratando de mulheres negras", lembra a estudante, que hoje tem como perspectiva conseguir manter o projeto de maneira sustentável.

“Aqui em Alagoas é muito difícil, é um estado extremamente oligárquico, as mídias são muito controladas e monopolizadas pela política local de coronelismo. Então, é furar uma situação de que as pessoas almoçam assistindo jornal policial, sabe? É um desafio, mas se ninguém fizer, não dá pra mudar”, completa.

“Comunicação Negra: Inspirar, Apoiar e Conscientizar”

Melhorar a comunicação para público em debates, formação, rodas de conversas e em construção de parcerias e captação de recursos era o principal objetivo da pernambucana Jaqueline Fraga, de 31 anos. Ela é jornalista da Folha de Pernambuco, escritora, e também é formada em administração.

Com MBA (Master in Business Administration, pós-graduação na área de gestão e administração) em Comunicação e Jornalismo Digital pela Universidade Cândido Mendes, Jaqueline destaca o apreço pelo estudo como uma de suas principais características. Foi com o recurso do Fundo Baobá que pôde alimentar essa característica, e também atuar em rede com mulheres negras de todo Brasil, o que considera um legado deixado pela iniciativa.

Desde a infância, sua identificação com a escrita se mostrou presente, o que a levou a publicar um livro finalista do Prêmio Jabuti na categoria biografia documental e reportagem: “Negra Sou: Ascensão da Mulher Negra no Mercado de Trabalho”. A jornalista era a única mulher entre os 10 finalistas do prêmio na categoria, e também a única com produção independente.

“Aqui em Alagoas é muito difícil, é um estado extremamente oligárquico, as mídias são muito controladas e monopolizadas pela política local de coronelismo. Então, é furar uma situação de que as pessoas almoçam assistindo jornal policial, sabe?

O trabalho conquistou menção honrosa na 36ª edição do Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo. A série de reportagens, antes de se

tornar um livro físico, foi agraciada com o prêmio Antonieta de Barros - Jovens Comunicadores Negros e Negras.

Um dos seus desejos é que o livro seja adotado por escolas do ensino básico, mas destaca que, muitas vezes, ser mulher, negra e nordestina é um obstáculo. “Eu valorizo demais e tenho orgulho de ver tantas escritoras negras ganhando o mercado. Mas, às vezes, é como se fosse só aquele pequeno nicho, as pessoas não estão tão dispostas a conhecer pessoas de outras regiões, comprar do novo”, explica.

“Sigamos criando e ocupando espaços, porque a gente tem que ocupar os que nos foram negados e precisa criar os que sejam nossos”

A partir do financiamento, Jaqueline conseguiu realizar seu MBA; participou de cursos de marketing digital para auxiliar na divulgação de seus livros; adquiriu equipamentos e livros que atendessem às necessidades do seu trabalho. E, graças à rede com quem teve contato durante o Programa, conheceu outras mulheres com quem criou a Coletiva Negras que Movem, que tem uma coluna coletiva no portal Geledés.

A construção desta rede proporcionada pelo Programa fez diferença no trabalho de Jaqueline. A jornalista já fez entrevistas e escreveu matérias tendo como fontes mulheres que conheceu através do Baobá. “São projetos que querem levar pessoas negras, mulheres negras em especial, para locais que ainda são muito embranquecidos, e isso dialoga muito com o Programa” relata.

Mas, a pandemia também impactou as metas iniciais. Em maio de 2020, o pai da jornalista faleceu, e seus planos precisaram de uma pausa. Alguns ficaram inconclusos, como o curso de inglês avançado que queria fazer de forma presencial e não pôde terminar.

“Sigamos criando e ocupando espaços, porque a gente tem que ocupar os que nos foram negados e precisa criar os que sejam nossos”, é um dos lemas da comunicadora. Ela acompanha o conteúdo produzido pelas mídias negras, e acredita na importância de ocupar as redações tradicionais, para “tentar modificar o sistema por dentro”.

Tendo ingressado em um jornal tradicional na área de colunismo social, surpreendeu o público ao trazer mais pessoas negras como personagens dos seus textos. Nesse processo, também produziu uma série para o site Roberta Jungmann, colunista social da Folha de Pernambuco sobre a negritude pernambucana, em que entrevistou personalidades negras do estado

que ganharam o mundo nas suas áreas de atuação.

Quando passou pela editoria de cultura, levantou pautas com escritoras negras da região. Hoje na editoria de cotidiano tenta, ao máximo, trazer pessoas negras como fonte para debater os mais diversos assuntos. De economia à medicina.

“E não são só jornalistas negros que têm esse papel. Deve ser um objetivo da mídia fazer jornalismo pautado no antirracismo” defende. “Eu trabalho muito com histórias de exceções. As mulheres que eu entrevistei sempre são as únicas mulheres negras nos seus espaços. E a gente não quer mais que aconteça dessa forma”.

“Vozes Pretas - o poder da comunicação no combate ao racismo”

Já na vida de Marina Ribeiro Lopes, a comunicação se encaixa em outro lugar. O aprimoramento das habilidades como jornalista e comunicadora e a divulgação do trabalho de outras mulheres negras foi seu objetivo ao se inscrever para o edital com o projeto “Vozes Pretas – o poder da comunicação no combate ao racismo”.

Nascida em Santa Maria da Vitória, interior da Bahia, Marina vive há muitos anos em Aracaju, capital sergipana. Dentro do movimento negro organizado, ela fez parte do Grupo Abaô de Capoeira Angola. Também integra a Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria, e a diretoria do terreiro Ile Axé Opo Osogunlade.

Como profissão, ela nunca passou

Marina Ribeiro Lopes Atua como bombeira militar e é escritora

pela área do jornalismo. Atua como bombeira militar, e com auxílio do Programa, agora também está experimentando a carreira de escritora. “Foi bem doido fazer esse projeto dentro de uma pandemia, no meu caso, além da pandemia, uma gestação e um parto, eu tive que mudar algumas coisas”, conta.

A ideia inicial de Marina era trabalhar as habilidades com a comunicação, para iniciar um projeto dentro do Grupo Abaô com crianças e adolescentes negras e negros, a fim de ajudar no

desenvolvimento desses jovens.

“O que atrapalhou mesmo minha comunicação foi ser uma criança negra dentro dessa sociedade. Eu sempre me omitia, não queria aparecer, histórias comuns às pessoas negras, às crianças principalmente”. Mas, por conta da pandemia, o Grupo Abaô perdeu a sede, e pouco depois a comunicadora descobriu que estava grávida.

O projeto então foi redirecionado. O recurso se voltou para um projeto que Marina já vinha desenvolvendo, o Mercado Negro Aracaju, uma plataforma onde pessoas negras cadastram seus serviços e produtos. “Às vezes a gente quer ir a um médico, a uma costureira, ou qualquer serviço, e queremos dar prioridade às pessoas negras, e não sabemos onde encontrar. É dessa necessidade que surge a plataforma”, relata.

“Eu tinha muita vergonha de mostrar o que eu escrevia, e como minha habilidade a ser desenvolvida era a comunicação e a gente estava na pandemia, eu acabei experimentando escrever e publicar”

Com ajuda do Programa, ela conseguiu uma parceria para auxiliar na produção de conteúdo para o site e para as redes sociais da plataforma, o que resultou em crescimento de acessos e de cadastros. A outra ação que Marina desenvolveu, surgiu por acaso, foi o livro QUARTA ÀS 9, que assina como autora, e nasceu da publicação de seus textos no Facebook.

“Eu tinha muita vergonha de mostrar o que eu escrevia, e como minha habilidade a ser desenvolvida era a comunicação e a gente estava na pandemia, eu acabei experimentando escrever e publicar”. Mesmo com medo de se expor, depois do convite de uma pequena editora independente de um casal de amigos da cidade, a IPADÊ - Estúdio Gráfico - Marina aceitou o desafio. Começaram uma campanha de financiamento coletivo e, junto com os recursos do Programa, o livro foi lançado em setembro deste ano.

“Não sei se tenho dimensão do quanto esse projeto impactou minha vida. Acho que minha maior dificuldade era trabalhar no âmbito individual, porque sempre falei enquanto parte de coletivos. Minha maior transformação foi a coragem de falar que eu não sou somente uma pessoa em um grupo”.

O foco de Marina hoje é a filha recém-nascida. Mas depois da experiência e da iniciativa de lançar um livro, ela pretende se esforçar para continuar na trajetória de escritora. Tudo isso, afirma, sem abrir mão de tentar colocar em prática seu objetivo inicial, trabalhar com a comunicação de jovens negros através do Grupo Abaô de Capoeira Angola.

Comunicação enquanto direito: mulheres negras protagonizam iniciativas de comunicação antirracista e estratégica

Contempladas pelo Programa de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras: Marielle Franco, as comunicadoras baianas Midiã e Danubia desenvolvem projetos transformadores

Por Jamile Novaes

Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos estabeleceu o direito à comunicação como fundamental. Desde então, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) vem empenhando esforços para garantir que a comunicação seja efetivamente instituída enquanto um direito. Seja através da emissão ou do acesso às informações, ela é crucial para a elaboração,

implementação e acompanhamento de políticas públicas e, mais que isso, para a garantia do acesso aos demais direitos humanos.

Porém, o que tem se notado ao longo da história do Brasil é uma regulação ineficiente da área. As concessões públicas aos veículos de comunicação permanecem, por décadas, nas mãos dos mesmos conglomerados - pertencentes a algumas poucas famílias ricas e brancas. Uma pesquisa realizada pelo Reuters Institute for the Study of Journalism e divulgada em março de 2021, mostrou que não existem pessoas negras no comando de nenhum grande veículo de comunicação no Brasil, apesar de quase 57% da população brasileira se autodeclarar negra (IBGE, 2019).

Indo de encontro a essa realidade de invisibilização da população negra na mídia brasileira, várias iniciativas ao longo da história lutaram para mudar o cenário, como a imprensa negra. Mais recentemente o avanço das tecnologias digitais e a popularização do acesso à internet, tem permitido que novos veículos e mídias sigam com a luta histórica deste segmento. Um mapeamento das mídias negras no Brasil foi realizado em 2020 pelo Fórum Permanente pela Igualdade Racial (Fopir). Neste cenário, as mulheres negras se destacam: das 65 mídias mapeadas pelo Fopir, 31% eram compostas exclusivamente por mulheres negras. Quanto à sustentabilidade dessas mídias, o estudo revela que a maioria se mantém através de recursos próprios, publicidade, voluntariado e editais.

E foi justamente através de um edital que as baianas Danubia Santos e Midiã Noelle tiveram a oportunidade de investir em suas formações profissionais e alavancar projetos relacionados à comunicação. Ambas foram contempladas na 1ª turma do Programa de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras: Marielle Franco. Uma ação do Fundo Baobá para Equidade Racial em parceria com a Fundação Kellogg, o Instituto Ibirapitanga, a Fundação Ford e a Open Society Foundations.

Danubia é estudante de graduação em Publicidade e Propaganda e, através do financiamento do Programa, pôde voltar à faculdade; participar de cursos e formações online; fazer aulas de inglês e realizar

Danubia pôde voltar para a faculdade de Publicidade e Propaganda através do financiamento do Programa - Foto: Rodrigo Lucas

o evento “Julho das Pretas - Arte e Solidariedade”. Seu projeto previa viagens e atividades presenciais que não puderam ser realizadas por conta da pandemia de Covid-19, então parte dos recursos foi destinada para a distribuição de cestas básicas às mães em situação de vulnerabilidade em comunidades periféricas.

Ela contou sobre como o apoio técnico e financeiro do Programa Marielle Franco foi essencial para que conseguisse se capacitar, potencializar suas atuações e ampliar as vozes negras no campo da comunicação: “Dei várias entrevistas, fui um dos destaques na Revista Claudia, fiz muitas lives e até escrevi um livro [Danubia é co-autora do livro ‘Mães Negras - Maternidade Solo e Dororidade’]. É muito satisfatório ser parte disso e me tornar uma referência positiva para a minha favela, principalmente para outras mulheres pretas”, comemora Danubia.

É muito satisfatório ser parte disso e me tornar uma referência positiva para a minha favela, principalmente para outras mulheres pretas”

O reconhecimento obtido por meio das suas ações resultou em um convite para coordenar as redes sociais da Central Única das Favelas (Cufa) e a implantação do núcleo Mulheres da Cufa - projeto que visa a reunião de mulheres que protagonizam temas, agendas e ações para a transformação social. Ela explica que “as Mulheres da Cufa vem com o intuito de potencializar ainda mais essas mulheres que muitas vezes estão invisibilizadas em suas áreas para mostrarem suas forças nacionalmente”. As formações do coletivo acontecem através de lives abertas ao público e formações internas entre as participantes.

Danubia entende a comunicação como uma importante ferramenta de engajamento comunitário no contexto das lutas protagonizadas por mulheres negras. “Quando conseguimos mostrar nossas potencialidades, surgem novas oportunidades e uma mulher preta nunca chega só em lugar nenhum. Toda uma comunidade chega junto conosco, pois nós estamos embaixo de tudo e não tem como chegarmos ao topo sozinhas”, afirma.

A jornalista Midiã Noelle também aposta na comunicação como um meio de ampliar as vozes de mulheres negras em suas diversidades e singularidades. Ela explica que é uma importante maneira não só de manifestar percepções, dores e vivências, mas também “as nossas narrativas e as formas possíveis de transformação e de melhoria dos nossos territórios, das nossas vidas, das nossas famílias, dos nossos projetos de vida, das nossas

individualidades".

Foi também pensando no caráter comunitário e numa perspectiva antirracista para a comunicação que Midiã, apoiada pelo Programa Marielle Franco, criou a Commbne, projeto que propõe discutir a comunicação aliada à inovação, raça e etnia. "A Commbne surge com um objetivo, que é promover esse diálogo, esse intercâmbio entre comunicadores e fomentar esse debate da comunicação enquanto direito humano fundamental na perspectiva de gênero e raça numa lógica diaspórica", explica.

A jornalista Midiã Noelle criou a Commbne, com a proposta de discutir a comunicação aliada à inovação, raça e etnia

Desde 2020, a Commbne já atingiu cerca de 500 pessoas com formações em comunicação antirracista e comunicação estratégica pra organizações sociais e atuou em rede com canais como o Notícia Preta, Ong Crioula, Diáspora Black e Afro Resistance. A partir da Commbne e das redes estabelecidas durante o programa de formações, Midiã passou a integrar a Rede de Líderes da Fundação Lemann, Ong que impulsiona pessoas engajadas em resolver questões sociais em todo o território nacional.

Inicialmente, o projeto enviado por Midiã ao Fundo Baobá incluía uma experiência de intercâmbio fora do Brasil para aperfeiçoar as suas habilidades linguísticas e fazer conexões internacionais, o que não foi possível realizar por conta da pandemia de Covid-19. Mesmo com as limitações impostas, Midiã conseguiu ampliar os seus canais de diálogo e as possibilidades de realizar ações em formato virtual: "Eu consegui me abrir para o mundo, realizar formações com diversas organizações que eu fui dialogando e também ampliando meu diálogo com os comunicadores", relata.

Apesar das ameaças à liberdade de expressão, apagamentos históricos e culturais e limitação do acesso de pessoas negras à comunicação, Midiã pontua que houve avanços no campo durante as últimas décadas, graças a mulheres negras como: "Lélia Gonzalez, Luiza Bairros, Sueli Carneiro, Valdecir Nascimento, Vilma Reis, Nazaré Lima e Fernanda Lopes". Mulheres que abriram os caminhos para as comunicadoras negras da atualidade: "Comunicação é fazer o círculo rodar. Quando essas mulheres se movem, a gente se move junto. Quando elas utilizam de ferramentas e métodos de comunicação para disseminar a nossa luta coletiva enquanto

população negra, isso também é comunicação", defende.

Planos para o futuro

Após concluir o ciclo de ações propostas para o edital, as comunicadoras já traçam planos para o futuro com perspectiva de expandir suas atuações e continuar desenvolvendo projetos que pautem reflexões sobre a necessidade de uma comunicação popular, negra e antirracista. Danubia pretende continuar a sua trajetória com um trabalho voltado para crianças negras, com o objetivo de mostrar que "podemos e devemos transformar o mundo através do nosso poder de comunicar por nosso lugar". Já Midiã, tem como foco criar um portal para ampliar as conexões internacionais e discutir comunicação a partir de uma perspectiva afrodiaspórica, chamando também para o diálogo comunicadoras(es) negras(os) não formais.

Diante de um cenário adverso, onde a democratização da comunicação ainda soa distante, iniciativas criadas por comunicadoras negras para socializar as suas demandas, percepções, projetos e estratégias coletivas de luta, têm se mostrado como um caminho possível. Através delas é possível pensar em reapropriação das narrativas sobre negritude, garantia do livre expressar e geração de impactos políticos que afetam diretamente as condições de vida e existência da população negra brasileira.

> "Comunicação é fazer o círculo rodar. Quando essas mulheres se movem, a gente se move junto. Quando elas utilizam de ferramentas e métodos de comunicação para disseminar a nossa luta coletiva enquanto população negra, isso também é comunicação"

"O espaço da comunicação é um espaço de poder, conseguimos transformar vidas e criar consciência através da comunicação. Minha perspectiva é de que nós, pretos e pretas, possamos cada dia mais estarmos ocupando a comunicação", conclui Danubia.

Ganhadeiras Podcast

Ep 8. Mariana Gomes

Em parceria com Allana Cardoso, Bárbara Aguilar [as duas à esquerda] uma das contempladas com o Programa Marielle Franco, criou o premiado Kilombo Tech

Tecnologia afrofuturista: mulheres negras impulsionando a ciência e o conhecimento

Projetos voltados para a ciência de dados da saúde da população ne ra, tecnolo ia da informação e desi n apontam novos futuros nas carreiras profissionais de lideranças ne ras

Por Júlia de Miranda

Pensar na modernidade dos tempos atuais envolve refletir e planejar um futuro cada vez mais conectado, onde as diversas tecnologias nos levam para um mundo novo. Afrofuturismo é uma forma de imaginar o futuro em que nós, pessoas negras, existimos como criadores numa sociedade marcada pelo intenso desenvolvimento tecnológico, pela cultura e estética africana sem esquecer a conexão com a nossa ancestralidade. Futuro e tecnologia são ambientes

construídos estrategicamente na caminhada política coletiva no presente, e pretos e pretas são agora os protagonistas de suas próprias narrativas. Escrevemos história no passado, presente e no afrofuturo.

As mulheres negras da Ciência e Tecnologia foram contempladas na 1ª turma do Programa de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras: Marielle Franco. Uma ação do Fundo Baobá para Equidade Racial, em parceria com a Fundação Kellogg, o Instituto Ibirapitanga, a Fundação Ford e a Open Society Foundations. O apoio foi para os projetos: "Black Data – Uma preta na ciência de dados", de Jéssica dos Remédios (RJ); "Inspirar e atrair mais mulheres negras na área de Design e Tecnologia a partir da minha liderança", da Taís Nascimento (PE); "Pretas Tech: Mais Mulheres Negras na Tecnologia", de Bárbara Aguilar (MG); e "BotDandara", da Vitória da Silva (SC).

Adaptações devido a pandemia

O projeto da designer Taís Nascimento, que já possui quase 20 anos de carreira em Tecnologia da Informação, precisava de uma "mão amiga" para sair do papel. E foi justamente isso que o Fundo Baobá proporcionou: recurso e apoio para planejar de forma consistente e investir em seu desenvolvimento profissional e acadêmico. Taís teve o intuito de fortalecimento pessoal para se tornar mais competente em formar e empoderar outras mulheres negras na área em que atua, a UX Design, em tradução literal "design de experiência do usuário". Área responsável para que usuários tenham a melhor experiência de uso.

A designer Taís Nascimento atua na área de UX Design, focada na "experiência do usuário"

"Nesta época, já havia um grupo articulado e apoiado por mim, de mulheres negras, em transição de carreira para área de UX Design e era com esse grupo que eu pretendia promover ações educacionais", recorda a designer. Porém os planos foram prejudicados pela pandemia, e pelos poucos recursos tecnológicos da maioria das integrantes do grupo. "Outro objetivo prejudicado pela pandemia foi a conquista da proficiência em inglês. Boa parte dos recursos recebidos seria utilizada para realizar um intercâmbio profissional, a partir de cursos na língua e na área de Design e Tecnologia fora do país", comenta.

Bárbara Aguilar, também da área de design, contou que a KilomboTech

nasceu em 2019, de um encontro com a historiadora e cientista de dados Allana Cardoso, após vivenciarem inúmeras situações de apagamento e racismo nos espaços do mercado de Tecnologia da Informação (TI). Optando por navegar em outros mares profissionais, ambas estavam sem referências negras e sentindo na pele a baixa representatividade nas empresas de tecnologia. “A pandemia infelizmente nos fez adiar e recalcular toda a rota do projeto, mudamos o foco principal das aulas e treinamentos presenciais e focamos no fortalecimento de nossa rede e comunidade online com outras mulheres negras”, analisa a participante. Ela seguiu construindo uma forte e engajada rede profissional e tem sido reconhecida por outras empresas e comunidades de tecnologia; agora também realizando palestras, aulas e mentorias individuais.

Bárbara Aguilar é desenvolvedora front-end, professora de JavaScript, e uma das criadoras do KilomboTech

Jéssica dos Remédios, pesquisadora de políticas públicas do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS) também estava num momento de querer visualizar novos horizontes quando foi contemplada com o Programa. “Eu já tinha um desejo que era me voltar para a ciência de dados, um mercado que estava em ascensão. Diante disso, eu escolhi fazer uma especialização em data science e informática para a saúde no Hospital Albert Einstein, em São Paulo, e direcionei o meu recurso para isso”, recorda Jéssica. Tudo que foi vivido fortaleceu o processo de transição de carreira e hoje ela trabalha com saúde pública voltada para análise de dados e saúde da população negra, ambiente que, no passado, ela tinha dificuldade de encontrar informações de qualidade.

A CEO no LAB the Creator, Vitória da Silva, ambicionou a ideia de ter uma plataforma onde pudesse pensar no afrofuturismo, imaginar o futuro de forma afrocentrada e ver pessoas negras criando através das suas próprias perspectivas. A sua meta era construir projetos inovadores a partir de tecnologias emergentes, todavia ela não encontrava esse lugar em Florianópolis (SC). “Uma das principais coisas que eu aprendi com as ferramentas que o Fundo Baobá forneceu para mim durante esse período, foi pensar em mim e

como eu poderia me desenvolver, e devolver isso, para o coletivo". Vitória conta que foi um desafio pensar em si como uma referência, por questões de autoestima, autocuidado e de desenvolvimento pessoal. "Isso foi um exercício difícil porque eu estava muito acostumada a estar e ser para os outros e pouco voltava o olhar para mim", analisa.

Mulheres negras no front

A colheita de Taís com a vivência proporcionada pelo Fundo Baobá foi de êxito profissional, acadêmico e financeiro. Ela foi promovida e passou de uma profissional de nível pleno para consultora em UX Design. Além disso, tornou- se líder técnica, professora, palestrante e mentora nesse curto período de tempo. A execução do projeto ficou prejudicada no contexto trazido pela pandemia, porém ao mesmo tempo Taís salienta que foi essencial atravessar essa turbulência mundial tão crítica estando conectada a tantas mulheres potentes que foram trazidas pelo Programa. "Entendo que a estruturação de um plano de carreira aliada à disposição de recursos foi primordial para efetivar tais conquistas. Mesmo nesse contexto, e embora tenha sido necessário reconfigurar o meu trabalho para aquela realidade de isolamento social, vejo que os resultados foram satisfatoriamente alcançados", avalia a designer.

Para Bárbara os próximos passos

Jéssica dos Remédio é pesquisadora de políticas públicas e fez uma especialização em data science e informática para a saúde no Hospital Albert Einstein

estão focados na estruturação, formalização da Kilombo Tech como uma EdTech/TechCommunity (startup tecnológica) e ganhar escala para impactar outras mulheres em diversas regiões, e não apenas localmente. Ela descreve que a sua experiência com o Fundo "foi espetacular" e que conseguiu investir em seu crescimento profissional. Atualmente se prepara para alavancar a carreira e priorizar ainda mais o desenvolvimento da Kilombo Tech. "Meus objetivos foram alcançados com sucesso, mesmo com os ajustes na pandemia. Conquistei reconhecimentos e promoções no meu trabalho e também houve a visibilidade da Kilombo Tech dentre as comunidades de tecnologia", comemora Bárbara.

Quando planeja o futuro, Vitória diz estar buscando articular parcerias

em novas tecnologias emergentes para poder alçar voos em 2022. Com o Fundo Baobá ela alcançou estabilidade maior na carreira e investiu em hardwares e estrutura para home office, que ajudou a enfrentar as mudanças no mundo em situação pandêmica.

Já Jéssica analisa que o que mais a marcou no processo foi abrir espaço para que as pessoas consigam falar da saúde da população negra e tenham informação de qualidade para poder discorrer com profundidade sobre o tema. “O que ficou de legado foi trabalhar com ciência de dados e estar com outras mulheres negras potentes do Brasil inteiro. Ter construído junto com elas um coletivo que chama Negras que Movem (virou até uma página nas redes sociais)”, destaca. Ela ainda quer conseguir financiamento para um projeto que foque na qualificação de registros, principalmente no quesito raça/cor, e todas as informações relacionadas aos diversos agravos de saúde da população negra.

“O que ficou de legado foi trabalhar com ciência de dados e estar com outras mulheres negras potentes do Brasil inteiro. Ter construído junto com elas um coletivo que chama Negras que Movem (virou até uma página nas redes sociais)”

Ganhadeiras Podcast

Ep 9. Patrícia Lima

Em parceria com Allana Cardoso, Bárbara Aguilar [as duas à esquerda] uma das contempladas com o Programa Marielle Franco, criou o premiado Kilombo Tech

Educação Transformadora - A importância da educação na trajetória de mulheres negras

Conheça al umas trajetórias e iniciativas apoiadas pelo Pro rama Marielle Franco de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Ne ras, do Fundo Baobá

Por Jamile Novaes

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que a taxa de frequência escolar entre crianças negras de 6 a 10 anos no ensino fundamental é de 95,8% no Brasil. No entanto, esse número cai gradativamente ao longo da trajetória de escolarizacão, chegando a 18,3% entre jovens negros e negras de 18 a 24 anos que frequentam o ensino superior, contra 36,1% de pessoas brancas com a mesma idade. Quando o assunto é analfabetismo, a taxa

de pessoas negras nessa condição atinge 8,9%, quase o triplo dos 3,6% de pessoas brancas não alfabetizadas. Os números são do estudo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, divulgado em 2019, antes da pandemia.

Historicamente, os espaços de formação acadêmica podem se apresentar como ambientes hostis para pessoas negras, sobretudo para mulheres negras. Ser uma estudante negra no Brasil implica passar por situações de rejeição, humilhação, abusos, solidão e uma série de apagamentos que ocorrem desde os primeiros anos escolares. O currículo escolar da educação básica costuma apresentar a mulher negra de forma subalternizada, ignorando suas contribuições para a história, ciência, política e cultura do país. Mesmo com a implantação da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira, ainda existem muitos desafios e um longo caminho a percorrer para a sua aplicação efetiva.

Este cenário afeta de forma significativa a trajetória escolar, prejudica o desempenho nos estudos e diminui significativamente as possibilidades de ascensão acadêmica dessas meninas e mulheres. Não por acaso, o Censo da Educação Superior de 2016 apontou que o total de professoras doutoras negras em cursos de pós-graduação no país não chegava a 3% do número total de docentes.

No entanto, mesmo ainda representando uma minoria dentro do espaço acadêmico, é possível notar o potencial transformador e os efeitos multiplicadores das trajetórias de educação de mulheres negras. Para enfrentar a solidão de ser negra e acadêmica, ampliar as suas vozes e legitimar a sua produção de conhecimento, muitas têm construído estratégias de aquilombamento dentro das universidades e protagonizado ações que alcançam a comunidade negra como um todo. São redes de apoio criadas para permanecer, resistir, ressignificar saberes e criar novas narrativas e possibilidades de transformação através da educação. Algumas dessas iniciativas e projetos foram contemplados na 1ª turma do Programa de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras: Marielle Franco. Uma ação do Fundo Baobá para Equidade Racial, em parceria com a Fundação Kellogg, o Instituto Ibirapitanga, a Fundação Ford e a Open Society Foundations.

Vamos conhecer um pouco sobre essas mulheres, suas trajetórias de educação, perspectivas e como elas têm atuado para promover uma educação antirracista e acessível para seus pares.

Sulamita Rosa, da Rede MulherAções

Sulamita Rosa da Silva é graduada em Pedagogia, mestra em Educação

pela Universidade Federal do Acre (UFAC) e recentemente ingressou no Doutorado em Educação da Universidade de São Paulo (USP). Ela lembra que durante seu ensino médio, cursado em uma escola particular, era a única estudante retinta da sua turma. No curso de pedagogia, Sulamita conheceu a Lei 10.639/03 e decidiu dedicar-se às pesquisas que interseccionam raça e educação. “Nossa! Aquilo ali me brilhou os olhos de uma forma incrível. Queria pesquisar sobre a minha negritude, sobre as minhas raízes, sobre a educação voltada para essa temática. Eu fiz meu TCC sobre valorização da cultura negra no currículo de uma escola de Cruzeiro do Sul e a partir desse TCC eu pude perceber que os professores ainda não tinham essa compreensão”, explica.

Durante o mestrado em educação, Sulamita percebeu que, apesar de não estar mais sozinha enquanto estudante negra, ainda era notória a falta de professoras pretas no espaço da universidade. Intrigada com essa realidade, produziu sua pesquisa de dissertação de mestrado sobre as trajetórias de professoras negras dos cursos de formação de professores da UFAC. Ao realizar um mapeamento, identificou apenas 11 professoras negras.

Junto às mulheres pretas que encontrou durante a sua pesquisa, Sulamita criou a Rede MulherAções, coletivo que tem por objetivo ampliar a ocupação de mulheres negras, indígenas, e afro-indígenas nos cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado. “O desenvolvimento da sociedade brasileira foi através do conhecimento produzido por mulheres negras. Só que esse conhecimento foi invisibilizado em decorrência do racismo estrutural. E a gente visa justamente o empoderamento através da coletividade e através da nossa presença nesses espaços que outrora nos foram negados”, explica Sulamita.

Com o apoio do Programa Marielle Franco de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras, a Rede MulherAções desenvolveu uma série de atividades formativas que possibilitou o ingresso de Sulamita e mais cinco mulheres negras e indígenas em cursos de mestrado e doutorado. Rani Shanenawa, Matsiani Shanenawa, Edilene Pakakuru (indígenas de etnia Shanenawa) e Beatriz Domingos da

Sulamita Rosa da Silva (ao centro) é graduada em Pedagogia, mestra em Educação pela Universidade Federal do Acre (UFAC) e doutorada em Educação da Universidade de São Paulo (USP)